

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

FÁBIO DOS SANTOS

**POR UMA SOCIOLOGIA DISPOSICIONALISTA SOBRE A GUARDA MUNICIPAL
DE MACEIÓ-AL**

MACEIÓ, AL
2020

FÁBIO DOS SANTOS

**POR UMA SOCIOLOGIA DISPOSICIONALISTA SOBRE A GUARDA MUNICIPAL
DE MACEIÓ-AL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Conflito, Poder e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano das Neves Bodart.

MACEIÓ, AL
2020

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S237p Santos, Fábio dos.
Por uma sociologia disposicionalista sobre a Guarda Municipal de Maceió-AL / Fábio dos Santos. – 2020.
163 f. : il. color.

Orientador: Cristiano das Neves Bodart.
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 157-160.
Apêndice: f. 162-163.

1. Maceió (AL). Guarda Municipal. 2. Status social. 3. Capitais simbólicos. 4. Sociologia disposicionalista. I. Título.

CDU: 316.353(813.5)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS



Ata nº 05 da Sessão da Defesa Pública Remota de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas.

Em vinte e sete de julho de dois mil e vinte, às quinze horas, através da conexão webconferência, constituiu-se de forma remota a banca examinadora da dissertação de mestrado do (a) aluno (a) **Fábio dos Santos**, intitulada: **Por uma Sociologia Disposicionalista sobre a Guarda Municipal de Maceió/AL**. Vinculada à linha de pesquisa “Conflito, poder e meio ambiente”. A cerimônia de defesa pública, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Sociologia teve banca examinadora remota através da conexão webconferência composta por: **Prof. Dr. Cristiano das Neves Bodart (PPGS/UFAL) orientador e presidente da banca, examinador (a) externo (a) Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa (PPGS/UFAL) e como examinador (a) interno (a) Prof. Dr. Welkson Pires da Silva (PPGS/UFAL)**.

Procedeu-se a arguição por meio de tecnologia a distância via webconferência, finda a qual os membros da banca emitiram parecer eletrônico, onde foi lido e decidido por unanimidade pela:

Aprovação (x); Aprovação com reformulações (); Reprovação ().

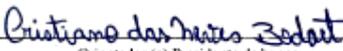
Comentários e Reformulações Indicados pela Banca Examinadora:

Para constar, lavrou-se a presente ata que vai assinada digitalmente pelos membros da Banca Examinadora que participaram via webconferência, juntamente com os pareceres eletrônicos e por mim, Edna da Silva Gomes, Assistente em Administração do PPGS.

Maceió, 27 de julho de 2020.

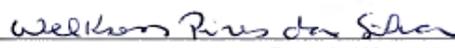
Assinaturas

1. _____
 Assistente Administrativo

2. 
 Orientador (a) Presidente da banca

3. _____

 Examinador (a) Externo (a)

4. 
 Examinador (a) Interno (a)

5. _____
 Aluno (a)

Ao meu pai Brivaldo Guedes de Oliveira:
sempre ausente de registros e de afetos, mas
que tem-me fortalecido nessa ausência em
seguir à busca de minhas origens;

À minha mãe Maria das Dores dos Santos (*in
memorian*): como tantas das Dores, em
pouquíssimo tempo, ter conseguido ensinar-
me sobre o mundo;

À minha avó Luzia Teodoro da Conceição (*in
memorian*): por minha criação humilde, por
fazer-me ver na simplicidade do cotidiano
bruto em berço da pobreza, a riqueza de sentir-
me protegido sempre;

Aos meus filhos Friederich Nietzsche Melo
dos Santos e Francialy Clarissa Melo dos
Santos: pelo aconchego e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador, professor Cristiano das Neves Bodart, de quem tive a honra de receber as orientações para esta pesquisa, e por ter depositado em mim sua confiança e dedicação. Sem sua orientação, reuniões, sugestões e conhecimentos, essa dissertação não seria possível.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), os meus votos de agradecimento e de gratidão, pela valiosa contribuição partilhada durante as disciplinas do curso de mestrado. Meus agradecimentos, em especial, aos professores Ivan Barbosa (UFS) e Arim Soares do Bem pelos encaminhamentos dados através da Qualificação de Mestrado, sendo que o primeiro contribuiu ainda ao lado do professor Welkson Pires, na Banca de Defesa. E aos professores do curso de Graduação em Ciências Sociais (ICS-UFAL), onde tive preciosas oportunidades de participação em grupos de pesquisa, em especial aos professores Júlio Cezar Gaudêncio e Emerson Oliveira do Nascimento. E que os demais professores se sintam representados nesses votos de sincera gratidão.

Os meus agradecimentos para o corpo de funcionários técnicos do Instituto de Ciências Sociais – UFAL, nas pessoas estimadas da Edna da Silva Gomes e do Lelan Queiroz Siqueira, e aos demais funcionários que constituem o ICS que por 4 anos foi o meu segundo lar.

Aos meus colegas e amigos de turma de mestrado, Diogo José Palmeira Acioli, Fillipi Lúcio Nascimento da Silva, Weldja Marques da Silva Lima, Victor Hugo Nicácio Ferreira, Paulo Victor de Oliveira e Roberta Bastos de Carvalho pelos momentos de partilha de conhecimentos e alegrias inesquecíveis.

Aos meus filhos Friederich Nietzsche Melo dos Santos e Francially Clarissa Melo dos Santos, que com amor incondicional dedicaram a mim em todos os momentos; à Andrelina dos Santos que, na condição de esposa, proporcionou-me momentos de felicidade e de incentivo infinitos; à amiga Olívia Carla da Silva, pela contribuição e partilha de conhecimentos; ao querido amigo Jairo Silva, pelas sugestões bibliográficas.

Meu “muito obrigado” aos coordenadores de curso do PPGS/UFAL, nas pessoas dos professores João Bittencourt e Fernando Rodrigues, pelo apoio, sugestões e partilha de conhecimentos.

Por fim, os meus votos de agradecimento à Guarda Municipal de Maceió, em especial ao agente e amigo Fabio Cunha que tem representado muito bem todos os 32 guardas municipais que participaram da pesquisa a quem devo meus profundos votos de gratidão.

RESUMO

O objeto de análise da pesquisa que deriva esta dissertação são as disputas empreendidas por capitais simbólicos e distinção social/prestígio social pelos guardas municipais no interior do subcampo da Guarda Municipal de Maceió/AL. A Guarda Municipal de Maceió foi criada em 1989, com a finalidade de proteger o patrimônio público, os bens e os serviços da municipalidade. Temos como objetivo geral da pesquisa entender as disputas dos agentes por capitais simbólicos e por distinção social/prestígio social no interior Guarda Municipal de Maceió/AL. Assim, tomando a Guarda Municipal de Maceió como subcampo do campo da Segurança Pública, temos os seguintes objetivos específicos: a) Pensar a GMM a partir do conceito de subcampo; b) Identificar os capitais simbólicos em disputa no subcampo GMM; c) Entender os fatores disposicionalistas dos agentes da GMM em estudo; d) Observar o senso prático dos agentes da GMM; e) Compreender o “jogo jogado” no interior do subcampo da GMM. Como base teórica que subsidia a concepção dessa pesquisa é a Sociologia Disposicionalista, de Pierre Bourdieu, para o estudo das estruturas do subcampo da Guarda Municipal de Maceió, de seus agentes e de seus grupos internos, a partir dos conceitos de campo e subcampo, *habitus*, capital simbólico, senso prático, *illusio*, bem como, de forma pontual algumas contribuições da Sociologia em Escala Individual, de Bernard Lahire, como sugestão teórica para se pensar as trajetórias e estoques e experiências dos guardas municipais. O procedimento metodológico que se aplica em maior volume é o método qualitativo. Analisa-se as percepções dos agentes coletadas através de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos sujeitos. Para apresentar o perfil dos agentes participantes da pesquisa, utilizamos em menor escala a abordagem quantitativa. Assim, nossos primeiros resultados no entorno das dinâmicas das disputas por prestígio social e por capitais simbólicos pelos agentes que constituem a Guarda Municipal de Maceió/AL, que mesmo inconscientes ou conscientes os agentes que compõem determinados grupos mais operacionais dos 32 participantes da pesquisa 26 não reconhecem a área em que atuam como uma atividade de prestígio social.

PALAVRAS-CHAVE: prestígio social; disputas; capitais simbólicos; Guarda Municipal de Maceió; Sociologia Disposicionalista.

ABSTRACT

The object of analysis of the research that derives this dissertation are the disputes undertaken by symbolic capitals and social distinction / social prestige by the municipal guards within the subfield of the Municipal Guard of Maceió / AL. The Maceió Municipal Guard was created in 1989, with the purpose of protecting the public patrimony, goods and services of the municipality. We have as general objective of the research to understand the disputes of the agents for symbolic capital and for social distinction / social prestige in the interior Guarda Municipal de Maceió / AL. Thus, taking the Municipal Guard of Maceió as a subfield in the field of Public Security, we have the following specific objectives: a) Think GMM from the concept of subfield; b) Identify the symbolic capitals in dispute in the GMM subfield; c) Understand the dispositional factors of the GMM agents under study; d) Observe the practical sense of GMM agents; e) Understand the “game played” inside the GMM subfield. As a theoretical basis that supports the conception of this research is Pierre Bourdieu's Dispositional Sociology, for the study of the structures of the Maceió Municipal Guard subfield, its agents and their internal groups, from the concepts of field and subfield, habitus , symbolic capital, practical sense, illusio, as well as, in a punctual way, some contributions from Sociology in Individual Scale, by Bernard Lahire, as a theoretical suggestion to think about the trajectories and stocks and experiences of municipal guards. The methodological procedure that is applied in greater volume is the qualitative method. The agents' perceptions collected through semi-structured interviews applied to the subjects are analyzed. To present the profile of the agents participating in the research, we used the quantitative approach to a lesser extent. Thus, our first results in the context of the dynamics of disputes over social prestige and symbolic capital by the agents that make up the Municipal Guard of Maceió / AL, which even though unconscious or aware the agents that make up certain more operational groups of the 32 research participants 26 do not recognize the area in which they operate as an activity of social prestige.

KEYWORDS: social prestige; disputes; symbolic capitals; Maceió Municipal Guard; Dispositional Sociology.

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Agentes efetivos concursados da Guarda Municipal de Maceió (2019)	68
Gráfico 2 – Agentes efetivos por escolaridade (2019)	71
Gráfico 3 – Agentes concursados da Guarda Municipal de Maceió por tempo de serviço (2019)	72
Gráfico 4 – Efetivo da Guarda Municipal de Maceió por idade (2019)	74

FIGURAS

Figura 1 Documento que atesta a extinção da Guarda Municipal de Maceió (2009)	98
Figura 2 Da estrutura interna da Guarda Municipal de Maceió (2019)	101

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADROS

Quadro 1 – Perfil dos agentes da Guarda Municipal de Maceió/AL participantes das entrevistas (2019-2020)	65
Quadro 2 – Das atribuições disposicionais dos grupos internos da GMM	106
Quadro 3 – Descrição e compreensão dos capitais no interior do subcampo da GMM	108
Quadro 4 – Dos modelos de policiamento dos grupos internos observados no interior da GMM (2019)	111
Quadro 5 – Dos capitais dos grupos internos da Guarda Municipal de Maceió (2020)	112
Quadro 6 – Das funções e respostas obtidas através das entrevistas junto aos participantes da pesquisa (2019)	118

TABELAS

Tabela 1 – Gênero dos agentes da Guarda Municipal de Maceió participantes da pesquisa (2019)	68
Tabela 2 – Cor dos agentes da Guarda Municipal de Maceió participantes da pesquisa (2019)	69
Tabela 3 – Escolaridade dos agentes da Guarda Municipal de Maceió participantes da pesquisa (2019)	70
Tabela 4 – Tempo de serviço dos agentes (2019)	72
Tabela 5 – Idade dos agentes participantes (2019)	73
Tabela 6 – Ano de ingresso dos agentes da Guarda Municipal de Maceió participantes da pesquisa (2019)	74

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade
BMGMM	Banda de Música da Guarda Municipal de Maceió
CBMAL	Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas
CF	Constituição Federal
CG	Corpo da Guarda
CGTRAN	Companhia de Guarda de Trânsito
COI	Coordenadoria de Operações e Inteligência
CPCOM	Companhia de Patrulhamento Comunitário
FEMAC	Fundação Educacional do Município de Maceió
GAAO	Grupo de Ação e Apoio Operacional
GAJAR	Grupo de Apoio ao Jaraguá
GAS	Grupo de Apoio à SMTT
GCM	Guarda Civil Municipal
GM	Guarda Municipal
GMM	Guarda Municipal de Maceió
GPOP	Grupamento de Apoio à População em Situação de Rua
IML	Instituto Médico Legal
MPP	Modelo de Policiamento Proativo
MPR	Modelo de Policiamento Reativo
NEAC	Núcleo de Estatística e Análise Criminal
PC	Policiamento Comunitário
PCAL	Polícia Civil do Estado de Alagoas
PDS	Partido Democrático Social
PFL	Partido da Frente Liberal
PMAL	Polícia Militar do Estado de Alagoas
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PST	Partido Social Trabalhista
ROMESC	Ronda Ostensiva Escolar
ROMU	Ronda Ostensiva Municipal
SD	Sociologia Disposicionalista

SEMSCS	Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social
SIAV	Serviço Indenizado de Adesão Voluntária
SINDGUARDA	Sindicato dos Guardas Cíveis Municipais de Alagoas
SMCU	Secretaria Municipal de Controle Urbano
SMTT	Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito
SOMURB	Superintendência Municipal de Obras e Urbanização
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
SSP-AL	Secretaria de Segurança Pública do Estado de Alagoas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
2. APORTE TEÓRICO	23
2.1 Esboço de alguns elementos da Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu	23
2.2 Esboço de alguns elementos da Sociologia em Escala Individual de Bernard Lahire.....	47
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	56
3.1 A escolha do objeto de pesquisa	56
3.2 Coleta de dados qualitativos e quantitativos	59
3.3 O uso da teoria disposicionalista para “desenhar” o subcampo Guarda Municipal de Maceió/AL	78
4. A GUARDA MUNICIPAL DE MACEIÓ COMO SUBCAMPO SOCIAL DA SEGURANÇA PÚBLICA	82
4.1 A Guarda Municipal de Maceió/AL	83
4.1.1 Aspectos históricos e políticos	85
4.1.2 Aspectos legais.....	100
4.2 A Guarda Municipal como um subcampo social	105
4.2.1 Disposições de capitais entre os grupos no interior da Guarda Municipal de Maceió e as regras do jogo.....	106
4.2.2 As percepções dos agentes participantes	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS	157
APÊNDICES	161
Apêndice 1	162

1. INTRODUÇÃO

O objeto de análise da pesquisa que deriva esta dissertação são as disputas empreendidas em torno das disputas por distinção social pelos guardas municipais da Guarda Municipal de Maceió (GMM) no interior da corporação.

A GMM foi criada em 1989, com a finalidade de proteger o patrimônio público, os bens e os serviços da municipalidade. Para compreendermos sua natureza, importa uma contextualização de suas origens.

Na história das primeiras tentativas de polícia, de policiamento e de justiça, remonta ao Brasil Colônia, sendo alguma espécie de corporação que assegurasse e garantisse a segurança dos indivíduos e a posse da propriedade privada (real e/ou não), o que teria sido trazida da Europa através das navegações exploratórias.

A denominação de Guarda Municipal não aparece, de forma clara, na Constituição Federal de 1988, apenas sugere-se que esta seja como uma instituição pública responsável pela segurança pública, no âmbito do município, que poderá constituí-la para fins de “proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei” (§8º, Art. 144, CF 1988).

No entanto, encontramos, em Maceió, o conceito de guarda municipal nas Leis Municipais nº 3.961/1989 (de implantação da Guarda Civil Municipal de Maceió) e nº 5.421/2004 (Estatuto da Guarda Civil Municipal de Maceió) nos seguintes termos: na primeira Lei vemos a “Guarda Civil Municipal como o órgão integrante da Administração Centralizada, diretamente subordinada ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo” (Art. 1º, Lei Municipal nº 3.961/1989); na segunda, traz-nos a instituição guarda municipal como o “órgão público da Administração Direta da estrutura organizacional da Prefeitura de Maceió, inserida na área de melhoria da qualidade de vida de acordo com os parâmetros da Lei nº 5.118, de 31 de dezembro de 2000” (que trata da Organização Administrativa da Prefeitura Municipal de Maceió). Há ligeiras diferenças entre as duas sugestões de conceitos, mas que imbricam-se.

Antes da constituição da GMM, em Maceió, sob o *status* de município, não há indícios de que houve uma corporação que se aproximasse à estrutura de uma guarda municipal; todavia, há indício desde o *status* quando província e comarca, ao se emancipar de Pernambuco, em 1817. No documento conhecido como “*Falla*” do então Presidente de

Província Machado D'Oliveira, a 15 de março de 1835 (Relatório 1835)¹, observa-se a notícia de forças militares constituídas para defender a província e os cidadãos contra a ameaça e ataques de hordas de salteadores, malfeitores e ladrões. Mas nenhum sinal da expressão ou conceito de guarda municipal nos moldes que conhecemos hoje.

A GMM, enquanto instituição criada sob os moldes delimitados pela Constituição Federal de 1988 completou, no ano de 2019, 30 anos de existência/resistência. Esta, além de parecer enfrentar, desde o seu surgimento, um prestígio no campo da segurança pública municipal, teve que suportar “modismos”² das inúmeras gestões. Tal corporação já foi vítima de um incêndio, em 1997, à época em que as polícias estaduais estavam em greve e aquarteladas, fato, no mínimo, estranho. A GMM já foi vítima, de discriminação em programas policiais de rádio e de TV locais³ até culminar em sua extinção como pessoa jurídica.

Contudo, a GMM, mesmo na condição de pessoa jurídica extinta, conseguiu soerguesse, tendo sido implantado em seu interior diversos grupamentos internos específicos, sendo eles: Grupo de Ação e Apoio Operacional (GAAO); Grupo de Apoio ao Jaraguá (GAJAR), grupamento extinto; Companhia de Patrulhamento Comunitário (CPCOM), também extinto; Grupamento de Apoio à População em Situação de Rua (GPOP); Ronda Ostensiva Municipal (ROMU) I, II e III; Ronda Ostensiva Escolar (ROMESC); Companhia de Guarda de Trânsito (CGTRAN) agora denominada como Grupo de Apoio à SMTT (GAS); Serviço Indenizado de Adesão Voluntária (SIAV); Bike Patrulha; Banda de Música e; Corpo da Guarda (administrativos).

Dessa forma, na presente pesquisa, buscamos compreender o que dispõe a Guarda Municipal de Maceió (GMM) para que hajam disputas entre os sujeitos e grupos que

¹ Disponível no sítio: www.revistaalexandria.com/almanaque (acesso em 22 de outubro de 2019).

² Esses modismos podem ser vistos como os modelos de gestão aplicados no decorrer da existência da GMM que, muitas vezes contrários aos anseios dos agentes, acabam favorecendo à gestão. Desde que a GMM foi implantada em 1989, diversos gestores aplicaram modelos de gestão que mais atendessem à política praticada pelo Poder Executivo municipal vigente à época. Interessante pensar tais modelos como uma produção futura na categoria artigos, visto que na presente pesquisa não é nosso foco.

³ Noticiários sensacionalistas como Boletim de Ocorrência e Plantão de Polícia, da emissora TV Alagoas (inaugurada em 1982, atual TV Ponta Verde), tendo à frente Denis Melo, repórter policial, ex militar e delegado de polícia civil, e o programa Fique Alerta, da emissora de TV Pajuçara, tendo como repórter policial o ex-prefeito de Maceió Cícero Almeida e o ex-deputado estadual Jeferson Moraes. Nas emissoras de rádio, os programas que mostravam uma imagem negativa da GMM, comandados pelo policial e repórter Gilson Gonçalves, o Gonça Gonçalves como ficou conhecido usava um famoso bordão: “Bandido bom é bandido morto”; e o político e radialista França Moura, em rádios como Correio e Gazeta. Tais informações são importantes para investigar como a GMM era vista por esses sujeitos e que, a partir desse tratamento, propor mais adiante uma trabalho tendo como objeto de pesquisa a imagem negativa da GMM produzida por essas emissoras e sujeitos.

constituem a GMM, a partir das contribuições da Sociologia Disposicionalista, de Pierre Bourdieu.

A partir da Sociologia Disposicionalista, de Pierre Bourdieu, olhamos para as estruturas, as funções, os grupamentos, os aspectos *lato sensu* da instituição GMM; já com a Sociologia em Escala Individual, de Bernard Lahire, que utilizamos pontualmente, apresentamos algumas pistas para se pensar sobre o quanto são importantes para compreender as trajetórias dos agentes participantes da pesquisa e se estas implicam ou não para que disputem por capitais simbólicos. Embora, não é nosso propósito utilizar a perspectiva de Lahire. Contudo, tais perspectivas teóricas corroboram para respondermos o nosso principal problema: como ocorrem as disputas pelos capitais simbólicos e pela distinção social/prestígio social no interior do subcampo da GMM?

A partir desse problema geral, no subcampo da Guarda Municipal de Maceió (considerando a GMM e os elementos jurídicos, legais, administrativos e constitucionais aplicados pela Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 144) desdobram-se as seguintes problemáticas: i) reconhecendo que o subcampo da GMM é constituído de agentes individuais e agentes coletivos quais são os capitais simbólicos disputados que lhes conferem distinção (prestígio social)?; ii) como se constituem ou se constituíram o capital simbólico dos agentes coletivos internos (dos grupamentos)?; iii) há dispositivos legais que visam o equilíbrio da distribuição dos capitais simbólicos entre os grupos que os disputam? iv) como os agentes participantes assimilam as regras impostas pelo jogo jogado no interior do subcampo da GMM?

Em termos mais diretos, temos como objetivo geral da pesquisa entender as disputas dos agentes por distinção social no interior Guarda Municipal de Maceió/AL. Assim, tomamos a Guarda Municipal de Maceió como subcampo do campo da Segurança Pública, e temos os seguintes objetivos específicos:

- a) Pensar a GMM a partir do conceito de subcampo;
- b) Identificar os capitais simbólicos em disputa no subcampo GMM;
- c) Entender os fatores disposicionalistas dos agentes da GMM em estudo;
- d) Observar o senso prático dos agentes da GMM;
- e) Compreender o “jogo jogado” no interior do subcampo da GMM.

Frente aos objetivos da pesquisa, elaboramos as seguintes **hipóteses**: **i)** a disputa por distinção no interior do subcampo da GMM dá-se entre os agentes motivados por capitais

simbólicos que lhes possibilitem ganhos que vão desde o econômico ao social; **ii**) além da disputa pelo prestígio social que os grupos internos oferecem, os sujeitos disputam também pelos capitais simbólicos que lhes dão distinção como: as condições objetivas de trabalho (no caso, equipamentos bélicos como armas de fogo, algemas, coletes balísticos, tonfas, fardamento mais atrativo, e ferramentas de trabalho como rádios portáteis, VTRs, bikes etc.) e os códigos legais (Leis Municipais, Decretos, Regimentos, Ética etc.); **iii**) os capitais simbólicos contidos no subcampo da GMM são os fatores disposicionalistas pelos quais os sujeitos tendem a integrarem-se a determinados grupos; **iv**) o “jogo jogado” no interior do subcampo da GMM acaba sendo um fator tanto de equilíbrio quanto de exclusão para os sujeitos que não possuem disposições para integrar determinados grupos internos; **v**) a imersão no jogo de disputas por capitais simbólicos gera uma *illusio* pouco percebida pelos agentes da GMM, levando-os ao maior envolvimento na luta simbólica.

O interesse pelo objeto – a Guarda Municipal de Maceió – é advindo de minha inserção nesse subcampo como integrante da Guarda Municipal de Maceió. Sendo integrante da GMM há 23 anos as experiências (con)vividas e o acesso à informações tornam a pesquisa viável.

Assim, esta dissertação assume a seguinte estrutura: **i**) a presente introdução; **ii**) um segundo tópico, voltado a apresentação da fundamentação teórica desta pesquisa; **iii**) um terceiro tópico onde será apresentado os procedimentos metodológicos; **iv**) um quarto tópico onde é apresentado uma leitura disposicionalista da Guarda Municipal de Maceió/AL⁴, destacando os agentes individuais e os agentes coletivos que o constitui, além de apresentar os resultados do senso prático dos agentes a partir da análise das respostas às perguntas das entrevistas; **v**) as considerações finais.

⁴ Embora reconheçamos a existência de outras forças policiais – Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Portuária etc. – no estado de Alagoas, para fins de controle da pesquisa e, pelo fato de estarem bem mais presentes e atuantes nas ruas, selecionamos a PMAL e PCAL para de forma breve apresentar a construção da história dessas instituições, para assim podermos estudar os fatores que contribuem para o suposto desprestígio social da GMM – a partir da análise do capital simbólico, das disputas entre os agentes e os grupos internos no interior da Guarda Municipal de Maceió/AL, além das trajetórias e cenários daqueles agentes da GMM.

2 APORTE TEÓRICO

Neste capítulo apresentaremos parte substantiva da Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu (1930-2002), especialmente os conceitos utilizados por ele para compreender as disposições que promovem uma relação de força entre os agentes no interior de determinadas estruturas. As forças que podem aparecer sutilmente, e que possam estar presentes a partir das percepções dos agentes. Por essa perspectiva disposicionalista apresentaremos, ainda, elementos que podem ser estudados também com a utilização da Sociologia em Escala Individual de Bernard Lahire (1963-), só que de forma bem mais pontual, visto que para além do subcampo da GMM, os agentes são também sujeitos que se deslocam tanto no tempo quanto no espaço.

2.1 Esboço de alguns elementos da Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu

Talvez o principal conceito que compõe a Teoria dos Campos seja o de “campo”, já que é a partir dele que gravitam outros, como *habitus*, *illusio*, senso prático, capitais simbólicos, etc. Bourdieu disse que o conceito de *campo* teria, em suas pesquisas, se originado do encontro entre as pesquisas de Sociologia da Arte que iniciou no seminário na Escola Normal Superior de Paris (conhecida também por *Normale Sup*), por volta de 1960 (BOURDIEU, 2004).

Bourdieu (1983) ao elaborar sua Teoria dos Campos percebeu, a partir de Max Weber, que a sociedade constitui-se de diversas esferas sociais, como a esfera do mundo religioso, do mundo da arte, do mundo científico etc. e, como tal, compondo distintos campos (da Religião, da Arte, da Ciência, etc.). Ao pensar a sociedade a partir de campos sociais, a perspectiva adotada põe em debate a necessidade de estudar as estruturas e seu funcionamento e quais imbricações interferem na vida social dos sujeitos.

Dada a diversidade de esferas sociais, os campos possuem suas distinções, e consequentemente sua autonomia, a qual se dá, justamente, pelas dinâmicas das regras estabelecidas em seu interior; regras preestabelecidas do jogo que deve ser jogado pelos agentes e grupos internos ao campo.

Por Campo, Bourdieu considera

[...] o espaço da interação funciona como uma situação de mercado linguístico, que tem características conjunturais cujos princípios podemos destacar. Em primeiro lugar, é um espaço pré-construído: a composição social do grupo está

antecipadamente determinada. Para compreender o que pode ser dito e sobretudo *o que não pode ser dito* no palco, é preciso conhecer as leis de formação do grupo [...] é preciso saber quem é excluído e quem se exclui. [...] O espaço de interação é o lugar da actualização da intersecção entre os diferentes campos. Os agentes na sua **luta** para imporem o veredicto “imparcial”, quer dizer, para fazerem reconhecer a sua visão como objectiva, dispõem de forças que dependem da sua pertença a campos respectivos (BOURDIEU, 2011b, p. 55).

Esse espaço de interação, de que fala Bourdieu, é o espaço social, onde está contido em seu interior o campo onde se dão as disputas por capitais simbólicos e distinção. Como ele mesmo define, o campo, ao mesmo tempo, que é um espaço de interação social, também é um espaço de luta, de disputas, de conflitos entre os agentes; assim como esse mesmo espaço que inclui o agente na recepção das dinâmicas internas ao campo, também o exclui, quer seja por não reconhecer as regras, quer seja, por não ter *habitus* que lhe exija o campo. Por espaço social, Bourdieu (2001) define da seguinte forma:

Sendo o espaço físico definido, segundo Strawson, pela exterioridade recíproca das posições (outra maneira de nomear "a ordem das coexistências": a que se referia Leibniz), o espaço social pela exclusão mútua, ou pela *distinção*, das posições que os constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais (definidas, adiante, como posições na estrutura de distribuição das diferentes espécies de capital). Os agentes sociais, bem como as coisas por eles apropriadas, logo constituídas como *propriedades*, encontram-se situados em um lugar do espaço social, lugar distinto e distintivo que pode ser caracterizado pela posição relativa que ocupa em relação a outros lugares (acima, abaixo, entre etc.) e pela distância (por vezes dita "respeitosa": e *longínquo reverentia*) que o separa deles (BOURDIEU, 2001, p. 164)

Alguns elementos são atribuídos às disposições no espaço social que podem sinalizar nos agentes sociais posições definidas no interior do campo: hierarquia, pode ser um deles. A hierarquia posicionaria os agentes distinguindo uns dos outros, uns com *status* de agentes superiores hierarquicamente, e os outros, com menor *status*, de subordinados em relação aos primeiros. Isso ocorre a partir do momento em que nos voltamos para o interior do campo.

Bourdieu citado por Lahire (2017) conceitua o campo como um

[...] sistema ou espaço estruturado de posições ocupadas pelos diferentes agentes do campo. As práticas e estratégias dos agentes só se tornam compreensíveis se forem relacionados às suas posições no campo. Entre as estratégias invariantes, encontra-se a oposição entre as estratégias de conservação e as estratégias de subversão do estado da relação de forças existente: as primeiras são mais frequentemente as estratégias dos dominantes, enquanto as segundas correspondem às dos dominados (e, entre eles, mais particularmente, dos recém-chegados no campo). Essa oposição pode assumir a forma de um conflito entre velhos e novos, ortodoxos e heterodoxos, conservadores e revolucionários etc. (LAHIRE, 2017, p. 65).

Dessa forma, temos ainda o campo como um macrocosmo composto de microcosmos, ou subcampos, onde o campo social é *locus* de movimentação dos agentes que disputam por

capitais simbólicos e prestígio social. Como o conceito de campo surgiu, cujos elementos constitutivos vão desde a luta pelo prestígio à lógica da prática – embora, ao longo de toda a obra bourdieusiana, esteja diluído – o próprio Bourdieu explica:

[...] nas análises mais antigas sobre a honra (eu as reformulei várias vezes...), você encontra todos os problemas que me coloco ainda hoje: a ideia de que as lutas pelo reconhecimento são uma dimensão, fundamental da vida social e de que nelas está em jogo a acumulação de uma forma particular de capital, a honra no sentido de reputação, de prestígio, havendo, portanto, uma lógica específica da acumulação do capital simbólico, como capital fundado no conhecimento e no reconhecimento; a ideia de estratégia como orientação da prática, que não é nem consciente e calculada, nem mecanicamente determinada, mas que é produto do senso de honra enquanto senso desse jogo particular que é o jogo da honra; a ideia de que existe uma lógica da prática, cuja especificidade reside sobretudo em sua estrutura temporal (BOURDIEU, 2004, pp. 35-36).

Para a composição do conceito de campo, Bourdieu, ainda, promove uma discussão epistemológica entre as correntes teóricas que ora polarizam o objetivismo, ora polarizam o subjetivismo; teorias que ao invés de relativizar, promovem “grandes oposições”, como o sociólogo indica:

Ainda que eu desconfie das grandes oposições dualistas, sociedades quentes/sociedades frias, sociedades históricas/sociedades sem história, pode-se sugerir que, à medida que as sociedades se tornam mais diferenciadas e se desenvolvem nelas esses "mundos" relativamente autônomos que chamo de campo, as possibilidades de que surjam verdadeiros acontecimentos, isto é, encontros de séries causais independentes, ligados a esferas de necessidade diferentes, não param de crescer e, desse modo, a liberdade deixada a estratégias complexas do *habitus*, integrando necessidades de ordem diferente (BOURDIEU, 2004, pp. 92-93).

Pertencer a determinado campo, requer do agente a credibilidade e o interesse, o estar ligado à lógica do jogo jogado internamente, aceitar como legítimo as regras e, esteja em qual posição estiver, encarar as disputas como algo natural, que faz parte do “jogo”, e, que, para quem não pertence a ele, o sentido que se dá, é algo que somente quem está inserido é que vê como uma normalidade que desperta no agente o interesse. Assim, “o interesse ligado ao fato de se pertencer a um campo está associado a uma forma de conhecimento prático, interessada, que aquele que não faz parte do campo não possui” (BOURDIEU, 2004, p.110).

Outros elementos que constituem a Teoria dos Campos, o fato de ter em si o aspecto da generalização, do olhar voltado para a estrutura, para os aspectos gerais, ao invés de ver na singularidade do agente, também, recursos “plurais”, de tal maneira que Bourdieu caracteriza sua teoria do campo como algo que

realmente faz com que se recuse tanto o estabelecimento de uma relação direta entre a biografia individual e a obra (ou entre a "classe social" de origem e a obra) como a

análise interna de uma obra em particular ou mesmo a análise intertextual, isto é, o relacionamento de um conjunto de obras. Porque é preciso fazer tudo isso ao mesmo tempo (BOURDIEU, 2004, p. 177)

Bourdieu, ainda, propõe algumas características do campo, para que possamos identificá-lo, como: “Cada campo se caracteriza, na verdade, pela busca de uma finalidade específica, capaz de favorecer investimentos igualmente absolutos por parte de todos os que (e somente esses) possuem as disposições requeridas (por exemplo, a *libido sciendi*)” (BOURDIEU, 2001, p. 21).

Para ele, cada campo é visto como esfera relativamente autônoma, no interior do qual há uma dinâmica e lógica própria de funcionamento. Por campo, entendemos como um espaço em que agentes disputam por capitais simbólicos no intuito de atingir determinadas metas a partir de um “jogo jogado” conforme suas regras. Além de possuir uma lógica de funcionamento própria no interior do campo, seja por meio do senso prático dos agentes, seja através de um sistema de disposições incorporadas, como indica Bourdieu (2001): “A lógica específica de um campo se institui em estado incorporado sob a forma de um *habitus* específico, ou melhor, de um sentido do jogo, ordinariamente designado como um "espírito" ou um "sentido" (filosófico, "literário"; "artístico" etc.), que praticamente jamais é posto ou imposto de maneira explícita” (BOURDIEU, 2001, p. 21).

Todavia, o campo, mesmo composto por agentes e/ou grupos distintos, possui elementos que garantem sua relativa autonomia, pois existem em seu interior propósitos que ganham sentido e coerência para os agentes que o integram. Não só essa autonomia constitui o campo, também o constitui o modo de conhecimento específico a cada campo que corresponde a um ponto de vista também específico (por exemplo: campo político, campo religioso, campo da segurança pública etc.); nesse sentido, para Bourdieu (2001) isso envolve um processo de diferenciação entre os campos:

O processo de diferenciação do mundo social conducente a existência de campos autônomos concerne, ao mesmo tempo, ao ser e ao conhecer: ao se diferenciar, o mundo social produz a diferenciação dos modos de conhecimento do mundo; a cada um dos campos corresponde a um ponto de vista fundamental sobre o mundo que *cria* seu próprio objeto e encontra nele mesmo o princípio de compreensão e explicação conveniente a esse objeto (BOURDIEU, 2001, p.120)

Dentre esses aspectos que constituem o campo, os agentes que em seu interior disputam por capitais e por prestígio devem reconhecer, espontaneamente, que em seu interior há divisões de classes; as regras podem ser gerais para todos, contudo, entre o agente que já

integra o interior do campo por mais tempo e o agente que se insere recentemente, este sim, conforme perspectiva da Sociologia Disposicionalista, deve oferecer um *habitus* compatível:

Cada campo é a institucionalização de um ponto de vista nas coisas e nos *habitus*. O *habitus* específico, imposto aos novos postulantes, como um direito de entrada, não é outra coisa senão um modo de pensamento específico (um *eidos*), princípio de uma construção específica da realidade, fundado numa crença pré-reflexiva no valor indiscutível dos instrumentos de construção e dos objetos assim construídos (um *ethos*). (Na realidade, em lugar do *habitus* tácita ou explicitamente exigido, o novo postulante deve trazer para o jogo um *habitus* praticamente compatível, ou suficientemente próximo, e acima de tudo maleável e suscetível de ser convertido em *habitus* ajustado, em suma congruente e dócil, ou seja, aberto à possibilidade de uma reestruturação. E a razão pela qual as operações de cooptação prestam atenção aos sinais de competência e ainda mais aos indícios quase imperceptíveis, quase sempre corporais, postura, compostura, maneiras, disposições de ser e sobretudo de vir a ser, quer se trate de escolher um jogador de rugby, um professor, um alto funcionário ou um policial.) (BOURDIEU, 2001, p.121)

Isso, segundo Bourdieu, gera um conflito, um embate de lutas por capital simbólico e por posições no interior do campo, como nos aponta o sociólogo francês: “Mas sabe-se que em cada campo se encontrará uma luta, da qual se deve, cada vez, procurar as formas específicas, entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência” (BOURDIEU, 1983, p. 89).

Esse monopólio de relação de força no interior do campo remete à tentativa de restabelecimento da ordem das disposições do jogo sempre que se sentirem os sujeitos mais tradicionais e com mais tempo jogando o jogo no interior do campo à iminência da ameaça de novos sujeitos assumirem determinadas posições nesse campo, como aponta Bourdieu (1983):

Aqueles que, num estado determinado da relação de força, monopolizam (mais ou menos completamente) o capital específico, fundamento do poder ou da autoridade específica característica de um campo, tendem as estratégias de conservação - aquelas que nos campos da produção de bens culturais tendem à defesa da **ortodoxia** -, enquanto os que possuem menos capital (que frequentemente são também os recém-chegados e portanto, na maioria das vezes, os mais jovens) tendem à estratégias de subversão - as da **heresia**. É a heresia, a heterodoxia, enquanto ruptura crítica, frequentemente ligada à crise, juntamente com a doxa, que faz com que os dominantes saiam de seu silêncio, impondo-lhes a produção do discurso defensivo da ortodoxia, pensamento “direito” e de direita, visando a restaurar o equivalente da adesão silenciosa, da doxa (BOURDIEU, 1983, p. 90).

Provavelmente, percebendo Bourdieu como a sociedade francesa de sua época e o mercado artístico da alta costura como eram constituídos e funcionavam, elaborou a Teoria dos Campos, tendo como base o conflito entre os sujeitos ou entre os grupos que integram a sociedade, produzido a partir das consequências das disputas por espaço e posições quer seja

no campo que façam parte, quer seja no campo cuja tendência indique uma pertença ao campo. Como ocorre em determinado campo em que sujeitos “novos” lutam por espaço e posição frente aos sujeitos mais consolidados e prestigiados no interior do campo.

Contudo, algumas questões de cunho epistemológico levaram Bourdieu a empreender, primeiramente, a um debate sobre o **objetivismo**, que, à ótica do estruturalismo a ação social do sujeito não é levada em conta; pois, o indivíduo aqui está desprovido de autonomia e, conseqüentemente, desaparece para dar lugar às propriedades que constituem a estrutura; e, secundamente, o **subjativismo**, sob a qual algumas perspectivas olhavam para as ações do indivíduo, porém, desprovido de uma visão relacional entre indivíduo e estrutura.

Provavelmente, Bourdieu, vendo em Durkheim a partir da lógica positivista de como a sociedade se constitui, onde os indivíduos funcionam como tentáculos de uma estrutura maior sob o efeito de uma coesão social regida pelas normas criadas para manter sempre que possível um controle e um equilíbrio sociais, o aspecto funcional que liga os indivíduos à estrutura quase que orgânica da sociedade.

As práticas e ações dos indivíduos não eram o *modus operandi* de Durkheim, por isso que ele, de forma objetiva, positivista e, em termos, funcionalista, interpretava o mundo social como um organismo vivo, onde os indivíduos cumpriam determinados papéis e funções sem externar suas propriedades subjetivas, pois, para que haja harmonia social e assim evite-se o estado de anomia, as regras, os Códigos etc. (ou fatos sociais) devem ter como uma das principais propriedades: a exterioridade.

Já a crítica sobre o **subjativismo**, Bourdieu tenha percebido a importância na Sociologia da ação social, desenvolvida em Max Weber, quando este demonstrou em suas obras que para além da estrutura, a ação dos indivíduos assumem um papel preponderante para compreender como os indivíduos relacionam-se em sociedade.

No entanto, essa ação que é social deve estar dentro da compreensão do indivíduo que lhe dar sentido e que de alguma forma esteja direcionada para a comunicação e até trocas de linguagens com o outro.

O **objetivismo** vem de uma linha teórica positivista, com o propósito de romper com as influências da Psicologia que tinha como preceitos teóricos a subjetividade (o **subjativismo**) refletida a partir do estudo do comportamento e da ação do indivíduo que, de alguma forma, inferia nas estruturas mentais desse indivíduo.

Portanto, tanto é que Bourdieu promovendo essa ruptura epistemológica voltou-se também para a proposta weberiana, onde Weber (2004) “se empenhou [...] para mostrar que comportamento, ação e ação social eram construtos próximos, mas distintos entre si, sendo a

ação social o objeto da Sociologia, relegando o estudo dos comportamentos e ações à psicologia e à economia” (WEBER, 2004; citado por BARREIROS, 2017, p. 2).

Pensar nesse debate epistemológico é aproximar-se da proposta de Bourdieu ao elaborar a sua Teoria dos Campos, porque, embora as disposições que constituem os campos possuem propriedades dinâmicas de funcionamento, veremos como a ação do sujeito interfere nessas disposições.

Elementos importantes que constituem a Sociologia Disposicionalista como campo, *habitus*, *illusio*, capital simbólico e o senso prático, entre outros, mas que para nossa pesquisa focaremos nesses; a menos que no decorrer da investigação, faça-se insurgir na demanda da utilização de outros conceitos pertencente a essa teoria. Mas endentemos ser fundamental discorrermos brevemente sobre como Bourdieu define o “capital social”, a partir de uma releitura de originais em francês.

Bourdieu define capital social como o conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento (BOURDIEU, 1980). Desse modo, no interior do campo social, os agentes podem deter para si um capital social maior do que os demais, e pela regra incorporada no jogo, exercer o poder político para alterar, cumprir e criar novas leis de funcionamento no interior desse campo para preservar o prestígio, a posição e o próprio funcionamento do campo, estabelecendo quais grupos possui autoridade para incluir ou excluir.

Os campos, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, mantêm em seu interior suas propriedades invariantes e suas disposições, que, por sua vez, ao submeterem-se ao jogo os agentes, fazem movimentarem-se os sujeitos em seu interior, seja por uma busca de posição mais privilegiada, seja para captar o maior volume de capitais simbólicos, ou seja, ainda, para excluir e/ou incluir novos sujeitos, conforme obtenham *status* e poder para criar, alterar e cumprir as regras.

Desse modo, o campo, como espaço social de disputas entre os agentes implica ainda aos sujeitos que jogam o jogo no interior desse campo em “procurar as formas específicas, entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência” (BOURDIEU, 1983, p. 89). Para isso, há outro elemento bastante importante que não é apenas a disposição para a disputa e luta por posições no interior do campo, mas também a própria manutenção do campo.

Sendo assim, o espaço social é o momento de comunicação entre os agentes que constituem o interior do campo – que assume agora a conotação de campo social – e, por espaço social do campo entendemos, nos termos de Bourdieu (2011b) como

o espaço da interacção funciona como uma situação de mercado linguístico, que tem características conjunturais [...]. O espaço de interacção é o lugar da actualização da intersecção entre os diferentes campos. Os agentes na sua luta para imporem o veredicto “imparcial”, quer dizer para fazerem reconhecer a sua visão como objectiva, dispõem de forças que dependem de sua pertença a campos objectivamente hierarquizados e de sua posição nos campos respectivos (BOURDIEU, 2011b, p. 55).

Como o próprio Bourdieu indica para um conjunto de elementos que despertem os sujeitos para tais disposições como os objetos de disputas que mais adiante iremos estudar e que são os capitais simbólicos que estão em jogo e que proporcionam posições melhores ou piores aos sujeitos dentro do campo. Assim, o campo para que funcione, Bourdieu nos aponta que “haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas etc.” (BOURDIEU, 1983, 89).

O espaço social de que falamos refere-se à estrutura onde está inserido o campo e que Bourdieu indica como “um **estado** da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores” (BOURDIEU, 1983, p. 90). Percebemos quase que um drama a disposição dos agentes ou das instituições na luta pelas posições no interior do campo a partir do acesso aos capitais específicos. Porque cada campo possui o seu capital específico, suas regras próprias, e com propriedades exigidas pelo campo que pertença, os sujeitos ou as instituições.

Por isso, há um certo tom de dramaticidade no interior desse espaço onde os agentes jogam o jogo e que, em termos, esse drama acaba se tornando numa espécie de violência, violência essa possível a partir das exigências das regras do jogo. Mesmo que não seja nosso foco – a violência simbólica – o fato de saber que no interior do campo os agentes ou as instituições para manterem-se ou excluírem-se devem encarar uma constante luta, porque assim não conseguirão uma posição de prestígio, já denota que a “coisa” em si, ou seja, o objeto de disputa, não é algo dado, é conquistado, tomado, disputado. Num tom enfático de Bourdieu “as lutas cujo espaço é o campo têm por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, isto é, em definitivo, a

conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico” (BOURDIEU, 1983, p. 90).

Além de espaço social contido dentro do campo, enquanto palco de lutas entre os sujeitos “antigos” e sujeitos “novos” – ortodoxia versus heterodoxia – Bourdieu indica novos elementos que constituem como propriedades do campo, que podem passar despercebidamente às vistas daqueles que jogam no interior desse campo, a saber:

Outra propriedade, já menos visível, de um campo: todas as pessoas que estão engajadas num campo têm um certo número de interesses fundamentais em comum, a saber, tudo aquilo que está ligado à própria existência do campo: daí a cumplicidade objetiva subjacente a todos os antagonismos. Esquece-se que a luta pressupõe um acordo entre os antagonistas, sobre o que merece ser disputado, fato escondido por detrás da aparência do óbvio, deixado em estado de doxa, ou seja, tudo aquilo que constitui o próprio campo, o jogo, os objetos de disputas, todos os pressupostos que são tacitamente aceitos, mesmo sem que se saiba, pelo simples fato de jogar, de entrar no jogo. Os que participam da luta contribuem para a reprodução do jogo contribuindo (mais ou menos completamente dependendo do campo) para produzir a crença no valor do que está sendo disputado. Os recém-chegados devem pagar um direito de entrada que consiste no reconhecimento do valor do jogo (a seleção e a cooptação dão sempre muita atenção aos índices de adesão ao jogo, de investimento) e no conhecimento (prática) dos princípios de funcionamento do jogo. Eles são levados às estratégias de subversão que, no entanto, sob pena de exclusão, permanecem dentro de certo limite. E de fato, as **revoluções parciais** que ocorrem continuamente nos campos não colocam em questão os próprios fundamentos do jogo, sua axiomática fundamental, o pedestal das crenças último sobre os quais repousa o jogo inteiro (BOURDIEU, 2011b, p. 90-91).

Nesses termos, a sócio-lógica do mundo social em Bourdieu, perpassa primeiramente por essa discussão sobre o **objetivismo** e o **subjetivismo**, onde a prática no interior dos campos assume um lugar de destaque nos estudos bourdieusianos.

Assim, ao fazer a crítica epistemológica à antinomia objetivismo-subjetivismo, influência da filosofia clássica de Bachelard, Bourdieu empreendeu, então à construção do conceito de *habitus*, bem como empreendeu, ainda, a compatibilidade da disposição do agente no interior do espaço social, onde estão estruturados todos os elementos que constituem o campo.

Tais esquemas estruturados, estruturantes e estruturadoras estariam engendrados na relação entre sujeito e estrutura, sujeito e trabalho, e não de forma isolada. O princípio aí da descoberta científica, que ora equilibra uma situação, um sujeito, ora desequilibra está implicado no comportamento e na ação dos sujeitos, por isso que, Bourdieu insiste no *habitus*.

Os sujeitos na condição de agentes têm em si o *habitus* como um sistema de disposições sem que os transformem em autômatos, mesmo que estejam no inconsciente tais disposições para “jogar” o “jogo” no interior de determinado campo; por mais forte sejam as leis mecânicas que regem o “corpo”, os agentes devem lutar socialmente por aquilo que são

motivados e estão interessados. Pois, aspectos tais, como a motivação e o interesse, que não surgiram de agora, mas remontam às sociedades arcaicas, são elementos que contribuem para explicar o *habitus*, como Bourdieu (2004) indica:

Os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que lhes escapam. Nos jogos mais complexos - as trocas matrimoniais, por exemplo, ou as práticas rituais -, eles investem os princípios incorporados de um *habitus* gerador: esse sistema de disposições pode ser pensado por analogia com a gramática gerativa de Chomsky com a diferença de que se trata de disposições *adquiridas pela experiência*, logo, variáveis segundo o lugar e o momento. Esse "sentido do jogo", como dizemos em francês, é o que permite gerar uma infinidade de "lances" adaptados à infinidade de situações possíveis, que nenhuma regra, por mais complexa que seja, pode prever (BOURDIEU, 2004, p.21).

Pois, como tal, essa é uma discussão empreendida por Pierre Bourdieu ao elaborar o conceito de *habitus* que remonta a alguns paradigmas fixados pelo “estruturalismo sem sujeito”, fincadas na Filosofia tradicional e em alguns autores que defendiam uma visão unicamente fenomenológica do sujeito. Quando, na verdade, Bourdieu, oferece-nos uma perspectiva avançada para compreendermos a noção de *habitus*:

O recurso à noção de *habitus*, um velho conceito aristotélico-tomista que repensei completamente, como uma maneira de escapar dessa alternativa do estruturalismo sem sujeito e da filosofia do sujeito. Também aqui, alguns fenomenólogos - o próprio Husserl, que destina um papel à noção de *habitus* na análise da experiência antepredicativa, ou Merleau-Ponty, e mesmo Heidegger - abriam caminho para uma análise nem intelectualista nem mecanicista da relação entre o agente e o mundo. Infelizmente, aplicam às minhas análises - e esta é a principal fonte de mal-entendidos - as próprias alternativas que a noção de *habitus* visa descartar, as da consciência e do inconsciente, da explicação pelas causas determinantes ou pelas causas finais (BOURDIEU, 2004, p. 22)

Bourdieu (2004) explica que ao refutar a polarização das perspectivas do estruturalismo e da filosofia do sujeito, não os nega de maneira a reconhecer sua aplicabilidade; mas visando oferecer uma “nova” perspectiva de ver e analisar a estrutura e o agente, é que a refuta de forma a apresentar elementos que possam contribuir para uma “nova” visão de ver o mundo e o agente sociais. E toma como exemplo, a ideia da “gramática gerativa”, de Chomsky.

Existe na concepção do *habitus* o elemento objetivo que guia o agente, sem deixar de lado que o ímpeto de estar no jogo jogado no interior do campo social, é unicamente inconsciente; sendo consciente, o que poderia chamar esse ímpeto, de interesse do agente, por disputar por prestígio e capitais. Por isso que tanto os aspectos da visão objetivista quanto da

visão subjetivista aparecem na ação dos sujeitos e, que, pensar a estrutura e o agente, alinharem-se ao pensamento bourdieusiano, sem determinar que tais aspectos sejam herança de uma corrente racionalista:

Sendo produto da incorporação da necessidade objetiva, o *habitus*, necessidade tornada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica de causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação. A ação comandada pelo "sentido do jogo" tem toda a aparência da ação racional que representaria um observador imparcial, dotado de toda informação útil e capaz de controlá-la racionalmente. E, no entanto, ela não tem a razão como princípio (BOURDIEU, 2004, p. 23).

Assim, o *habitus* como um sistema de disposições incorporado no agente a partir da construção de suas práticas, produz, como diz Bourdieu, “estratégias” de ação; tais estratégias produzidas não são explicitamente conscientes no agente. Pois, se o *habitus* está incorporado no agente, como tal, ao inserir-se no espaço social de determinado campo, é que o agente reconhece que no interior do campo existem regras, disposições, capitais simbólicos, disputas entre os agentes e conflitos.

Nesse sentido, ainda, segundo Bourdieu (2004) ao desenvolver o conceito de *habitus*, o mesmo enfatizou:

O propósito de Panofsky, que em *Architecture gothique* também retomava um conceito nativo para explicar o efeito do pensamento escolástico –, eu queria tirar Panofsky da tradição neokantiana, no qual ele permanecia aprisionado (...). Eu queria, acima de tudo, reagir contra a orientação mecanicista de Saussure (que, como mostrei em *Le sens pratique*, concebe a prática como simples execução) e do estruturalismo. Aproximando-me neste caso de Chomsky, em que eu encontrava a mesma preocupação de dar uma intenção ativa, inventiva, à prática (...), eu queria insistir nas *capacidades geradoras* das disposições, ficando claro que se trata de disposições adquiridas, socialmente constituídas (BOURDIEU, 2004, p. 25).

Entretanto, o conceito de *habitus* não surgiu da noite para o dia, bem antes, sob outras formas conceituais, em Aristóteles, passando pela escolástica e mais posteriormente, em Durkheim e em Panofsky. Daí já podemos ver os diversos caminhos para se chegar ao *habitus* formado na atualidade. Bourdieu, ao sistematizar o conceito de *habitus*, trouxe uma maneira mais completa para aproximar-se do “real” e, o próprio sociólogo francês demonstra como o conceito de *habitus* é utilizado em diversas frentes da Ciência e setores, como, por exemplo, a escola, e aí, Bourdieu nos ensina que

quando emprega o conceito escolástico de *habitus* para designar a cultura inculcada pela escola, Erwin Panofsky mostra que a cultura não é apenas um código comum, nem mesmo um repertório comum de respostas a problemas comuns ou um grupo de esquemas de pensamento particulares e particularizados, é, sobretudo um conjunto

de esquemas fundamentais, previamente assimilados, a partir dos quais se engendram segunda uma arte da invenção semelhante à da escrita musical, uma infinidade de esquemas particulares, diretamente aplicados a situações particulares (BOURDIEU, 2013a, p. 349).

Em consonância com a perspectiva de Bourdieu, Riutort (2008) aponta “o conceito de campo que ganha inteligibilidade ao ser utilizado em ligação com o conceito de *habitus*, justamente por levar em conta a dupla natureza social, no estado incorporado e no estado objetivado” (RIUTORT, 2008, p. 310), porque daí no mundo social onde estão inseridos os campos não apenas os elementos constitutivos tanto na vida prática social do indivíduo quanto naquilo que este persegue enquanto objetivo. Para Riutort,

A existência de afinidades entre o hábito (sic) e o campo, sob a forma de disposições sociais interiorizadas (os alunos das grandes escolas são aqueles que estão melhor preparados, principalmente a partir do seio de suas famílias, para as expectativas da escola) produz uma cumplicidade objetiva entre as estruturas sociais (o sistema escolar) e os agentes (os estudantes das classes preparatórias): estes últimos espontaneamente se sentem no seu lugar em um universo que eles percebem como tendo sido feito para eles (RIUTORT, 2008, p. 312).

Em meio a uma relação de forças no interior do campo social, entre agentes mais antigos e agentes emergentes, o *habitus* que constitui naturalmente o comportamento dos agentes mais antigos se sobrepõem, via regra, ao *habitus* dos agentes emergentes; pois, provavelmente, no interior do campo será evidente a luta por distinção entre dois grupos: os dominantes e os dominados. A posição de dominantes dos agentes do primeiro grupo será o principal elemento de distinção; e como tal, nos explica Bourdieu (2004):

Basta dizer - embora seja bem mais complicado - que os dominantes só aparecem como distintos porque, tendo de alguma forma nascido numa posição positivamente distinta, seu *habitus*, natureza socialmente constituída, ajusta-se de imediato às exigências imanes do jogo, e que eles podem assim afirmar sua diferença sem necessidade de querer fazê-los, ou seja, com a naturalidade que é a marca da chamada distinção "natural": basta-lhes ser o que são para ser o que é preciso ser, isto é, naturalmente distintos daqueles que não podem fazer a economia da busca de distinção. (BOURDIEU, 2004, p. 24-25)

Outro aspecto inerente ao *habitus* que Bourdieu aponta é a “cumplicidade ontológica”, uma espécie de “conhecimento sem consciência” adquirido pelo agente na vida social. O agente direciona-se a partir das disposições de determinado espaço social, de forma inconsciente, onde a lógica do senso prático determina a forma como irá disputar conforme as regras do jogo no interior do campo. Bourdieu (2004) indica-nos como o *habitus* mantém essa “cumplicidade ontológica”, da seguinte forma:

O *habitus* mantém com o mundo social que o produz uma autêntica cumplicidade ontológica, origem de um conhecimento sem consciência, de uma intencionalidade

sem intenção e de um domínio prático das regularidades do mundo que permite antecipar seu futuro, sem nem mesmo precisar colocar a questão nesses termos. (BOURDIEU, 2004, p. 24)

Pois, o conhecimento adquirido pelo agente, como indica Bourdieu, que só se torna “visível” a partir do momento em que estiver inserido em determinado espaço social e compreenda as regras do jogo.

Fato é que a noção de *habitus*, como o próprio Bourdieu disse, não é assunto “novo”; para este sociólogo envolve superação metodológica e, por vezes, até, ruptura epistemológica, uma vez que o *habitus* tenha sido estudado por autores cânones, como demonstra Bourdieu (2004):

A noção de *habitus* já foi objeto de inúmeros usos anteriores, por autores tão diferentes como Hegel, Husserl, Weber, Durkheim e Mauss, de uma forma mais ou menos metódica. No entanto, parece-me que, em todos os casos, aqueles que utilizaram essa noção inspiraram-se numa mesma intenção teórica, ou, pelo menos, indicavam uma mesma direção de pesquisa: quer se trate de **romper**, como em Hegel, que emprega também com a mesma função, noções como *hexis*, *ethos*, etc., com o dualismo kantiano e reintroduzir as disposições permanentes que são constitutivas da moral realizada (*Sittlichkeit*) - por oposição ao moralismo do dever - ou que, como em Husserl, a noção de *habitus* e diversos conceitos vizinhos, como *Habitualität*, marquem a tentativa de sair da filosofia da consciência, ou ainda que, como em Mauss, se trate de explicar o funcionamento sistemático do corpo socializado (BOURDIEU, 2004, p. 24-25). (Grifo nosso)

Como se sabe, a noção sobre *habitus* não é algo novo, descoberto agora. Seu uso e conceito remontam à Grécia clássica, ainda no pensamento do filósofo Aristóteles, como nos indica Wacquant (2017):

Habitus é uma noção filosófica antiga, originária no pensamento de Aristóteles e na Escolástica medieval, que foi recuperada e trabalhada depois dos anos 1960 por Pierre Bourdieu para forjar uma teoria disposicional da ação capaz de reintroduzir na antropologia estruturalista a capacidade inventiva dos agentes, sem com isso retroceder ao intelectualismo cartesiano que envia as abordagens subjetivistas da conduta social, do behaviorismo ao interacionismo simbólico passando pela teoria da ação racional (WACQUANT, 2017, p. 213).

Nesses termos de Wacquant, compreendemos que os esforços de Bourdieu em aplicar o *habitus*, em sua teoria do campo, como algo não intencional nem mecânico, e sim, como fator relacionado ao senso prático do sujeito, como Wacquant (2017) propõe:

Bourdieu propõe que a prática não é nem o precipitado mecânico de ditames estruturais, nem o resultado da perseguição intencional de objetivos pelos indivíduos; é, antes, “o produto de uma relação dialética entre a situação e o *habitus*, entendido como um sistemas de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma *matriz de percepções, apreciações e ações* e torna possível cumprir tarefas infinitamente diferenciadas graças à transferência analógica de esquemas”

adquiridos numa prática anterior (BOURDIEU, 2017, *apud* WACQUANT, 2017, p. 214).

Ademais, Wacquant com base na noção de *habitus* de Pierre Bourdieu aponta cinco elementos para que compreendamos mais profundamente o significado, sua importância e seu uso na teoria do campo, por Bourdieu, e que nos serviremos ao longo de nosso trabalho:

Entretanto, ao contrário da gramática de Chomsky, o *habitus* (i) resume não uma aptidão natural, mas *social* que é, por esta razão, variável através do tempo, do lugar e, sobretudo, através das distribuições de poder; (ii) é *transferível* para vários domínios da prática, o que explica a coerência que se verifica, por exemplo, entre vários domínios de consumo – música, desporto, alimentação, mobília e, também, nas escolhas políticas e matrimoniais – no interior e entre os indivíduos da mesma classe e que fundamenta os distintos estilos de vida; (iii) é durável mas *não estático ou eterno*: as disposições são socialmente montadas e podem ser corroídas, contrariadas ou mesmo desmanteladas pela exposição as novas forças externas, como demonstrado, por exemplo, a propósito de situações de migração; (iv) contudo, é dotado de *inércia incorporada*, na medida em que o *habitus* tende a produzir práticas moldadas depois das estruturas sociais que as geraram e na medida em que cada uma das suas camadas opera como um prisma através do qual as últimas experiências são filtradas e os subsequentes estratos de disposições são sobrepostos (daí o peso desproporcionado dos esquemas implantados na infância); (v) introduz um *desfasamento* e, por vezes, um hiato entre as determinações passadas que o produziram e as determinações atuais que o interpelam: como “história tornada natureza”, o *habitus* “é aquilo que confere às práticas e a sua relativa autonomia que diz respeito às determinações externas do presente imediato (BOURDIEU, 1984, *apud* WACQUANT, 2017, p. 214-215).

Portanto, por *habitus* entendemos, grosso modo, como “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações” (BOURDIEU, 1983, p. 65), sendo, ainda, “um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam” (SETTON, 2002, p. 63). Assim, o campo como uma espécie de arena de luta entre os agentes ou os grupos que, apesar de possuírem propriedades distintas, perseguem objetivamente o mesmo capital específico.

Não é tarefa fácil para um cientista social, ao elaborar sua teoria e conceitos, e posteriormente associá-los a métodos científicos específicos das Ciências Sociais, sobretudo da Sociologia Disposicionalista, pois, além de uma ruptura epistemológica, envolve um rebuscamento a outras perspectivas teóricas que propuseram nova visão sobre o mundo social. Por isso que Bourdieu explica de forma crítica alguns elementos que precisou romper para “superar” ou “avançar” em determinadas formas de estudar o mundo social, como o dedutivismo, por exemplo:

Todo trabalho de superação das oposições canônicas (entre Durkheim e Marx, por exemplo, ou entre Marx e Weber) está sujeito à regressão pedagógica ou política (e uma das principais coisas que estão em jogo é evidentemente o uso político de autores e conceitos). O exemplo mais típico é a oposição, absolutamente absurda em termos científicos, entre indivíduo e sociedade, oposição que a noção de *habitus* enquanto social incorporado, logo, individuado, visa superar. (BOURDIEU, 2004, p.44-45)

Fala-nos Bourdieu, ainda, das disposições duráveis que ele nomeou de *habitus* e os aspectos a ele inerentes com relação às especificidades do subcampo e do jogo jogado pelos agentes, como podemos aprender nos seguintes termos:

O *habitus* como sentido do jogo é jogo social incorporado, transformado em natureza, [...] o *habitus* como social inscrito no corpo, no indivíduo biológico, permite produzir a infinidade de atos de jogo que estão inscritos no jogo em estado de possibilidades e de exigências objetivas, as coações e as exigências do jogo, ainda que não estejam reunidas num código de regras, impõem-se àqueles e somente àqueles que, por terem o sentido do jogo, isto é, o senso da necessidade imanente do jogo, estão preparados para percebê-las e realiza-las (BOURDIEU, 2004, p. 82).

Para Bourdieu (2013) “este *habitus* poderia ser definido, por analogia com a “gramática generativa” de Noam Chomsky, como o sistema de esquemas interiorizados que permitem engendrar todos os pensamentos, percepções e as ações características de uma cultura, e somente esses” (BOURDIEU, 2013a, p. 349). Ou como o próprio Bourdieu (2004), em um outro momento, anterior a esse, conceitua o *habitus* e que fazemos questão em relembrar sempre:

O *habitus*, como sistema de disposições para a prática, é fundamento objetivo de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas, e, se é possível prever as práticas (neste caso, a sanção associada a uma determinada transgressão), é porque o *habitus* faz com que os agentes que o possuam comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias (BOURDIEU, 2004, p. 98).

Estudar sobre o *habitus*, na perspectiva bourdieusiana, é reconhecer que o principal princípio gerador das estratégias não é algo que o agente prevê conscientemente, mas algo que o levar a tender para determinado direcionamento no interior do campo. Referimo-nos à espontaneidade, ao fato de o agente, ao deparar-se em situações específicas, conseguir “entender” a lógica do espaço social no interior do campo. Sobre esse aspecto, Bourdieu traz-nos uma demonstração:

É por isso que as condutas geradas pelo *habitus* não têm a bela regularidade das condutas deduzidas de um princípio legislativo: o *habitus está intimamente ligado com o fluido e o vago*. Espontaneidade geradora que se afirma no confronto improvisado com situações constantemente renovadas, ele obedece a uma *lógica prática*, a lógica do fluido, do mais-ou-menos, que define a relação cotidiana com o mundo (BOURDIEU, 2004, p. 98).

Bourdieu delimita o *habitus* como algo relativamente inserido dentro de um contexto histórico, porém, de aspectos invariantes, a saber: “Os *habitus* individuais são produto da interseção de séries causais parcialmente independentes. Percebe-se que o sujeito não é o *ego* instantâneo de uma espécie de *cogito* singular, mas o traço individual de toda uma história coletiva” (BOURDIEU, 2004, p. 131-132).

E reforça-nos, ainda, Bourdieu os aspectos que caracterizam o *habitus* como um sistema de produção de práticas que marcam as posições dos agentes no interior do campo, nos termos seguintes:

Assim, as representações dos agentes variam segundo sua posição (e os interesses que estão associados a ela) e segundo o seu *habitus* como sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através de experiência durável de uma posição do mundo social. O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquema de produção de práticas e um sistema de esquema de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído. Em consequência, o *habitus* produz práticas e representações que estão disponíveis para a classificação, que são objetivamente diferenciadas; mas elas só são imediatamente percebidas enquanto tal por agentes que possuam o código, os esquemas classificatórios necessários para compreender-lhes o sentido social (BOURDIEU, 2004, p. 158).

Assim, e em tratando-se de *habitus*, ou (pre)disposições, autores que estudam a Sociologia Disposicionalista de Bourdieu apontam para uma relação entre condicionamentos sociais que o indivíduo adquire ao longo de sua experiência no mundo prático e as estruturas estruturadas e estruturantes que o agente passa a integrar-se, na busca em alcançar seus objetivos, conforme as regras que regem o jogo no interior do campo, como indica Ragouet (2017) ao citar Bourdieu, a partir da versão original, em francês:

Em *Le sens pratique* (1980), Bourdieu define a noção de *habitus* como resultado de “condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência”, trata-se de “sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins, nem o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente ‘regulados’ e ‘regulares’ sem ser em nada o produto da obediência a regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro” (SP, 88-89) (RAGOUET, 2017, p. 69-70).

Por fim, Bourdieu (2001) explica como entender como o *habitus* funciona no agente e de como este se comporta no interior do campo; alguns elementos que constituem o *habitus* reforçam as predisposições do agente, como Bourdieu tem observado ao estudar o *habitus* dos “subproletários” argelinos:

Basta distender esses traços ate o limite extremo, apresentando o *habitus* como uma espécie de princípio *monolítico* (quando, em muitas ocasiões, tenho evocado, sobretudo a propósito dos subproletários argelinos, a existência de *habitus* clivados, destrocados, ostentando sob a forma de tensões e contradições a marca das condições de formação contraditórias de que são o produto), *imutável* (qualquer que seja o grau de reforço ou de inibição que tiver *recebido*), *fatal* (conferindo ao passado o poder de determinar todas as ações futuras) e *exclusivo* (*sem* nunca abrir qualquer espaço a intenção consciente), para que se possa ter a honra de triunfar sem esforço sobre o adversário caricatural que assim se produziu (BOURDIEU, 2001, p. 79)

O elemento seguinte que abordaremos e que constitui a Teoria dos Campos, é o *illusio*. O jogo jogado no interior do campo pelos agentes que disputam por distinção e, conseqüentemente, por capitais simbólicos, tendo no *habitus* o princípio gerador da “maior parte das práticas”, como Pierre Bourdieu define:

O jogo é o lugar de uma necessidade imanente, que é ao mesmo tempo uma lógica imanente. Nele não se faz qualquer coisa impunemente. E o sentido do jogo, que contribui para essa necessidade e essa lógica, é uma forma de conhecimento dessa necessidade e dessa lógica. Quem quiser ganhar nesse jogo, apropriar-se do que está em jogo, apanhar a bola, ou seja, por exemplo, um bom partido e as vantagens a ele associadas, deve ter o sentido do jogo (BOURDIEU, 2004, p. 83)

Assim, o “jogo jogado”, ou seja, as dinâmicas das relações sociais marcadas por disputas, gera nos agentes o que Bourdieu denominou de *illusio*. A *illusio* é o estado de submissão à regras e demais disposições impostas pela estrutura de maneira naturalizada, imperceptível pelo próprio agente.

Contudo, no campo onde ocorre o *illusio* é o espaço social em que os agentes deparam-se com as disputas entre os demais agentes, local também dos interesses compartilhados, embora haja uma luta por prestígio social e por capitais simbólicos. Jogar o jogo no interior desse espaço social, para Bourdieu é como um “investimento”, cujo termo aproxima com a noção de “interesse” e que o sociólogo afirma:

Em primeiro lugar, a noção de *interesse*. Recorri a essa palavra de preferência a outras mais ou menos equivalentes, como “investimento”, “*illusio*”, para assinalar a ruptura com a tradição ingenuamente idealista que estava presente na ciência social e em seu léxico mais comum (motivações, aspirações, etc.). Banal em economia, a palavra produzia em Sociologia um efeito de ruptura. Dito isto, não lhe dei o sentido que comumente lhe é atribuído pelos economistas. Longe de ser uma espécie de dado antropológico, natural, o interesse, em sua especificação histórica, é uma instituição arbitrária. Não existe um interesse, mas *interesses*, variáveis segundo o tempo e o lugar, quase ao infinito. Em minha linguagem, eu diria que há tantos interesses quantos campos, enquanto espaços de jogo historicamente constituídos, com suas instituições específicas e suas leis próprias de funcionamento (BOURDIEU, 2004, p. 126)

Tanto os interesses dos agentes, como um “princípio” motivador para disputar no interior do campo, quanto o sentido que se dá ao jogo jogado, como um “investimento” que se

dá a partir do momento que inserido no jogo, o agente “persegue” por capitais simbólicos e prestígio social sempre em concorrência com os demais agentes, reforçam a regularidade de uma lógica das regras que estão em pleno funcionamento e que todos que ocupam o espaço social do campo devem ver com “naturalidade”, como Bourdieu explica:

Para explicar isso, sou obrigado a dar uma volta por uma análise um pouco mais complicada. Existe um campo político (assim como existe um espaço religioso, artístico, etc.), isto é, um universo autônomo, um espaço de jogo onde se joga um jogo que possui regras próprias; e as pessoas envolvidas nesse jogo possuem, por esse motivo, interesses específicos, interesses que são definidos pela lógica do jogo e não pelos mandantes (BOURDIEU, 2004, p. 200).

Assim, para Bourdieu a *illusio* é marcada pela adesão dos agentes sociais aos envolvidos no jogo, “de ser tomado pelo jogo, de crer que o jogo vale o investimento, ou, para dizer as coisas simplesmente, que vale a pena jogar” (BOURDIEU, 1994; *apud* JOURDAIN; NAULIN, 2017, p. 147). “O termo latino *illusio* vem de *ludus*, que significa “jogo”. Este termo permite colocar o acento na ilusão ou na absurdidade aparente, para quem está do lado de fora do jogo, do interesse do jogo” (JOURDAIN; NAULIN, 2017, pp. 147-148).

Ainda segundo essas autoras “a interiorização da *illusio* própria a um campo dado é permitida pela aquisição de um *habitus* ajustado a este campo” (JOURDAIN; NAULIN, 2017, p. 148) e conforme Bourdieu (1994) citado por elas “a relação encantada com o jogo [...] é fruto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social” (BOURDIEU, 1994 *apud* JOURDAIN; NAULIN, 2017, p. 148). Por esse ângulo a proximidade entre a subjetividade das ações e do comportamento dos sujeitos no interior do campo parece quase indistinta uma vez que para atingir através da dinâmica da prática o capital específico, e, portanto, objetivo, processa-se já na mente do sujeito as etapas de que precisa efetivar.

O ajustamento de *habitus* de um agente no interior do campo é o que favorece a inclusão desse agente no jogo, na aceitação das regras, reconhecendo-as ou propondo “modifica-las” num reajuste que o próprio jogo jogado exige. O agente ou os agentes que disputam no interior do campo, constitui um “corpo” que se movimenta num espaço físico que Bourdieu denomina em sua Teoria dos Campos como “espaço do jogo”, ou *illusio*, como o próprio Bourdieu nos fornece subsídios para compreender entre o *illusio* e o campo:

O que está inscrito no mundo é um corpo para que possa existir um mundo, incluído no mundo, mas segundo um modo de inclusão irreduzível a simples inclusão material e espacial. A *illusio* constitui essa maneira de estar no mundo, de estar ocupado pelo mundo fazendo com que o agente possa ser afetado por uma coisa bem distante, ou até ausente, embora participando do jogo no qual ele está empenhado. O corpo está ligado a um lugar por uma relação direta, de um contato que não e senão

uma maneira entre outras de entrar em relação com o mundo. O agente está ligado a um espaço, o do campo, no interior do qual a proximidade não se confunde com a proximidade no espaço físico (mantidas invariáveis as demais condições, ainda que exista sempre uma espécie de privilégio prático daquilo que é diretamente percebido). A *illusio* constitui o campo como espaço de jogo e faz com que os pensamentos e as ações possam ser afetados e modificados a despeito de qualquer contato físico ou na falta de qualquer interação simbólica, em particular na e pela relação de compreensão (BOURDIEU, 2001, p. 164)

E daí, pensarmos que tanto o interesse quanto as motivações subjetivadas que levam aos agentes disputarem por capitais simbólicos específicos conforme as especificidades de cada grupo interno, estarem intrinsecamente relacionados também naquilo que eles anseiam objetivamente, como a título de exemplo, a distinção social.

A *illusio*, em Pierre Bourdieu, está relacionada ao interesse do agente, que é quando este ao adentrar determinado campo, reconhece as regras e o jogo que tem que jogar para não transparecer para os demais agentes desinteresse ou indiferença ao jogo peculiar; assim, como o próprio Bourdieu (1989) citado por Aguiar (2017) a noção de *illusio* rigorosamente ligada ao interesse, pois “quando eu digo interesse [...] me refiro sempre a interesse específico, um interesse socialmente constituído e que só existe em relação a determinado espaço social, no qual certas coisas são importantes e outras não” (BOURDIEU, 1989, *apud* AGUIAR, 2017, p. 231).

O interesse específico do agente que aceitou se inserir no jogo, ao nosso entender, será a principal mola de motivação. Tal interesse com vistas a alcançar e disputar socialmente os capitais simbólicos disponibilizados no interior do subcampo, requer desse agente um investimento. E tal investimento é acreditar que pode frente aos demais agentes concorrer não apenas pela distinção social ou prestígio que o subcampo lhe possa oferecer, mas aos demais “prêmios” que tal subcampo dispõe de forma que todos os agentes e grupos possam obter. O agente então, entende como o campo funciona e como as regras estão constituídas.

O “jogo jogado” no interior do subcampo é explicitamente aceito pelo agente e reconhecido por este para concorrer e disputar por prestígio social e por capitais simbólicos. O investimento que se tem de oferecer por parte do agente é justamente é aceitar as regras do jogo, que no seu interior, sua trajetória e biografia poderão ser um peso, porque, não apenas aceitar conscientemente “jogar”, mas também ter em si as disposições para inserir no jogo, jogar e permanecer nele, sempre em disputa.

Bourdieu (1992) entende esse investir do agente como uma relação entre campo e um sistema de disposições, isso significa que o agente precisa acreditar na aposta de que pode disputar, lutar, alcançar seja o prestígio social, seja os capitais simbólicos.

Assim, a *illusio* envolve duas estruturas no agente, mentais e objetivas, como Bourdieu havia percebido e desenvolvido em sua Teoria do Campo. Inserir-se num determinado campo ou subcampo e jogar o seu jogo, não é um simples fato de escolha do agente, pois que mesmo “conscientemente” inserindo-se no campo, há no agente as disposições ou *habitus* que nem mesmo o agente teria consciência.

A subjetividade, e aí recorremos em Lahire (2017; 2004) constituída a partir daquilo que a trajetória do agente está constituída, o fato de este, ter em sua “biografia” a pré-disposição em investir sobre determinado campo ou subcampo, aceitar o jogo e disputar conforme o conhecimento adquirido com suas experiências.

Em “Razões Práticas”, Bourdieu nos traz um elemento bastante importante sobre a *illusio*, o aspecto de encantamento, que não se trata aqui de magia ou algum tipo de mágica que ocorreria no agente se este se inserisse no campo por vontade imprópria ou hipnotismo; o nosso entendimento é que a *illusio* é como um jogo que atrai o agente, mas o agente interessado no jogo, encantado pelos “alvos” objetivos dispostos no campo ou subcampo. Como nos aponta Bourdieu (1989): “a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social” (BOURDIEU, 1989, *apud* AGUIAR, 2017, pp. 231-232).

Somente quem está inserido no campo ou subcampo de determinados grupos terá o entendimento de suas regras e das motivações expressas nas ações pela disputa por prestígio social e capitais simbólicos. O agente externo pode não ver uma relação do jogo jogado internamente no campo com a lógica, por vezes, não pertencer a esse campo. Entretanto, o agente inserido no espaço social do campo, guiado pelo interesse em alcançar determinados “alvos”, reconhece o sentido do jogo e dedica-se à aposta de suas disputas. Quem está fora do campo e, portanto, fora da *illusio*, de determinado campo, torna-se indiferente à sua dinâmica e à sua lógica.

Outro elemento que iremos fazer uso em nosso trabalho, o conceito de **capital simbólico** à perspectiva da Sociologia Disposicionalista, bastante importante na teoria do campo, de Bourdieu e que este faz uso para significar “um capital com base cognitiva que se apoia no conhecimento (não intelectual, mas um domínio prático, um senso prático)” (BOURDIEU, 2007, *apud* MARTIN, 2017, p. 110). Em nosso trabalho representa o “alvo” perseguido pelo agente no interior do campo ou subcampo.

Sendo o capital simbólico um dos elementos constitutivo do espaço social de disputa pelos agentes no interior do campo, dentre outras propriedades que o caracterizam e que sua acumulação confere ao sujeito prestígio, Bourdieu define da seguinte forma:

O capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor. (Um exemplo: a honra nas sociedades mediterrâneas e uma forma típica de capital simbólico que só existe pela reputação, isto é, pela representação que os outros se fazem dela, na medida em que compartilham um conjunto de crenças apropriadas a fazer com que percebam e apreciem certas propriedades e certas condutas como honrosas ou desonrosas.) Mais precisamente, e a forma que todo tipo de capital assume quando é percebido através das categorias de percepção, produtos da incorporação das divisões ou das oposições inscritas na estrutura da distribuição desse tipo de capital (como forte/frágil, grande/pequeno, rico/pobre, culto/inculto etc.) (BOURDIEU, 2008, p. 107)

Ao capital simbólico não se atribui unicamente o valor pelo qual o agente disputa, atribui-se também a propriedade material que, comumente, é possível disputar como a riqueza, no caso da economia, como a autoridade coercitiva através das leis que estabelecem esse “poder”, como a arma de fogo, no caso da segurança pública legitimada pelo Estado, e assim por diante. O capital simbólico vai além desses atributos, traz em si também uma carga cognitiva, como Bourdieu aponta: “O capital simbólico é um capital com base cognitiva, apoiado sobre o conhecimento e o reconhecimento” (BOURDIEU, 2008, p. 150).

As propriedades do capital simbólico, como conceito um tanto complexo, possuem uma volatilidade e uma fragilidade quase não “palpáveis” e visíveis quanto as propriedades do capital cultural, por exemplo. Martin (2017) estudiosa em Bourdieu, diz-nos que,

o capital simbólico possui propriedades bastante particulares e diferentes das outras espécies de capital: não é uma espécie de capital semelhante à do capital econômico, do capital cultural e, também, do capital social; ele é, por sua vez, particularmente lábil, frágil e vulnerável. De acordo com a explicação de Bourdieu, tal fragilidade deve-se ao fato de que ele é “um capital alienado por definição, um capital que se apoia necessariamente nos outros, no olhar e na fala dos outros” (BOURDIEU, 2007, *apud* MARTIN, 2017, p. 111).

Nesse sentido, entendemos que o capital simbólico é uma espécie de atrativo que o agente pode perseguir no interior do campo; o alvo a ser disputado, a partir de uma relação de força junto aos demais agentes, seja esse alvo o prestígio social no mínimo revestido de reconhecimento, de autoridade, legitimidade, e por compor determinado grupo que tenha em seu interior recursos materiais que reforcem esse prestígio. Muitas vezes o melhor ganho que o agente poderia adquirir ao inserir-se em determinado campo, além dos capitais e do prestígio, o próprio simbolismo contido no respeito por integrar um grupo bastante concorrido entre os agentes.

Com esse entendimento, percebemos em Bourdieu que o capital simbólico vai além da materialidade de alguma espécie de recurso, também constitui-se de estruturas cognitivas como ele indica:

Designo por capital simbólico qualquer espécie de capital (econômico, cultural, escolar ou social) quando ela é percebida segundo categorias de percepção, princípios de visão e divisão, sistemas de classificação, esquemas classificatórios, esquemas cognitivos que são, pelo menos em parte, o produto da incorporação das estruturas objetivas do campo considerado, ou seja, da estrutura da distribuição do capital no campo considerado (BOURDIEU, 1994, *apud* MARTIN, 2017, p. 111).

A autoridade legítima como reconhecimento e prestígio social através da disputa por capital simbólico, de pertença de um determinado grupo, esse mesmo capital simbólico a que se refere Bourdieu “considerado como um capital de autoridade de modo que, no caso concreto, somente o Estado está autorizado a dizer de um indivíduo o que ele é, a consagrá-lo socialmente, em suma, a nomeá-lo” (BOURDIEU, 1982, *apud* MARTIN, 2017, p. 112).

O que compreendemos por capital social, nos termos de Pierre Bourdieu, também conceito que contribui para entender o espaço social de disputa no interior do subcampo, conforme Bourdieu (1980) como um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede duradoura de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento (BOURDIEU, 1980).

Vincular-se a um determinado grupo ou dele pertencer, reconhecer suas regras internas e específicas de um campo ou subcampo, “jogar” e disputar por aquilo que lhe encantou, ou seja, que despertou no agente o interesse por lutar por um determinado capital e por um prestígio, é, sobretudo, em nosso entendimento, uma “prática” guiada por disposições, um conjunto de ações que constitui o que Bourdieu denominou de “senso prático”, e que tal conceito integra a “teoria da prática” como demonstra Sapiro (2017): A teoria da prática refuta tanto a concepção racionalista da ação quanto a ideia de agentes movidos pelas estruturas de maneira inconscientes. Ela enfatiza a especificidade das lógicas da prática, que se desdobram na situação concreta e na urgência, diferentemente do tempo e da reflexividade que caracterizam a atividade de produção do conhecimento (SAPIRO, 2017, p. 296).

Um dos desdobramento da teoria do campo, na Sociologia Disposicionalista, de Bourdieu, é o conceito de senso prático que Sapiro (2017) explica como uma espécie, também, de

[...] senso de orientação e senso do jogo, simultaneamente, é o que permite aos agentes se adaptarem a um número infinito de situações sem seguir explicitamente uma norma, uma regra ou um código transmitido (postura que a abordagem estruturalista mecanicista é incapaz de explicar), mas sem que por isso eles

obedeçam ao livre decreto de seu pensamento, como pretendem as teorias subjetivistas ou racionalistas (SAPIRO, 2017, p. 297).

Recursos teóricos apresentados para entender o significado de senso prático, este que implica no *habitus* do agente. É a partir do *habitus* que o sujeito parte para a ação, para a disputa por prestígio social e por capitais simbólicos.

Por isso que, ao analisarmos o significado de **senso prático** e de *habitus*, percebemos como Bourdieu aplica tais conceitos para compreender as dinâmicas das disputas e das relações de forças recorrentes no interior de determinados campos, e de como determinadas classes sociais atuavam para alcançar distinção, reconhecimento e capital, e quais estratégias eram utilizadas pelos sujeitos dessas classes. Pois, como Sapiro (2017), um dos estudiosos que conseguiu sistematizar alguns dos conceitos utilizados por Pierre Bourdieu, nos ensina “o conceito de *habitus* permite também passar da prática para as práticas e para seus princípios de diferenciação. Nas sociedades de classes, os grupos de indivíduos diferem por suas práticas: hábitos alimentares, práticas de consumo, práticas culturais, eleitorais, etc.” E ainda esse estudioso complementa: “Enquanto sentido do jogo, o “senso prático” é também o que está em ação no encontro entre um *habitus* e um campo” (SAPIRO, 2017, p. 298).

O “senso prático”, em Bourdieu, tem uma relação conceitual com o próprio *habitus*, como propriedades que compõem o mundo prático dos sujeitos, como tal reflete não apenas na atuação dos sujeitos como também nas respostas que determinadas situações lhes exigem no interior do subcampo:

Os "sujeitos" são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um *senso prático* (título que dei ao livro no qual desenvolvo essa análise), de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada. O *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação – o que chamamos, no esporte, o senso do jogo, arte de *antecipar* o futuro do jogo inscrito, em esboço, no estado atual do jogo (BOURDIEU, 2008, p. 42)

A relação entre o senso prático e a vida cotidiana do agente no interior do campo envolve às práticas rituais, muitas vezes comuns, mas que possui uma certa regularidade. Tais práticas rituais não significa que o sujeito esteja relacionado a alguma denominação religiosa ou a alguma seita; mas o simples fato de o cotidiano do agente apresentar propriedades de um rito, ou aquilo que ocorre cotidianamente na vida desse agente e que nem mesmo ele se dá conta, como Bourdieu ao desenvolver a ideia de senso prática aponta:

Do mesmo modo, o fato de as práticas rituais serem produto de um "senso prático", e não de uma espécie de cálculo inconsciente ou da obediência a uma regra, explica

que os ritos sejam coerentes, mas com essa coerência parcial, nunca total, que é a coerência das construções práticas (BOURDIEU, 2004, p. 22).

Compreender que o senso prático é um conceito dentro da Teoria dos Campos que podemos aplicar à lógica prática experienciada pelos agentes no interior do espaço social, observando como ocorrem as disputas, como os aspectos inerentes ao *habitus* se relacionam com os demais elementos que constituem o campo, é o passo seguinte para perceber como se constituem as ações dos agentes, de como a partir dos capitais e prestígio disputados, se posicionam no interior do subcampo do campo. Pois, a ação do **senso prático**, segundo Bourdieu (2001):

A ação do senso prático é uma espécie de coincidência necessária – o que lhe confere as aparências da harmonia preestabelecida – entre um *habitus* e um campo (ou uma posição num campo): aquele que incorporou as estruturas do mundo (ou de um jogo particular) "aí se reencontra" imediatamente, sem ter necessidade de deliberar, e faz surgir, sem mesmo pensar nisso, "coisas a fazer" (negócios, *pragmata*) e a fazer "como convém", programas de ação inscritos em diagrama na situação, a título de potencialidades objetivas, de urgências, e que orientam sua prática sem serem constituídos como normas ou imperativos nitidamente recortados pela e para a consciência e a vontade. (BOURDIEU, 2001, p.174)

Ademais, dentre todos os conceitos que trabalhamos até aqui a partir da Teoria dos Campos, outros elementos, de cunho conceitual, devem ser discutidos, pois, no que Bourdieu (1983), ao sistematizar sua teoria, apontou, ainda, além das características e propriedades peculiares de cada campo, os sujeitos que a ele pertencem, que em constantes disputas, para alcançar um certo prestígio teriam que jogar (cumprir com as regras do jogo), o que nesse momento ele denominou como *illusio*, “jogar o jogo”, criar as regras do jogo (leis, normativas etc.) e alterar essas regras (seja através do poder e/ou prestígio político etc.). E, portanto, a alusão ao jogo deve-se, segundo Jourdain e Naulin (2017) às próprias regras do jogo que cada campo constitui e, dessa forma, “definem os mecanismos legítimos de aquisição e de conservação do capital específico ao campo” (JOURDAIN; NAULIN, 2017, p. 147).

Então, o jogo não seria possível de ser jogado se os agentes ou grupos – capazes de criar, alterar e cumprir as normativas do interior do campo – não acreditasse nele, nas regras que ele impõe sobre aqueles que estiverem inseridos nele. É preciso que haja um certo encantamento que envolva esses sujeitos ou instituições para que joguem sem sequer questionar ou duvidar de sua legitimidade.

A depender das características de cada grupo interno e seu nível de disposições de capitais, é que poderá haver, em tese, ou não essas disputas. Seria possível haver agentes que nem desperte interesse nem motive-se em disputar por capitais?

Assim, para Bourdieu (1983) “os campos se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes” (BOURDIEU, 1983, p. 89). Ou seja, a depender das propriedades peculiares desses campos, dentro do mundo que engloba algumas esferas, os agentes que a eles pertencem para alcançar seus objetivos e metas precisam seguir as regras próprias do campo que faça parte. Ou seja, aceitar as regras do jogo a ser jogado e jogar, mesmo que contendo em si as impulsões⁵ subjetivas e/ou objetivas, contidos em si os sentimentos em contrário às regras impostas pelo subcampo em que estejam inseridos.

Mesmo que na esfera social haja diferentes campos⁶, como o campo da política, da religião, da filosofia, da segurança pública etc. é possível perceber que as dinâmicas que constituem tais campos assumem propriedades de “leis de funcionamento invariantes”, tornando válida a possibilidade de se pensar, conforme indicação de Bourdieu (1983), em “leis gerais dos campos” onde “um projeto de uma teoria geral não seja absurdo e que, desde já, seja possível usar o que se aprende sobre o funcionamento de cada campo particular para interrogar e interpretar outros campos” (BOURDIEU, 1983, p. 89).

2.2 Esboço de alguns elementos da Sociologia em Escala Individual de Bernard Lahire

No presente tópico, recorreremos bem pontualmente à Sociologia em Escala Individual, de Bernard Lahire, precisamente ao seu conceito de estoque de hábitos, porque entendemos que os agentes, além de sujeitos históricos, são ainda sujeitos que se deslocam no tempo e no espaço, trazendo consigo suas experiências e trajetórias. Embora, consideramos apenas que essa perspectiva nos ajuda a compreender os cenários (grupos internos por onde se deslocam os agentes) e trajetórias (expectativas a partir das falas dos agentes) dos agentes. Não será nosso foco estudar as trajetórias, e sim, demonstrar que os agentes ao pertencerem a determinadas estruturas e organizações, são sujeito que trazem consigo experiências e trajetórias.

Assim, entendendo por “leis gerais dos campos” como algo não dotado de flexibilidade, disposto de forma fechada, no que recorreremos, junto à perspectiva de Lahire e

⁵ Em nosso entendimento as impulsões como estímulos de caráter emocional, muitas vezes movidos sem reflexão, de forma involuntária; quando não, os estímulos conscientes, subjetivos, que podem oferecer resistência em aceitar as regras do jogo e que para não sair do subcampo e de seu grupo, tais estímulos devem ser contidos para si.

⁶ A noção de campo conforme a perspectiva bourdieusiana.

sua **Sociologia da Escala Individual**, de que a trajetória, (que entendemos ser importante para os agentes e que coadunamos com tal perspectiva) – movida pelas ações dos agentes bem como pelos estoques de hábitos – pode interferir de forma dinâmica sobre as disputas e as lutas por capitais no interior do campo.

Embora, os estoques de hábitos não sejam nosso foco, consideramos de suma importância dedicar sobre o assunto uma vez que possamos contribuir para futuros estudos sobre essa temática. Se bem que os sujeitos ao tomar suas decisões para compor determinados grupos internos e disputar pelos capitais simbólicos de que o subcampo dispõe, enriquece ainda mais nossa pesquisa.

Dito isto, numa perspectiva mais individualista, e, dentro do contexto dos estudos da Sociologia Disposicionalista em Escala Individual, tendo como foco principal a variabilidade de quadros de ação do agente, Lahire apresenta uma proposta bem mais aprofundada sobre o *habitus* de Bourdieu. Lahire avança quando percebe que a invariabilidade e a “durável” propriedade do *habitus* vai no sentido contrário da diversidade de contextos sociais experienciados pelo agente. Porque este dotado de subjetividades, não é algo homogêneo, inflexível e sem individualidade.

Tal perspectiva teórica coaduna com nossa abordagem teórica, uma vez que pertence à corrente disposicionalista utilizada por Bourdieu para compreender as estruturas dos campos e dos subcampos. Em nosso caso, o da Guarda Municipal de Maceió. Sendo assim, entendemos que há uma relação social entre o estoque de experiência, de Lahire, entre outros conceitos, e o *habitus* desenvolvido por Pierre Bourdieu.

É nesse sentido que Lahire denomina o “seu” *habitus*, não apenas como um princípio gerador de disposições regidas de acordo com “leis gerais dos campos”, mas como o de “estoque” de conhecimento de cada indivíduo. Para Lahire, a coerência de hábitos – sem o itálico – é um princípio que se deve levar em conta, justamente porque está relacionado não apenas aos contextos sociais, mas também, aos princípios de socialização, conforme ele aponta:

A coerência de hábitos ou esquemas de ação (esquemas sensoriomotores, esquemas de percepção, de apreciação, de avaliação...) que cada ator pode ter interiorizado depende, portanto, da coerência dos princípios de socialização aos quais ele foi submetido. Desde que um ator é colocado, simultaneamente ou sucessivamente, no seio de uma pluralidade de contextos sociais não homogêneos, e às vezes contraditórios, estamos diante de um ator com um **estoque de disposições**, de hábitos ou de capacidades não homogêneo, não unificado e com práticas consequentemente heterogêneas (e mesmo contraditórias), que variam segundo o contexto social no qual ele se desenvolvera (LAHIRE, 2016, p. 43). (Grifos nossos)

O estoque de disposições de que Lahire fala, acreditamos serem as experiências que cada contexto social oferece ao agente, suas práticas que não passam por um clivo generalista, dado a heterogeneidade de ação. Cada situação possui uma peculiaridade de acordo com o contexto, a ação e o agente.

Por outro lado, não podemos olvidar, como destacou Lahire (2017), que os campos sociais não são “descolados” das demais esferas sociais ou campos.

Por isso que entendemos ser necessário substanciar nossa investigação com respaldo, ainda, em Lahire (2002; 2004; 2005; 2016; 2017) quanto à sua teoria da escala individual e trajetórias individuais, nos termos em que nos ensina a partir de uma de suas obras fundamentais sobre metodologias "Novas exigências metodológicas" (1998), nos seguintes termos:

Nela frisei a ausência de trabalhos que se dedicassem ao estudo dos mesmos indivíduos, em diversos cenários, e a pressa dos pesquisadores para extrair deduções de análises de práticas particulares (familiares, escolares, profissionais, culturais...), das disposições, atitudes ou relações gerais com o mundo, supostamente transferíveis de um contexto ao outro (domínio ou subdomínio de práticas, tipo de interação...), bem como a necessidade de novas exigências metodológicas para apreender a variação social dos comportamentos individuais, segundo os contextos de ação! (LAHIRE, 2004, p. IX).

Nesse contexto temos na Sociologia Disposicionalista da Escala individual de Bernard Lahire, o fato de que percebamos no decorrer da pesquisa a necessidade de analisar o agente quanto à sua trajetória, reconhecendo que no percurso desse agente está sempre em disputas por entre os grupos internos que ele pertença. Também por Lahire trazer uma nova perspectiva, à sua maneira claro, para a compreensão em escala individual, mesmo que se aproximando da psicologia social, da singularidade, da especificidade, dentro de uma estrutura global, e da trajetória individual que acreditamos encontrar indícios das motivações que orientam as trajetórias dos agentes.

Mesmo que sói como uma crítica, mas uma crítica construtiva e construtora, à Sociologia Disposicionalista de Bourdieu, a de Lahire não deixa de ser, mas voltada para o "indivíduo" singular, quanto à prática deste enquanto reflexo de suas ações e experiências vivenciadas em cenários e *locus amoenus* específicos. Tanto que, em suas palavras, o próprio Lahire não se aparta totalmente da perspectiva bourdieusiana, pelo contrário, sugere-se uma complementaridade reparadora e contributiva como podemos observar em seus termos:

Entre o conjunto de trabalhos existentes, o de Pierre Bourdieu investigou teoricamente essas "pequenas máquinas produtoras" das práticas (no sentido lato do termo), essas "matrizes" contidas no corpo de cada indivíduo - produzidas por experiências passadas. Quando, por exemplo, as noções (e as realidades às quais elas

remetem) de estruturas cognitivas, psíquicas ou mentais, de esquemas, de disposições, de habitus, de incorporação e de interiorização não estavam no coração do estudo, elas serviriam somente ao acerto de contas em entrevistas, de comutadores necessários para compreender práticas, evocando uma grosseira socialização passada incorporada (LAHIRE, 2017, p. 34).

Na verdade, a Sociologia Disposicionalista de escala individual de Lahire sana uma lacuna descoberta por ele à teoria de Bourdieu. Pois, aquele já havia percebido e distinguido o "problema" e expresso categoricamente nos seguintes: "Os termos tomados de empréstimos da psicologia (particularmente a piagetiana) permitiam designar a ausência de mediação entre as estruturas objetivas do mundo social e as práticas dos indivíduos" (LAHIRE, 2017, p. 34). E completa num grande finale: "O *habitus* pode ser tanto de 'grupo' quanto de um 'indivíduo'" (LAHIRE, 2017, p. 34).

Esse *habitus* de grupo entendemos como as pré-disposições que os agentes possuem e determinam suas ações. Os grupos internos com sua estrutura específica (no caso os GAAO, como um grupo de operações especiais), suas regras e disposições, e os agentes, com suas trajetórias, interesses, disposições para jogar o jogo no interior do subcampo da GMM.

Se para Pierre Bourdieu o *habitus* é definido como um sistema de disposições bem "como princípio gerador de todas as práticas", para Lahire, Bourdieu não se debruça sobre as "dimensões individuais das práticas sociais" (ALVES, 2015, p. 1 e p. 3). Assim, os aspectos que têm no *habitus* a "unicidade" e "inflexibilidade" generalizante perdem força no entendimento de Lahire (2002; 2005) visto que "o indivíduo é percebido como o produto complexo dos diversos processos de socialização em contextos sociais múltiplos e heterogêneos. Partindo da crítica da unicidade e sistematicidade do *habitus*" (ALVES, 2015, p. 5).

Nesse sentido, como uma de nossas orientações teóricas que nos levam a crer que os grupos conforme sua história, sua trajetória individual e contextos sociais vividos, e seu *illusio* promove uma construção de *habitus* nos agentes no subcampo inserido, levando-se em consideração os efeitos de suas trajetórias anteriores.

Tais trajetórias de que falamos referem-se justamente aos contextos sociais que o agente acumula ao longo de sua vida. E nesse percurso individual, os agentes formam aquilo que Lahire chama de "estoque de disposições", visto que a diversidade de práticas e a variabilidade de experiências sociais adquiridas pelo agente, desmontam aquela ideia de que a homogeneidade predomina no mundo prático do agente. Se este interessa-se em disputar por prestígio social e por capitais simbólicos em determinados campos e, respectivamente, subcampos, conforme a perspectiva de Lahire, o agente "adapta" às situações e circunstâncias

oferecida pelo campo; a diferença reside que cada agente vai assimilar e agir de acordo com suas objeções. E tais aspectos observamos em Lahire (2016) que nos indica:

Como portador de disposições (ou de hábitos) diferentes, o ator tem comportamentos que jamais são inteiramente previsíveis. É impossível prever a manifestação de um comportamento social do mesmo modo que se prevê a queda dos corpos a partir da lei universal da gravidade. Esta situação é o produto da combinação de dois elementos, a saber: de um lado, a impossibilidade de reduzir um contexto social a uma série limitada de parâmetros pertinentes, como no caso das experiências físicas ou químicas, e, de outro, a pluralidade interna dos atores cujo estoque de hábitos (de esquemas) é mais ou menos heterogêneo, composto de elementos mais ou menos contraditórios (LAHIRE, 2016, p. 45).

Por isso que, em nossa pesquisa não desprezamos a perspectiva da Sociologia Disposicionalista de Bourdieu nem exageramos ao exaltar a complementaridade da perspectiva da Sociologia Disposicionalista de escala individual de Lahire, tanto que em nosso trabalho ambas se coadunam, no que buscamos uma aproximação satisfatória dos resultados a partir da análise dos dados estruturais e individuais.

Ao esforçar-se em responder a alguns questionamentos sobre a teoria do sistema de disposições incorporados e imutáveis, ou pelo menos quase, sobre conceitos como o de *habitus* em Bourdieu, Lahire propõe uma nova perspectiva de compreensão desse sistema com uma Sociologia de escala individual para análise da ação do indivíduo singular. Como o próprio Lahire nos ensina que "Nós não poderíamos falar em estruturas mentais, em esquemas, em disposições, em *habitus* ou em incorporação sem nos arriscarmos a atrair a interrogação crítica sobre os pesquisadores" (LAHIRE, 2017, p. 34).

E nos apresenta questões como:

É preciso pressupor que sabemos perfeitamente (pois estamos acostumados com o vocabulário) o que é uma disposição ou um esquema, um sistema de disposições ou uma fórmula geradora das práticas? Não podemos nos perguntar se uma parte desses termos não nos impõem maneiras de ver, pelos quais teríamos que nos reinterrogar? (LAHIRE, 2017, p. 34).

Tais questionamentos para demonstrar que o sistema de disposições bourdieusiano não alcança o indivíduo singular quanto à sua trajetória, que este indivíduo a cada posição desenvolve um *habitus* ou diversos hábitos para que assim consiga "encaixar-se" àquilo que o cenário dispõe para si. Lahire ao propor sua Sociologia Disposicionalista de escala individual não está apartando-se subversiva e epistemologicamente da Sociologia Disposicionalista de Bourdieu, mas propondo que este não se preocupou, ou pelo menos é o que se sugere, com as trajetórias do indivíduo singular, por isso nos traz essa nova maneira de ver o indivíduo socializado.

A cada trajetória, ou seja, dos grupos interiores de que fazem parte os sujeitos no interior do subcampo, a cada cenário, ou seja, situações vividas e experienciadas pelos agentes, a cada disputa por posições, e tais como disputa por prestígio, o indivíduo socializado, no nosso caso, o agente, contrai para si um *habitus*, quer seja no âmbito pessoal quer seja no profissional, pois, quando estamos falando de trajetórias, estamos falando também das experiências aprendidas e apreendidas pelo indivíduo/agente.

Nesse sentido, com igual potencialidade questionadora, em nossa pesquisa, fazemos como nosso uma questão fundamental formulada por Lahire (2017):

Ora, antes de supor a existência de um processo sociocognitivo tal como o da "transponibilidade" das disposições, não seria preciso trabalhar essa questão em pesquisas empíricas que visam comparar sistematicamente as disposições sociais em jogo segundo o contexto da ação (domínio de práticas, esfera de ação, microcontexto, interação...) considerado? (LAHIRE, 2017, p. 35).

A consciência em reconhecer que nas Ciências Sociais determinados objetos não é tarefa fácil, isto porque entre desenvolver um estudo acerca da estrutura (organização, composição etc.) externa quando pensamos nesses moldes em nível de organograma (de modo mais amplo, em Bourdieu) e interna para se pensar à subjetividades do agente como sujeito singular (de modo em escala individual em Lahire).

Sendo assim, esse procedimento requer de nós pesquisadores recorrer, como dizemos antes, à perspectiva da Sociologia Disposicionalista em escala individual, de Lahire (2017) seja para estudar as trajetórias e cenários que se processam ao passo em que ocorrem as disputas entre grupos e agentes, seja para estudarmos as falas desses agentes onde provavelmente iremos encontrar pistas das motivações que levam à disputa. Tal perspectiva de Lahire não significa que está negando em sua totalidade a teoria de Bourdieu, mas, em sua especificidade, aperfeiçoando a teoria e alguns conceitos – no caso, o de *habitus* – da Teoria dos Campos. Pois, Lahire atento às variações de comportamento do indivíduo, a partir de análise empírica demonstra as singularidades individuais:

Não se trata em caso algum de negar a existência de desigualdades sociais perante as formas culturais mais legítimas e, muito menos, o papel sempre central desempenhado pelo capital cultural no acesso às formas mais eruditas de cultura. Porém, a *mudança de escala de observação* permite esboçar uma outra imagem do mundo social. Começando por considerar as diferenças internas à série de comportamentos e de gostos de cada indivíduo (*variações intra-individuais*: o mesmo indivíduo faz isto e aquilo, gosta disto *mas também* daquilo, gosta disto *mas em contrapartida* detesta aquilo, etc.) antes de voltarmos às diferenças entre classes sociais (*variações interclasses*), chegamos a uma representação do mundo social que não negligencia as singularidades individuais e evita a caricatura cultural dos grupos sociais (LAHIRE, 2008, p. 12).

Nesse contexto, por definição de campo encontramos ainda o indicado por Lahire (2017) que se desdobra em duas: a primeira tendo o campo como um “microcosmo no macrocosmo constituído pelo espaço social (nacional) global” e, como “sistema ou um espaço estruturado de posições” (LAHIRE, 2017, p. 31). As posições que cada agente disputa a partir do momento em que entra no “jogo” no interior do campo ou do subcampo, e como tal tais posições podem ser adquiridas com a aquisição ou acumulação de capitais simbólicos e de prestígio social. O subcampo funcionando como uma espécie de microcosmo do campo, este como uma espécie de macrocosmo.

Ademais, a partir dessa visão mais micro, observamos o recurso teórico de Lahire focado no *habitus* como um “esquema de disposições”, considerando a multiplicidade de ações e de comportamentos dos agentes, sem a rigorosidade conservadora de teorias que polarizam ora a unicidade do agente, ora a individualidade do agente, no que em nosso entendimento, Lahire tanto considera a importância das estruturas quanto das subjetividades do sujeito, dando mais ênfase nestas. Isso podemos observar nos termos a seguir, conforme Lahire (2002):

De modo semelhante ao globo terrestre, o conjunto das *diversas* teorias da ação tem dois grandes pólos: o da unicidade do ator e o de sua fragmentação interna. Por um lado, se está à procura de sua visão do mundo, de sua relação com o mundo ou da “fórmula geradora de suas práticas” e, por outro lado, admite-se a multiplicidade dos conhecimentos e do saber-fazer incorporados ou incorporados, das experiências *vividas*, dos “eus” ou dos “papéis” incorporados pelo ator (repertório de papéis, estoque de conhecimentos, reserva de conhecimentos disponíveis...) (LAHIRE, 2002, p. 17).

Ambas definições extraídas dos conceitos propostos por Pierre Bourdieu. Não difere tanto, mas traz uma certa distinção: o fato de no interior de um determinado campo (macrocosmo), onde estão os subcampos (microcosmos) como integrantes de campos mais amplos. Isso pode significar que até alcançar determinado limite não restará senão a interseção ontológica da mola propulsora não unicamente da trajetória do agente, mas também da ação deste, produzida a partir de uma espécie de escala de algo macro para o micro, elemento subjetivo.

Por outro lado, os campos, como se constituem historicamente, de sujeitos que os integram há muito mais tempo com o prestígio de criar, alterar e cumprir as regras do jogo mais os sujeitos emergentes que, por força de disposições semelhantes, disputam por espaço no interior do campo.

Diferentemente de Lahire, que vê nas trajetórias dos agentes e no *habitus* que estes adquirem durante cada trajetória, demonstrando aí a dinamicidade e porque não dizer a

flexibilidade na obtenção de um “novo” *habitus* a cada trajetória, marcada por forte subjetividade e anseio, cremos nós, objetivo. Todo esse processo que o sujeito passa por uma aprendizagem social.

Em nosso entendimento, essa aprendizagem social seria uma espécie de “aculturação” do indivíduo que ocorre mesmo na fase de gestação. Essa predisposição para a prática pelas normas, como a compreendemos, nos termos bourdieusianos, o sujeito que desde tenra idade passa por diversos processos, também, de socialização, processos tais que contribuem para o “encaixe” aos padrões exigidos pela sociedade. E viver em sociedade, o sujeito deveria estar “predisposto” a aceitar que a existência de regras, da *illusio*, dos conflitos, das diferenças, da existência de grupos, entre os quais estão dominadores e dominados. E ainda assim, Ragouet (2017) nos indica que:

Se o indivíduo que seleciona e identifica as normas ou as regras a fim de interpretar seu sentido e responder-lhes da maneira que ele julga adequada, essa atividade interpretativa não se desenrola, de modo algum em um vazio social; o campo tem uma história, no qual usos e tradições se sedimentaram, e ele se construiu progressivamente a partir de um suporte de crenças aparentemente não questionadas que constituem a base do “jogo” da ciência (RAGOUET, 2017, p. 70).

Nesse sentido, o que os agentes absolvem para si refletem em suas ações e na forma como concebe as representações, seja acerca das instituições e seus significados e sentidos dentro do subcampo da Guarda Municipal de Maceió. Assim, com base em Bourdieu, Dortier (2006) ressalva que o “campo não é mais do que um pequeno pedaço de mundo social regido por leis e códigos que lhe são próprios: são as leis do “meio” (DORTIER, 2006, p. 55).

Sendo assim, são essas “leis” e “códigos” que tanto os agentes quanto os grupos policiais necessitam para poderem participar do “jogo” e integrarem às exigências do jogo jogado no subcampo da Guarda Municipal de Maceió. Pois, através da mobilização da perspectiva da teoria do campo para verificar como as disputas se dão dentro do subcampo da GMM, em estudo, é que verificaremos como se dão as disputas entre os agentes e grupos internos. E o que seria esse campo (em nosso caso, delimitamos para subcampo, e que aproveitamos do mesmo conceito)?

Nesse sentido, conforme apontam Jourdain e Naulin (2017) Bourdieu ao desenvolver sua Teoria dos Campos e seus conceitos de capital, *habitus*, senso prático, não se limitou tão somente ao fator econômico – como o fizera Marx ao estudar a relação de conflito entre a burguesia e o proletariado –, Bourdieu em sua sistemática teórica deu outra dimensão ao estudo sobre o *habitus*, que passa pelo debate sobre o objetivismo e o subjetivismo, sobre a ruptura entre Sociologia e Psicologia e que Bourdieu tenta conciliar ambas perspectiva por um

ângulo construtivista e, em termos, holístico-filosófico, uma vez que tal termo tenha origem na tradição filosófica em Aristóteles e que Riutort (2008) nos indica a origem do conceito de hábito (*habitus*) “a fim de pensar o conjunto das lógicas de apropriações das regras sociais (a interiorização da exterioridade) e das ações dos indivíduos, uma vez que estas regras já estão incorporadas (a exteriorização da interioridade)” (RIUTORT, 2008, p. 307).

São esses grupos que, por força da tradição e do tempo em que ocupam determinadas posições no espaço social, além do conhecimento das formas de jogar e mandar no jogo, determina quem deve jogar o jogo (no nosso caso o do interior do campo da segurança pública) e quem deve permanecer no jogo.

A força desse prestígio no interior do campo recai sobre o sujeito e/ou instituição. Ligados a essa disposição, o capital simbólico infere diretamente no *status* que um agente pode atingir no interior do subcampo.

Quanto maior o volume ou acúmulo de capitais simbólicos, maior é o prestígio desse agente, garantindo-lhe, assim, uma posição bem mais privilegiada. Portanto, compreendemos o capital simbólico como um conjunto de elementos que inferem na disputa por posições e pelo prestígio social no interior do subcampo da Guarda Municipal de Maceió.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No presente capítulo apresentaremos os procedimentos metodológicos adotados, estando organizado em três seções de acordo com etapas da pesquisa. São elas: i) a escolha do objeto de pesquisa; ii) coleta de dados qualitativos e quantitativos; e iii) operacionalização teórica-metodológica

3.1 A escolha do objeto de pesquisa

A escolha da Guarda Municipal de Maceió como objeto de estudo, mais precisamente as dinâmicas desse subcampo, deu-se a partir das participações em grupos de pesquisas tendo como interface a Ciência Política que tinha como objeto de estudo a Segurança Pública no estado de Alagoas e a Sociologia, tendo como objetos de estudo o Policiamento Comunitário, na instituição Polícia Militar de Alagoas, bem como as avaliações sobre as dinâmicas da violência urbana em Maceió.

No decorrer de três participações nesses projetos de pesquisas institucionais, entendemos que o município de Maceió como agência corresponsável também pela segurança pública, na esfera municipal, pois, além de lidar com os conflitos sociais, também pode lida no enfrentamento da violência urbana na cidade. E dentro de um contexto de um município que configurou por anos as listas de cidades mais violentas do País, a Guarda Municipal de Maceió, praticamente, parece não existir

Por outro lado, o pesquisador como integrante na GMM, há 23 anos e 5 meses, tem observado no interior do subcampo da Guarda Municipal, elementos susceptíveis de serem estudados academicamente; pois, uma instituição que traz em si um conjunto de fatores que materializam sua importância como estudo e como subcampo da segurança pública municipal, não poderia ficar de “fora” do mundo acadêmico.

Uma vez que, tendo um papel preponderante para colaborar junto à segurança pública, tem em seu interior situações que nos inquietam como a dinâmica de disputas por distinção social e capitais simbólicos, bem como os agentes se posicionam no interior desse subcampo. Assim, o pesquisador enquanto agente, inserido no campo de pesquisa, através da observação mais “familiarizada” teria, em dada medida, um acesso maior ao subcampo da GMM.

Gilberto Velho (2013), em seu artigo “Observando o familiar” enfatiza as possibilidades de um pesquisador inserido no campo de pesquisa e fazendo parte do mesmo

cenário, de fazer um trabalho imparcial, (in)afetivo⁷ e científico. É buscando nessas possibilidades que objetivamos observar aquilo que nos é familiar, a Guarda Municipal de Maceió.

Estar previamente inserido no universo social daquilo que se estuda tem suas vantagens, sejam elas de logísticas, sejam elas de inserção no interior desse universo estudado.

Nos termos de Velho (2013) sobre a vivência e os esforços do pesquisador como observador participante nos ensina que:

Insiste-se na ideia de que para conhecer certas áreas ou dimensões de uma sociedade é necessário um contato, uma vivência durante um período de tempo razoavelmente longo, pois existe aspectos de uma cultura e de uma sociedade que explicitados que não aparecem à superfície e que exigem um esforço maior, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia (VELHO, 2013, p. 69).

Contudo, ainda conforme Velho (2013), existe a necessidade de buscar manter um distanciamento afetivo do objeto estudado, evitando enviesar a pesquisa.

O pesquisador deste trabalho é parte do objeto pesquisado, no caso a Guarda Municipal de Maceió, o qual buscou observar o familiar como orientado por Velho (2013), tendo o privilégio de obter acesso privilegiado ao objeto de pesquisa, sendo essa prática também de grande contribuição à experiência do pesquisador enquanto agente.

Velho (2013) dedica um capítulo sobre a **observação do familiar**, demonstrando ali a importância da observação participante enquanto método de coleta de dados, argumentando que esse tipo de técnica funciona tão bem quanto as técnicas mais indiretas, ou seja, questionários, entrevistas semidiretas etc. Tal técnica adotamos em colaboração à entrevista compreensiva. A **entrevista compreensiva**, técnica estudada por Kauffman (2013), caracteriza-se por trazer em si a especificidade concentrada nos princípios “de formalização de um conhecimento pessoal advindo de um trabalho de campo”; e como tal, Kauffman demonstra os principais aspectos dessa ferramenta metodológica:

Trata-se de um método ao mesmo tempo pouco divulgado enquanto tal e muito próximo de outros métodos em numerosos aspectos: grande parte é tomada emprestada de escolas vizinhas. Ele recebe emprestado primeiramente as diversas técnicas de pesquisa qualitativa e empírica, sobretudo as técnicas etnológicas de trabalho com informantes. [...] Portanto, ele toma emprestado também da técnica habitual da entrevista semidiretiva. No entanto, os etnólogos ficarão desconcertados

⁷ Velho (2013) refere-se, como apontamos mais adiante, ao distanciamento afetivo; daí, acreditamos que o prefixo (in) na inicial da palavra, significar que o pesquisador no interior do campo de pesquisa, esteja ou não familiarizado, e caso, pertença como integrante ao campo de pesquisa, de, no mínimo, buscar manter-se impessoal como pesquisador. Isso remonta às discussões clássicas levantadas por Max Weber, sobre a neutralidade axiológica, assim como o próprio Bourdieu demonstrou a necessidade de se evitar as pré-noções.

diante deste método que permite, por exemplo, analisar as práticas utilizando a palavra, e os especialistas da entrevista semidiretiva ficarão surpresos ao constatar o grande número de inversões de suas instruções habituais (sobre a neutralidade, a amostra etc.). Situada no cruzamento de diversas influências, a entrevista compreensiva constitui de fato um método muito específico, com uma forte coerência interna (KAUFFMAN, 2013, p. 27).

Devemos levar em consideração que durante a aplicação da observação do familiar o pesquisador tenha a consciência de si e dos limites existentes, sobretudo buscando evitar conflitos de papéis sociais (pesquisador *versus* sujeito integrante do grupo pesquisado).

A observação familiar é utilizada como meio de acesso aos agentes, observando desde os ritos laborais quanto as percepções. Como integrante da corporação, o pesquisador entende que isso facilitou, quebrando, de certa maneira, a “frieza” e a “desconfiança” entre os agentes ao participarem da pesquisa. Embora, essa perspectiva não tenha ocorrido com todos, uma vez que o subcampo estudado também é dotado de conflitos interpessoais e que não convenhamos abordar especificamente.

Já quanto a entrevista compreensiva, entendemos que sua utilização nos ajudou a compreender a situação de trabalho dos agentes participantes, quanto aos horários e datas disponíveis.

Reconhecendo a necessidade de um olhar distanciado e desfamiliarizado e de uma problematização sociologicamente fundamentada atentamos para o conceito de neutralidade axiológica, desenvolvido por Max Weber (2001; 2006) que diferencia o que é “juízo de valor” e “conhecimento empírico”.

Ao distinguir, em princípio, entre “juízo de valor” e “conhecimento empírico”, pressupomos até agora a existência de uma modalidade de conhecimento de validade incondicional, ou seja, que efetivamente exista a ordenação, em pensamento, da realidade empírica no domínio das ciências sociais (WEBER, 2006, p. 29).

A partir desse princípio weberiano buscamos operacionalizar a pesquisa a partir da “objetividade” possível. Consciente desses limites, buscaremos evitar emitir juízos valorativos e superar as pré-noções do senso comum. Como destacou Bourdieu,

Todavia, construir um objecto científico é, antes de mais e sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares-comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, frequentemente inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo na objectividade das organizações sociais e nos cérebros. O pré-construído está em toda parte. O sociólogo está inteiramente cercado por ele, como o está qualquer pessoa. O sociólogo tem um objecto a conhecer, o mundo social, de que ele próprio é produto e, deste modo, há todas as probabilidades de os problemas que põe a si mesmo acerca desse mundo, os conceitos – e, em especial, as noções classificatórias que emprega para o conhecer, noções comuns como os nomes de profissões, noções

eruditas como as transmitidas pela tradição da disciplina – sejam produto desse mesmo objecto (BOURDIEU, 2011b, p. 34).

“O objeto científico”, visto por Bourdieu como algo pré-construído, alinha-se bem ao que objetivamos junto ao nosso objeto de estudo, a Guarda Municipal de Maceió. Daí, buscamos sistematizar não apenas o senso comum no entorno dessa instituição, bem como observar a GMM como um agente constituído historicamente.

A despeito da proximidade com o objeto de estudo, buscamos manter o distanciamento, ainda que, apropriando-se dos conhecimentos empíricos acumulados ao longo dos 23 anos de imersão no subcampo da Guarda Municipal de Maceió/AL.

3.2 Coleta de dados qualitativos e quantitativos

Os dados quantitativos utilizados na presente pesquisa tem suas origens nas instituições que compõem o escopo deste trabalho, a saber: i) os dados referentes ao efetivo da GMM foram obtidos junto a Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social (SEMSCS); ii) os demais dados, para além dos dados quantitativos, referem-se à breve explicação histórica dos demais agentes coletivos (PMAL, PCAL, CBMAL etc.) têm origem dos sítios oficiais dessas instituições, bem como, dos Códigos utilizados para entender as questões relacionadas às atribuições, funções e legalidade.

Sendo assim, os dados referentes ao agente coletivo Guarda Municipal de Maceió referem-se à criação, organização e composição dos quadros de pessoal, dos códigos que regulamentam as atribuições e funções, bem como a forma prevista em lei da atuação dessa corporação e dos agentes coletivos internos, frente às demandas da sociedade. Para tanto, a perspectiva disposicionalista de Bourdieu nos ajudará a entender – além do funcionamento de suas estruturas e funções – como se dão as relações entre os seus agentes, entendido como parte de um jogo de disputas.

Um aspecto interessante que nos inquieta, reside justamente no excesso de juridicidade e de legitimidade que conferem aos agentes coletivos mais “amplos”⁸, exclusivamente os

⁸ Nesse caso, e que não estudaremos de maneira aprofundada, apenas ampliaremos o debate sobre a construção social das corporações como a PMAL, PCAL, CBMAL, sobretudo para se chegar às tentativas de criação de uma entidade responsável para assegurar a proteção dos bens públicos e privados que nos levem a pensar de, de fato, em uma espécie de Guarda Municipal no Brasil, sem ser prolixo, uma vez que esta também surge inserida dentro de um processo elitista da construção do campo da Segurança Pública no Brasil. Quando se diz agentes coletivos mais “amplos”, estamos levando em consideração toda a carga histórica e de legitimação de suas ações e atuação, para daí nos referirmos a elas como agentes coletivos tradicionais, consolidadas, sedimentadas na sociedade, legitimada etc. frente a recente Guarda Municipal de Maceió, implantada em 1989, que resiste mesmo tendo extinta a sua personalidade jurídica.

agentes historicamente mais estruturados e sedimentados quanto aos códigos e condutas deontológicas assim como em sua atuação e sua operacionalidade, trazendo, provavelmente maior distinção no interior do subcampo da Segurança Pública no município de Maceió. E por meio da análise documental, enquanto ferramenta metodológica, ajudar-nos-á a compreender os efeitos dessa disposição.

Os dados buscam nos fornecer suporte para compreendermos as delimitações do objeto de pesquisa, bem como: “desenhar” a GMM como subcampo da Segurança Pública municipal; identificar quais os capitais simbólicos ali existentes e valorizados; compreender como se dão as disputas entre os agentes, bem como situar qual o lugar da Guarda Municipal no interior do campo da Segurança Pública e quais suas “fronteiras” sociais.

Recorremos também a marcos jurídico-legal que envolvem o subcampo da Guarda Municipal de Maceió, tais como os Códigos de Postura de Maceió/AL e Estatutos da GMM até então criados e que historicamente foram consolidando os agentes coletivos mais tradicionais e alagoano. Sendo assim, a análise documental nos mostra sobre os aspectos legais em que os agentes coletivos foram criados, fundados ou implantados jurídica e administrativamente. Os documentos legais (como Estatutos, Leis, Decretos etc.) analisados também indicam uma disposição desses agentes coletivos na história, e isso é importante perceber que esses agentes são uma construção social e histórica, como nos afirma Minayo (2013). Isto significa que, cada sociedade humana existe e se constrói num determinado espaço e se organiza de forma particular e diferente de outras” (MINAYO, 2013, p. 12). Assim, a análise nos possibilitará compreender como o subcampo da segurança pública municipal foi historicamente se constituindo.

Nesse sentido, “o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social” (CELLARD, 2010, p. 295), e de acordo com Tremblay (1968), “graças ao documento, pode-se operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas etc.” (TREMBLAY, 1968, *apud* CELLARD, 2010, p. 295).

A utilização de diferentes métodos que se complementa, possibilita-nos agregar elementos constitutivos para compreendermos o *habitus* dos agentes e as dinâmicas que envolvem as disputas pelos capitais simbólicos e pela distinção ou prestígio oferecidos pelos grupos internos da GMM

A coleta dos dados qualitativos será realizada a partir de aplicação de entrevistas semiestruturadas dentro de uma amostra que atenda as necessidades da pesquisa⁹. Sendo assim, as entrevistas foram constituídas dentro das necessidades da pesquisa e de acordo com a disponibilidade dos agentes; bem como através da observação participante observarmos como se dá à interação entre os sujeitos que constituem os grupos internos da GMM.

Nas ocasiões em que nos reunimos conseguimos juntar entre 4 a 5 agentes nos locais de trabalho desses agentes para aplicarmos as entrevistas de forma coletiva ou “coletivizadas”¹⁰. Também houve ocasião que não chegou a formar um grupo, porque devido a diversos fatores de força maior, tivemos de aplicar a entrevista ao agente que estivesse disposto a participar da entrevista e que estivesse no seu local de trabalho. O ponto positivo nesse processo, é que conseguimos obter na grande maioria das entrevistas respostas espontâneas. Antes da aplicação das entrevistas junto aos agentes, propomos uma conversa informal sobre a temática da pesquisa, momento esse em que aproveitamos, também, para colher informações sobre o subcampo e sobre as trajetórias dos próprios agentes. Lembrando que a cada um desses agentes, fizemos com que assinasse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A aplicação de entrevistas coletivas ou coletivizadas foi uma forma que, no decorrer da pesquisa, encontramos para que os agentes pudessem participar, levando-se em consideração a data, o horário e o local de disponibilidade dos participantes. Por meio dessa ferramenta que a pesquisa exigiu, conseguimos coletar as respostas juntos aos agentes (na quantidade em que encontramos, em dias que haviam 4 a 5 agentes disponíveis para participar sem atrapalhar o andamento laboral de cada um deles).

Tal modalidade de entrevista trouxe-nos resultados surpreendentes e só contribuiu para enriquecer ainda mais nossa metodologia.

As entrevistas de forma coletivas foram aplicadas junto aos indivíduos que integram os agentes coletivos – grupos internos – que constituem o subcampo da GMM. A disposição desses agentes no interior da Guarda Municipal precisou ser observada de forma relacional

⁹ A amostra de que nos referimos não terá como base a totalidade do quadro de agentes efetivos da GMM, porque não se trata de um trabalho especificamente voltado para uma abordagem quantitativa. Trata-se de um trabalho voltado para uma abordagem qualitativa em maior escala, onde o quantitativo de agentes participantes das entrevistas contribuiu para que chegássemos a resultados satisfatórios.

¹⁰ Nota: As entrevistas “coletivizadas” em nosso entendimento, é como uma técnica que adequa-se à realidade dos agentes e grupos de agentes, onde, de forma coletiva, aplica-se uma entrevista como um mesmo roteiro de perguntas a 5 ou mais agentes que se encontram em disponibilidade para participar da pesquisa naquele momento e naquele local, propriamente, o local de trabalho. Utilizamos essa técnica justamente para adequar à realidade do subcampo da GMM, onde devido às constantes operações e ao esvaziamento do quartel devido a pandemia do Covid-19 que fizera com que cerca de 140 agentes se afastassem por estarem nos grupos de risco, tivemos que aplicar tal técnica sob o risco de perder a adesão dos agentes à pesquisa.

aos demais agentes, uma vez que a disposição de um agente é mapeada em relação aos demais, assim como o volume de capitais simbólicos e a capacidade de interferir nas regras do jogo social no interior do subcampo.

Com base na Sociologia em Escala Individual, cuja contribuição utilizamos pontualmente, buscamos explorar quais fatores interferem na escolha, como a influência das trajetórias dos agentes sobre o *habitus* individual como, ainda, os estoques de hábitos, e na disputa dos agentes e que os levam a inserir-se em um determinado grupo. Exploramos também as percepções dos agentes em relação as suas trajetórias como agente da GMM.

A dinâmica das “entrevistas coletivizadas” se deu com base em um roteiro de perguntas fechadas e perguntas abertas (ver apêndice 1). Esse procedimento nos aproximou mais dos agentes, favorecendo uma interação produtora, considerando com clareza: “a) o entrevistador; b) o entrevistado; c) a situação da entrevista; d) um instrumento de captação de dados ou roteiro de entrevista” (HAGUETTE, 2013, p.81), estando essa técnica, “enquanto instrumento de coleta de dados, a entrevista, como qualquer outro instrumento está submetida aos cânones do método científico, um dos quais é a busca de objetividade, ou seja, a tentativa de captação do real” (HAGUETTE, 2013, p. 81).

Considerando as dificuldades de acesso ao campo, as reuniões para a realização das entrevistas coletivizadas ocorreram nos meses de novembro de 2019, janeiro de 2020, com mais uma aplicação no mês de março de 2020, respectivamente, nos dias 28 de novembro, com a participação de 12 agentes; no dia 15 de janeiro com a participação de 10 agentes; nos dias 6 de março, com a participação de 13 agentes; e, no dia 18 de março, com a participação de 15 agentes, tendo duração média de 60 minutos para cada entrevista, no máximo, por participante.

Cabe uma ressalva sobre as reuniões onde foram aplicadas as entrevistas coletivizadas: do total de 50 agentes participantes que tínhamos como candidatos para participar da pesquisa, desse montante houveram 10 desistências, quando de sua primeira aplicação em novembro de 2019 e 8 desistências do segundo momento em que aplicamos a entrevista de forma coletivizada em janeiro de 2020, ficando apenas os 32 agentes em diante.

Nesse sentido, faz-se uma ressalva sobre a importância dos 18 agentes desistentes de participar de nossa pesquisa: Ao fazermos um levantamento junto a esses agentes, dentre os quais 15 eram agentes femininas e 3 eram agentes masculinos, entre os diversos fatores que conseguimos colher juntos aos desistentes, de forma informal, já que não permitiram o seu envolvimento na pesquisa, que fatores como represálias que poderiam sofrer junto à direção da GMM, e, ainda, a possibilidade de perda de alguns capitais simbólicos como condições

melhores de trabalho através da transferência desses agentes para postos de serviços “piores” daqueles que se encontram, bem como perda econômica salarial como os adicionais noturnos e gratificações. Sem falar no caráter menos atrativo das posições em que estão para o risco de serem deslocados para posições ditas “inferiores”, como “guardinha de posto”, aqueles agentes lotados nas secretarias, nas escolas do município, nas unidades básicas de saúde etc.

Percebemos um grande número de agentes femininos (15 dentre as 20 que convidamos para participar das entrevistas) que nos inquieta enquanto a baixa participação feminina na pesquisa, e, ao buscarmos respostas a respeito, junto às agentes desistentes, informalmente – única maneira de obter as informações – obtivemos falas que em sua maioria apontavam para o temor de represálias vindas dos diretores constituídos de militares de alta patente, além de perda de vantagens como gratificações por cumprirem serviços de confiança, ou de serem remanejadas ou alocadas em postos de serviços de menor prestígio social como ocorre com os agentes que integram o grupo operacional/patrimônio. Esse fenômeno de desistência é algo a ser pensado para mais a frente, quem sabe, na produção de artigos científicos que abordem a questão de gênero e opressão no subcampo da GMM.

Nesse sentido, ao todo foram 32 participantes que responderam às nossas entrevistas semiestruturadas. Levando-se em consideração o universo de agentes que compõe a instituição Guarda Municipal de Maceió, de 642 guardas municipais efetivos concursados, não objetivamos compor uma amostra sobre o número total de agentes; e sim, a partir dos 32 agentes que participaram de forma voluntária da pesquisa, colher as percepções obedecendo a um roteiro de perguntas composto por questões fechadas e abertas.

Com a profundidade das respostas obtidas e dando-se por atendidas as necessidades de nossa pesquisa, apresentamos os resultados em capítulo específico mais adiante, a partir de uma análise reflexiva sobre as percepções dos agentes participantes, no sentido de compreendermos se as disputas empreendidas, tanto pelos agentes da GMM quanto pelos próprios grupos internos, têm como “motivação” a aquisição de maior e melhor capital simbólico, e, conseqüentemente, o tão recorrido prestígio social entre os agentes da GMM, bem como no interior do subcampo da Guarda Municipal de Maceió.

Para interpretar, analisar e identificar os elementos que constituem o prestígio social e a disputa por capitais simbólicos no interior do subcampo da GMM, utilizamos como principal estratégia metodológica e operacional a **análise reflexiva das percepções dos agentes**, dentro de uma contextualização com a Sociologia Disposicionalista. Reconhecemos que nossas análises reflexivas, também, têm guarida em maior escala no campo da Linguística e da Sociolinguística, porém, não faremos uso dessas ciências; contudo, o fato de nos

referirmos a elas em nosso trabalho, é pela necessidade de enriquecer nossa pesquisa, além de favorecer uma interface entre a Sociologia e a Sociolinguística, enriquecendo ainda mais nossa pesquisa.

Assim, depreendemos a análise de cada agente participante, buscando identificar em suas respostas os elementos e fatores constitutivos capazes de aclarar-nos sobre as hipóteses que perseguimos e que foram construídas no início de nosso trabalho. A aplicação do questionário/entrevista foi acompanhada por um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme modelo proposto pela Comissão de Ética, onde constam neste, tanto os direitos quanto os deveres do entrevistando, recaindo todos os fatores que levem a cabo a responsabilidade jurídica e científica. Os participantes, ainda que tenham assinado o TCLE, pediram sigilo para que não divulgasse seus nomes.

Cada agente participante recebeu um número como identificação, assegurando-lhe privacidade. Como o total de participantes foi de 32, então identificamos em nossa pesquisa o Entrevistando 1 (E1), Entrevistando 2 (E2), [...], Entrevistando 31 (E31), Entrevistando 32 (E32). No TCLE constam o número de identificação e os dados pessoais do agente participante, como forma de garantir a lisura e a veracidade dos dados coletados.

Considerando as dificuldades dos agentes em anunciar tudo o que pensa em decorrência do temor a represálias por parte da direção da GMM, nos apropriamos também de aspectos coletados na observação e durante as conversas informais. As das conversas informais realizadas antes das entrevistas, deram-se com o objetivo de permitir que os agentes participantes respondessem as perguntas de maneira mais espontâneo possível, o que nos ajudou a observar o senso prático desses agentes.

Conforme o Quadro 1, dos 32 participantes, apenas 5 são do gênero feminino. Logicamente que de início percebemos a baixa adesão de guardas municipais femininas, graças a fatores como autoproteção da imagem junto à corporação, bem como temor de algum tipo de represália por parte da direção e/ou dos gestores.

As razões que fizeram com que os agentes desistissem de participar da pesquisa, em conversa informais posteriores, foram desde “medo de alguma represália por parte da direção da Guarda Municipal” a “temor de se participar da pesquisa algum conteúdo possa comprometê-los e assim destituí-los de algumas vantagens administrativas junto à instituição”. Essas desistências também nos foram úteis como observar o jogo estabelecido no subcampo da GMM. Os dados coletados dizem respeito à participação dos 32 agentes da Guarda Municipal de Maceió, cujos perfis, demonstramos no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Perfil dos agentes da Guarda Municipal de Maceió/AL participantes das entrevistas (2019-2020).

Sexo	Masculino	27
	Feminino	5
Idade	40 a 50 anos	24
	51 a 60 anos	8
	61 a 70 anos	0
Função/atuação	Administrativo/burocrático	2
	Policimento ostensivo	9
	Operacional/patrimônio	13
	Operações especiais	6
	Serviço de inteligência	1
Tempo de serviço	Mandato classista	1
	10 a 20 anos	7
	21 a 30 anos	24
	31 a 40 anos	1
Total de agentes participantes		32

Fonte: Elaborado pelo autor.

No Quadro 1 apresentamos o perfil dos agentes que participaram da pesquisa, respondendo as perguntas que formulamos durante as entrevistas. No propusemos analisar de forma mais detida as repostas dos 32 agentes, buscando observar os elementos constitutivos dos diversos discursos que apontem para a dinâmica das disputas por prestígio social e por capitais simbólicos nos interior do subcampo da GMM.

As dificuldades que na fase de pesquisa de campo a instituição GMM apresentou exigiu do pesquisador desdobramentos metodológicos, tais como estudar e analisar a melhor forma de aplicar as entrevistas tanto individuais quanto coletivizadas; pois, diante da eminência de que os que permaneceram participando da pesquisa poderiam desistir de participar.

Isso decorre por termos uma GMM – apesar de suas especificidades de atuação – que possui similaridade com instituições policiais mais ostensivas; o que se maximiza por serem os cargos mais importantes (de alto escalão) ocupados por militares de alta patente, nomeados pelo gestor municipal. A hierarquia e a subordinação, típicas do militarismo, gera nos agentes a preocupação de emitir qualquer juízo de valor em relação à corporação.

As dificuldades que de uma forma ou de outra interferiram na pesquisa, além do temor a represálias vindas da direção da GMM, o esvaziamento do quartel da corporação devido à pandemia do novo corona-vírus, tendo o pesquisador que recorrer a uma adequação de horários e de disponibilidade dos agentes. a corporação, em decorrência da possibilidade de contaminação por Covid-19, tivera cerca de 139 agentes afastados.

A faixa de idade dos participantes gira em torno, em sua maioria, de 24 agentes que se enquadram na variável “40 a 50 anos de idade”, ficando os 8 restantes dentro da variável “51 a 60 anos”. Desnaturalizando a imagem de aqueles agentes que estão na primeira faixa etária de idade seja algo normal; na verdade, para o exercício policial, com situações práticas que exigem do agente **fôlego, preparo físico/psicológico, disposição e motivação**¹¹, como se diz no interior da GMM entre os próprios agentes “o corpo de efetivos da Guarda está ‘velho’!”

Tais dados apresentamos através de um levantamento estatístico feito em 2019 na Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social, que subsidia a GMM, cujos dados distribuimos nos Gráficos 1, 2, 3 e 4. Nesses gráficos estão os dados sobre a idade, o gênero, o tempo de serviço e a escolaridade de todo o efetivo da GMM. Tais dados serviram como uma base de variáveis para a nossa coleta em menor escala junto aos 32 agentes.

Dentre as demais categorias analíticas, como a função/atuação dos agentes participantes, as variáveis que mais apareceram nas respostas às entrevistas foram: i) **Operacional/patrimônio**, destacando-se dos demais grupos no interior do subcampo da GMM; houve 13 agentes participantes; ii) **Policimento ostensivo**, características de grupos internos que atuam como a polícia, podendo prender e fazer portar arma de fogo, como o Ronda Ostensiva Municipal (ROMU), houve 9 agentes que participaram das entrevistas; iii) **Operações especiais**, função unicamente afeita ao GAAO; a função desse grupo aproxima-se, por similaridade e não comparação, com os grupos especiais das polícias militares estaduais, os chamados BOPE e Pelotão de Choque; participaram 6, dentre os 32 agentes; iv) **Serviço de inteligência** que foi criado recentemente pela GMM para atuar sem que percebam que tipo de serviço seus agentes prestam à corporação e à sociedade; trata-se de uma espécie de “Serviço Secreto”, ou o chamado o P2, das policiais estaduais; participou apenas 1¹²; v) **Mandato classista**, embora não apareça visivelmente como os demais grupos; os agentes desse grupo atuam junto às reivindicações em prol da categoria junto aos sindicatos e associações; apenas 1 agente participante mas que trás importante participação em suas respostas.

Quanto ao “tempo de serviço”, a variável que mais apareceu foi a de “21 a 30 anos” de instituição, com um total, dentre os 32 agentes, de 24 participantes; enquanto as variáveis de “10 a 20 anos” e de “31 a 40 anos”, totalizaram 7 e 1 participantes, respectivamente.

¹¹ Nota: Não são elementos analíticos de nossa pesquisa, mas cabe aqui, fazer uma observação.

¹² Ressalvamos que dentre os 50 desistentes do início do trabalho de campo, 2 agentes desistiram da participação na pesquisa.

Estamos cientes que o pesquisador ao aplicar a entrevista deve estar cômico de sua posição e da posição daqueles que ele entrevista – e é aqui, em termos, que aparece a subjetividade dos entrevistados – e nesse aspecto Haguette (2013) é bastante fática quando diz que “as afirmações de natureza subjetiva estão sempre imersas em reações que devem ser levadas em conta: estado emocional do informante, suas opiniões, suas atitudes, seus valores que devem ser confrontadas ou complementadas com comportamentos passados e expressões não verbais, igualmente” (HAGUETTE, 2013, p.83).

Os dados qualitativos nos ajudarão na compreensão das regras do jogo do subcampo da Guarda Municipal de Maceió, assim como o *habitus*, o senso prático e o *illusio* que figuram essa esfera social.

Além de uma abordagem metodológica qualitativa, também, em menor escala, buscando realizar uma abordagem quantitativa. Os dados tiveram origem na instituição Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social (SEMSCS), órgão que tem como integrante a Inspeção Geral da Guarda Municipal de Maceió, hoje a corporação como é administrativa e juridicamente constituída a extinta Guarda Municipal de Maceió.

De posse dos dados quantitativos, buscamos organizá-los no Excel, Sistema Windows 2010 para posteriormente serem rodados no software aplicativo científico denominado IBM® SPSS® Statistics, versão 18. A partir dele foram realizadas a composição de variáveis como sexo, idade, tempo de serviço, cor, escolaridade etc., para, assim, observarmos o perfil dos agentes participantes da pesquisa.

Assim, os dados quantitativos nos possibilitou explorar as variáveis acerca do perfil dos agentes que participaram da pesquisa. Como explanamos daqui por diante. Os elementos constitutivos do corpo administrativo da GMM nos revelarão a estrutura da instituição, bem como algumas caracterizações dos agentes que participaram de nossa pesquisa. Tais elementos estão distribuídos em tabelas e gráficos e, de maneira que possamos ter uma visão ampla, de toda a corporação e de maneira mais específico, dos 32 agentes que participaram de nossas entrevistas.

Nesse sentido, analisando a Tabela 1, referente a totalidade de participantes válidos, tendo como variável “Sexo”, os 27 agentes efetivos do “sexo” masculino, dentro do quantitativo de 32 agentes participantes, representam 84,4%; e, os agentes efetivos do “sexo” feminino, 15,6 %. Percebemos, logo de princípio uma adesão, não que isso venha a prejudicar os resultados, uma vez que não objetivamos fazer uma análise tendo o gênero/sexo como fator-causa daquilo que pretendemos estudar. Essa primeira coleta não foi feita a partir de um

todo, ou seja, da totalidade de agentes que integra a instituição, e sim a partir das adesões que foram ocorrendo voluntariamente.

Tabela 1 - Gênero dos agentes da Guarda Municipal de Maceió participantes da pesquisa (2019).

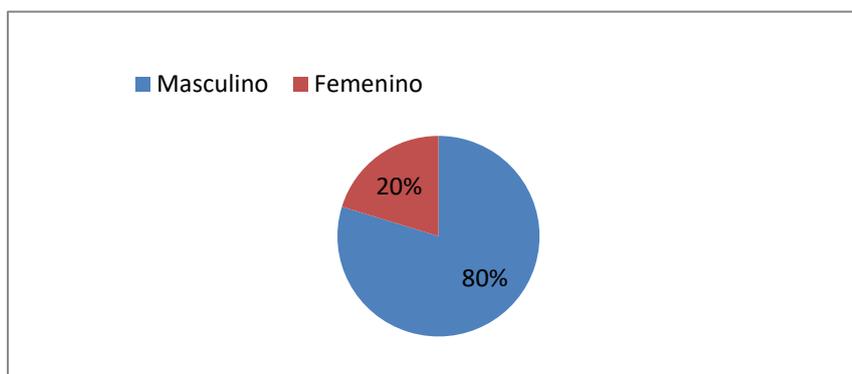
Frequência		Porcentagem
M	27	84,4
F	5	15,6
Total	32	100,0

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Isso é importante saber o porquê da baixa adesão de agentes do gênero feminino, pois, isso só reforça o quanto de desinteresse de desmotivação e de desconfiança, seja por temor de alguma represália vinda da direção do órgão, e pela soma acumulada de experiências sucessivas, pois a maioria dos agentes participantes não tem menos do que 15 anos de instituição, e como tal acreditamos influenciar na decisão e no comportamento desses agentes.

A similaridade percentual, respeitada a ligeira diferença de resultados e o a totalidade dos que participam tanto de uma como de outra pesquisa, sendo a nossa pesquisa mais específica e com menor quantitativo de participantes e, a segunda, com a totalidade dos agentes efetivos concursados, como percebemos no Gráfico 1. Podemos observar a similaridade proporcional dos resultados: em nosso resultado da Tabela 1 a participação de agentes femininos é de 15,6%, próximo ao resultado proporcional com as devidas diferenças percentuais, mas percebam a proximidade percentual de ambos os resultados:

Gráfico 1 – Agentes efetivos concursados da Guarda Municipal de Maceió por sexo (2019)



Nota: Total de 642 agentes, sendo 512 masculinos e 130 femininos.

Fonte: SEMSCS/2019.

Tabela 2 – Cor dos agentes da Guarda Municipal de Maceió participantes da pesquisa (2019).

	Frequência	Porcentagem
Branco/a	11	34,4
Negro/a	8	25,0
Pardo/a	12	37,5
Indígena	1	3,1
Total	32	100,0

Fonte: Adaptação do autor a partir dos dados da SEMSCS/2019.

Na Tabela 2 temos como categoria a Cor dos agentes que participaram dos grupos focais com os quais aplicamos as entrevistas, cujas variáveis são, pela sequência, Branco/a, Negro/a, Pardo/a, e Indígena.

A partir dos dados descritos nessa tabela, percebemos que 37,5% dos participantes declaram-se pardos, ou seja, dos 32 entrevistados, o equivalente a 12 participantes; enquanto que 34,4% dos participantes declararam-se brancos/as, percentual que representa 11 dentre os 32 entrevistados; dentre os 32 entrevistados, declaram-se ainda negros/as 25%, o equivalente a 8 dos agentes e, apenas 1 dentre os que participaram, declarou-se indígena, ou o equivalente a 3,1%.

Tais números nos mostram, em escala menor, a composição a partir da análise pela categoria Cor e pelas variáveis descritas na Tabela 2, dentre os 32 agentes entrevistados que participaram da pesquisa. Mas sugerem que num país cujo processo civilizatório, de desenvolvimento tecnológico e de expansão urbana, e que o município de Maceió por representar o mais desenvolvido dentre os 102 municípios do estado de Alagoas, grande parte do público que integra as instituições públicas de base – os cargos de menor prestígio social – são de sujeitos afrodescendentes. Olhando para o nosso caso, percebemos que somados os percentuais das variáveis Pardo/a, Negro/a e Indígena, somam 65,6%, número esse que representa, não a totalidade de composição do subcampo da Guarda Municipal de Maceió, mas o número de participantes dos grupos focais e entrevistas, frente ao percentual de 34,4% da variável Branco/a. Ou seja, participam mais os agentes do primeiro percentual, o equivalente a 21 entrevistados, do que os do segundo, composto de 11 agentes que se declaram brancos/as.

Já na Tabela 3, como veremos daqui por diante, referente à Escolaridade dos agentes participantes de nossa pesquisa cujas variáveis são por grau de escolaridade, onde temos o Fundamental, o Médio, o Superior Incompleto, o Superior Completo e o Pós Graduação Completa, temos um dado curioso em seus resultados que é, mais uma vez, a proximidade

com o resultado dos percentuais aplicados à totalidade de 642 agentes efetivos concursados da GMM.

Para assumir o cargo efetivo de guarda municipal, a exigência feita nos concursos públicos de 1996 e de 2000 foi apenas o Nível Elementar, hoje conhecido como Nível Fundamental; já os demais cargos como os de inspetor e o de subinspetor, a exigência legal é Ensino Superior e Ensino Médio, respectivamente.

Dentre os 32 agentes participantes coletamos os seguintes resultados: a maior parcela dos agentes que estão no cargo de guardas municipais possui Pós Graduação completa, o que representa 56,3%, ou 18 dentre os 32 participantes da pesquisa; somados aos 18,8% que possuem Ensino Superior completo e aos 6,3% que estão em fase de conclusão do Ensino Superior, totalizando assim 81,4% ou 26 agentes dentre os 32 participantes. Apenas 5 agentes possuem Ensino Médio e 1 agente o Ensino Fundamental, equivalente a 15,6% e 3,1%, respectivamente, na atualidade.

O dado curioso é o que levantamos junto a instituição da totalidade de 642 agentes concursados e descrito no Gráfico 2, logo adiante e percebemos, de forma proporcional, a proximidade de resultados, onde 80% dos 517 agentes efetivos possuem Curso Superior, MBA, Especialização, Mestrado e Doutorado. Daí estamos nitidamente lidando com uma instituição cujo capital cultural é bastante expressivo.

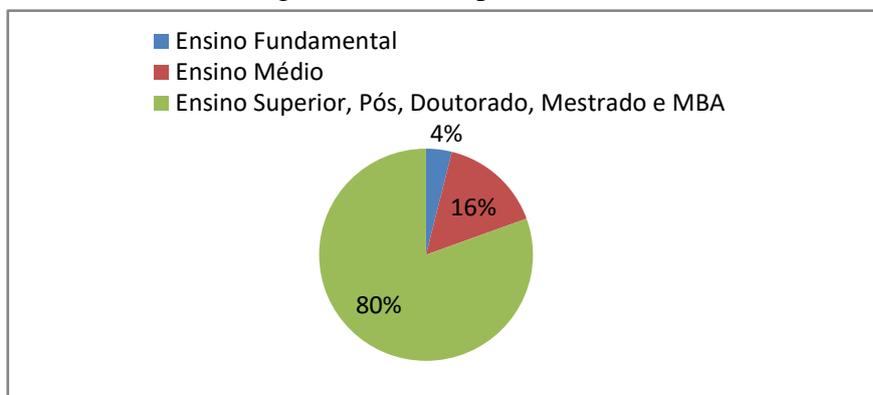
Tabela 3 – Escolaridade dos agentes da Guarda Municipal de Maceió participantes da pesquisa (2019)

Frequência		Porcentagem
Fundamental	1	3,1
Médio	5	15,6
Superior Incompleto	2	6,3
Superior Completo	6	18,8
Pós Graduação Completa	18	56,3
Total	32	100,0

Fonte: Adaptação do autor a partir dos dados da SEMSCS/2019.

O Gráfico 2, de que falamos que apresenta os dados de Escolaridade de todo o efetivo concursado da GMM, a seguir:

Gráfico 2 – Agentes efetivos por escolaridade (2019).



Fonte: SEMSCS/2019 (25 – Ensino Fundamental, 100 – Ensino Médio, 517 – Ensino Superior, Pós, Doutorado, Mestrado e MBA).

Sendo assim, a exigência efetiva para se exercer os cargos de guarda municipal, subinspetor e inspetor da GMM, olhando para o contexto de 1989, época em que foi criada e implantada a instituição, era praticamente nenhuma. O elemento de peso eram o sujeito ser oriundo de um órgão extinto ou indicação política cuja influência partia do grupo político ligado a determinada família poderosa. Só a partir do primeiro concurso público de 1996 que se passou a cumprir o princípio constitucional de composição de cargos públicos, conforme Art. 37, Inciso II, da Constituição Federal de 1988. A efetivação dos que integraram a GMM sem concurso público passaram por um processo de enquadramento, como previsto na Lei Municipal n. 5.421, de 23 de dezembro de 2004 (Estatuto da Guarda Municipal de Maceió).

O que percebemos quanto a relevância dos níveis de escolaridade que denominam os cargos de guarda municipal, especificamente este, e demais cargos de subinspetor e de inspetor, o prestígio social é elemento característicos dos agentes que integram o grupo de agentes inspetores, conforme aparece em algumas falas dos 32 agentes participantes, por estarem num *status* de comando e de superioridade hierárquica. Já a grande maioria que integra a categoria dos agentes efetivos nos cargos de guarda municipal, sugerem as falas um *status* de prestígio social algum.

O prestígio social que disputam, então, são justamente os aspectos descritos durante a aplicação dos grupos focais e das entrevistas que são os capitais simbólicos.

Por outro lado, olhando para o contexto atual, alguns aspectos jurídicos trouxeram nova visibilidade aos guardas municipais, especificamente, a Lei Federal n. 13.022, de 8 de agosto de 2014, incluindo nova tessitura legal às atribuições, atuação e escolaridade de Ensino Médio para investir em cargo público de provimento de guarda municipal, acrescentando ainda a tal cargo a possibilidade de carreira única, além de outros aspectos de grande avanço para a categoria.

A próxima Tabela 4 contém os dados dos agentes participantes de nossa pesquisa, referentes ao tempo de serviço na GMM, onde obtivemos os seguintes resultados: dentre os 32 entrevistados, a maioria está inserida na variável “De 21 a 30 anos” de instituição, perfazendo o percentual de 75%, ou 24 agentes; inseridos nas variáveis “De 31 a 40 anos” e “De 11 a 20 anos”, os percentuais de 6,3% e 18,8%, respectivamente, totalizando assim cada 2 e 6 agentes participantes, respectivamente.

Tais dados se aproximam curiosamente com os dados coletados a partir da totalidade dos agentes efetivos da GMM. E daí somados as variáveis de idades mais avançadas, temos o percentual de 81,3% totalizando 26 agentes participantes. Tal número também é curioso, pois, olhando de forma mais ampla para o efetivo da GMM, percebemos o quanto se aproximam os resultados, se compararmos os resultados de variáveis somadas da Tabela 4 com as variáveis somadas do Gráfico 3 referente ao efetivo concursado da GMM por tempo de serviço logo a seguir.

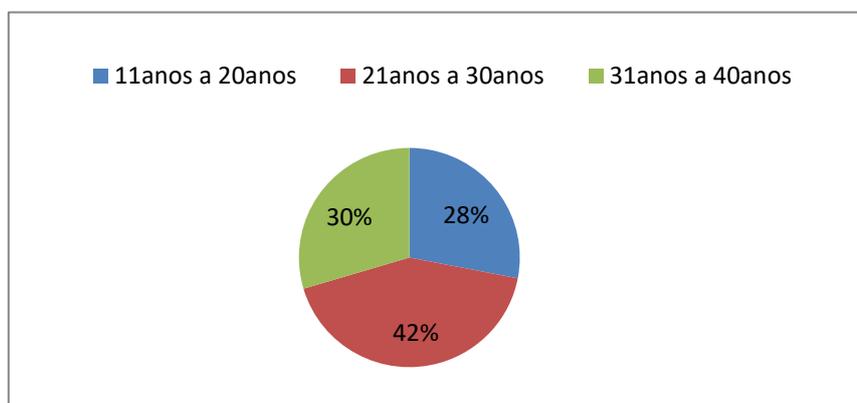
Tabela 4 – Tempo de serviço dos agentes (2019).

Frequência		Porcentagem
De 11 a 20 anos	6	18,8
De 21 a 30 anos	24	75,0
De 31 a 40 anos	2	6,3
Total	32	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observando os dados do Gráfico 3, temos um resultado próximo do resultado que colhemos juntos aos participantes. Esse dado é interessante porque mesmo efetivando a pesquisa, sem nos preocuparmos com uma amostra em maior escala, proporcionalmente obtivemos resultados similares, com as devidas considerações e diferenças de aplicação da pesquisa. Como é possível observar no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Agentes concursados da Guarda Municipal de Maceió por tempo de serviço (2019).



Fonte: Adaptação do autor a partir dos dados da SEMSCS/2019.

As variáveis “11 anos a 20 anos” e “21 anos a 30 anos” de tempo de serviço do Gráfico 3, representam os agentes ingressantes nos concursos públicos de 2000 e 1996, respectivamente. Até então para renovar o quadro de agentes efetivos da corporação não foi nenhum outro concurso público para a categoria. Enquanto que os inseridos na variável “De 31 a 40 anos”, da Tabela 4 e de “31 anos a 40 anos”, do Gráfico 3, os guardas municipais, em sua maioria, que ingressaram na GMM por aqueles processos que não fossem os do concurso público.

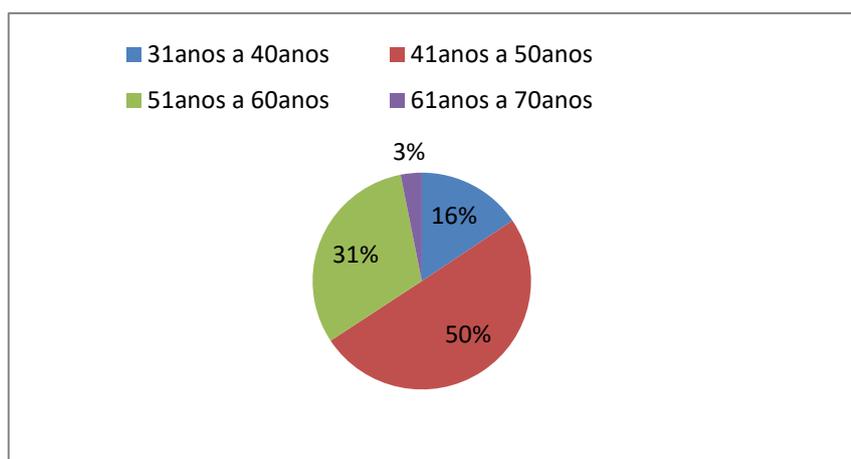
A GMM municipal possui em sua corporação um quadro de agentes efetivos bastante envelhecidos. Os dados coletados apontam para uma instituição que, além de depender da ação em grupo e da ação de cada indivíduo para garantir a incolumidade da segurança e proteção dos bens, dos serviços e do patrimônio público, precisa passar por um processo de renovação. Como podemos observar na Tabela 5, em escala menor dos agentes participantes de nossa pesquisa e em escala maior dos agentes que compõem o quadro de efetivos da corporação, distribuídos nas variáveis do Gráfico 4, logo em seguida:

Tabela 5 – Idade dos agentes participantes (2019).

Frequência		Porcentagem
De 31 a 40 anos	1	3,1
De 41 a 50 anos	23	71,9
De 51 a 60 anos	8	25,0
Total	32	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dentre os 32 participantes, temos duas variáveis que nos inquietam a “De 41 a 50 anos” e “De 51 a 60 anos” de idade, onde obtivemos, somados os percentuais 71,9% e 25%, respectivamente, o equivalente a 96,9%, resultado bastante expressivo e que aproxima-se com os resultados dos dados coletados e contidos no Gráfico 4 que é de 50% (De 41 a 50 anos), de 31% (De 51 a 60 anos) e 3% (De 61 a 70 anos), equivalente a 84% dentre os 642 guardas municipais, distribuídos por faixa etária, da seguinte maneira: 100 agentes inserido na variável 31 a 40 anos; 322, na variável 41 a 50 anos; 200, na variável 51 a 60 anos; e apenas 20 agentes, na variável 61 a 70 anos de idade. Portanto, uma corporação bastante “velha” que precisa passar por um processo de oxigenação de novos agentes. conforme o Gráfico 4:

Gráfico 4 – Efetivo da Guarda Municipal de Maceió por idade (2019).

Fonte: SEMSCS/2019.

Sendo assim, a GMM mesmo como subcampo da segurança pública municipal apresenta dados que apontam para uma instituição que, embora tenha sido criada a menos de 32 anos, expressivamente envelhecida que põe em evidência diversos elementos sobre os quais recaem a motivação, o interesse e a atuação dos seus agentes e dos grupos/grupamentos que deles façam parte.

Observando ainda a Tabela 6, dos agentes ingressantes na GMM, obtivemos, dentre os 32 agentes participantes de nossa pesquisa o equivalente, se somadas as variáveis “Em 1996” e “Em 2000”, temos 75% (ou 24 agentes) e 18,8% (ou 6 agentes), respectivamente, totalizando, assim, 93,8%; todos esses que ingressaram através dos concursos de 1996 e 2000; e apenas 6,3% (ou 2 agentes) que ingressaram na corporação antes dos concursos, por outras vias, como apontamos na Tabela 6, a seguir:

Tabela 6 – Ano de ingresso dos agentes da Guarda Municipal de Maceió (2019).

	Frequência	Porcentagem
Antes de 1996	2	6,3
Em 1996	24	75,0
Em 2000	6	18,8
Total	32	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apesar de uma estimativa para 2019 de 0,65% na população de Maceió, que salta para 1.018.948 habitantes (IBGE, 2019), a Guarda Municipal de Maceió, conforme os dados apresentados nas tabelas e nos gráficos está longe de atender as demandas do município. Para uma instituição que parou e não cresce, não há mais como efetivar concurso público para aumentar o seu efetivo, a motivação, o interesse e a atuação dependem dos seus agentes, visto

que as disposições oferecidas pelo município nesse subcampo da segurança pública municipal não vão além de paliativos. Tal sentimento de (des)prestígio social, pode-se ser sentido nas falas dos agentes que participaram da pesquisa.

Para um município, do *naipe* de Maceió que enfrentou em diversos anos anteriores a fama de uma das cidades mais violentas do mundo, a GMM merece um olhar mais aprofundado, de forma que desperte em seus agentes a importância de atuar em prol de um município mais seguro, não apenas no âmbito patrimonial, e nem apenas como um subcampo onde se joga e se disputa individual e coletivamente por capitais e prestígio social.

Antes de tudo, faz-se necessário definir o que é discurso, e, conseqüentemente, conteúdo, e suas análises. Em Dubois et al. (2000) a definição do discurso aproxima-se com o de “fala”, para esses autores discurso é “a linguagem posta em ação, a língua assumida pelo falante” (DUBOIS et al., 2000, p. 192). Nesse sentido, quando o sujeito, no papel de agente participante de uma entrevista, depõe e dá seu testemunho, de forma oral ou de forma escrita, esperamos que tal ação da “fala” origine de sua vontade e interesse, para logo em seguida assumir aquilo que se diz ou o discurso que se produz a partir de uma intensão ou não.

Por outro lado, essa definição aproxima-se com o significado de “enunciação”, o discurso “é uma unidade igual ou superior à frase; é constituído por uma sequencia que forma uma mensagem com um começo, meio e fim” (DUBOIS et al., 2000, p. 192).

Sendo assim, em nossa análise reflexiva das percepções dos agentes, a partir da perspectiva da Sociologia Disposicionalista e da Sociologia em Escala Individual, de certa forma relacionando pontualmente com as acepções e aspectos característicos do discurso contidos nas respostas obtidas através das entrevistas junto aos agentes participantes da pesquisa, percebemos que o discurso, em si, “caracteriza-se (...) por uma enunciação que supõe um locutor e um ouvinte, e pela vontade, no falante, de influenciar seu interlocutor” (DUBOIS et al., 2000, p. 193). Isso significa que para nossa análise reconhecer nos termos constitutivos das falas (discursos e respostas) dos participantes que responderam, na forma escrita a pesquisa, é aproximarmos de forma metodológica para a compreensão daquilo que cada participante dá sentido ao responder cada pergunta.

Propomos, ainda, uma reflexão analítica sobre as falas dos entrevistados, tendo no recurso linguístico produzido pelos agentes uma forma de analisar como as disputas por distinção social e capitais simbólicos aparecem. Sobre esse recurso de estudo, temos amparo em Câmara Jr. (1998) sobre as múltiplas definições da expressão linguística como forma de expressar o pensamento, como: “atividade linguística nas múltiplas e infindáveis ocorrências da vida do indivíduo” e como “a língua atualizada num momento dado, por um dado

indivíduo, quer como FALA (discurso oral), quer como ESCRITA (discurso escrito)” (CÂMARA JR., 1998, p. 98).

Ademais, o peso que temos na expressão tanto escrita quanto falada dos agentes entrevistados, é com ênfase na linguagem que pode assumir uma propriedade simbólica de grupo, e de tal maneira temos como reforço basilar o próprio Lahire (2017) que vê tanto a **linguagem** quanto a **sociedade** indissociáveis, ou seja, à perspectiva de Norbert Elias, que acredita que ambos os termos estão intrinsecamente ligados, como uma forma de demonstrar que a sociedade formada por indivíduos traz consigo uma complexidade dos sentidos, bem como dos próprios significados.

Essa relação entre linguagem e sociedade é importante para nossa pesquisa justamente porque é a partir das percepções – falas escritas dos agentes participantes – que iremos analisar reflexivamente como aparecem os estoques de hábitos dos agentes. E o ponto de partida é justamente a noção eliasiana, citado por Lahire (2017), dessa junção entre linguagem e sociedade. Como nos ensina Elias (1981) citado por Lahire (2017):

Outro nível perfeitamente “consciente” do fato de que as sociedades são formadas por “indivíduos” e que estes não podem adquirir sua(s) característica(s) especificamente humana(s): sua capacidade de falar, pensar e amar senão em função de sua relação com os outros, isto é, em “sociedade” (ELIAS, 1981; citado por LAHIRE, 2017, p. 96).

Coadunando com a visão de Elias, Lahire (2017) vê a relação entre indivíduo, através do uso, também, da(s) linguagem (ens) e sociedade, tanto que, nos seus termos, ele nos indica:

A oposição entre “sociologismo” e formalismo, leitura externa e interna nos conduz a colocar o falso problema da relação entre “externo” e “interno”, entre o “social” e o “linguístico” (o “simbólico” e o “discursivo” etc.) como se fosse o caso de analisar duas substâncias de natureza completamente distinta (LAHIRE, 2017, p. 95).

Assim, compreendemos a partir desses termos que o recurso metodológico e operacional para analisar as respostas escritas dos agentes participantes, de forma reflexiva, atende ao que objetivamos que é justamente encontrar nas percepções dos agentes participantes da pesquisa os elementos que comprovem categoricamente através da presença de termos que demonstrem concretamente o sentido de prestígio ou não, de que maneira podemos extrair os elementos linguístico-discursivos que indiquem as disputas, à perspectiva bourdieusiana, e, subjetivamente, na mensagem discursiva, à maneira da disposição em escala individual, o sentimento propriamente dito, de prestígio e, de motivação para disputar as posições nos grupos, construído pelo sujeito ao expressar-se sob as “entrelinhas” das respostas dadas.

Por isso, que ao utilizarmos a Sociologia Disposicionalista da Escala Individual, em Lahire (2004; 2017), para podermos nos aproximar mais dos sujeitos e de suas adoções subjetivas dispostas tanto no discurso contido nas respostas explícitas quanto no discurso contido nas mensagens implícitas. O discurso de que falamos é o contido nas respostas dos agentes que responderam as entrevistas, acreditando que uma análise reflexiva contribua para o entendimento de como as disputas por capitais simbólicos e prestígio social se dão no interior do subcampo da GMM.

Nesse âmbito, assim como na interface linguística, aspecto este que aproximamos da subjetividade e do indivíduo singular, muitos dos elementos que precisamos compreender sobre as motivações das disputas por posições e capitais simbólicos e prestígio (distinção) podem estar no discurso “não-dito”, apenas sugerido. Esse “não-dito” pode ser um aspecto notado no comportamento do participante durante a aplicação da entrevista.

Assim, com base, ainda, nas questões epistemológicas discutidas pelos teóricos Bourdieu e Lahire, acreditamos que através de uma análise reflexiva iremos alcançar as soluções no entorno de nossa principal problemática, sendo que em Lahire trabalhamos, em menor escala, com o conceito de estoque de hábitos, sem discordar da contribuição de outros autores, é que tratamos, metodologicamente, as percepções expressas nas respostas escritas, considerando-as como interface, para avançar à barreira que configuraria ser indissolúvel estudar o **indivíduo** do seu contexto social (**sociedade**) separadamente, como agente e estrutura.

Sendo assim, é por meio das Ciências Sociais que possibilitamos a relação entre **indivíduo** e sua linguagem e **sociedade** e seu contexto social, como nos afirma Lahire (2017):

Os cientistas sociais podem descrever e analisar a realidade das práticas, dos comportamentos, das estratégias, das trajetórias sociais individuais ou coletivas, das instituições e dos grupos, das formas de exercício de poder, dos tipos de dominação ou das configurações de relações de interdependência (do “micro” ao “macro”), ignorando a dimensão da linguagem nestes diferentes aspectos da realidade social. O linguajar de um entrevistado que responde a perguntas de um entrevistador ou que preenche um questionário, de atores que interagem verbalmente ou que produzem discursos orais ou escritos no quadro de suas atividades é tratado como um documento transparente [...].

[...] A diversidade de objetos que poderiam *a priori* parecer dissociados e heterogêneos se desdobra num ponto crucial, se quisermos tomar o liame formas da vida social e práticas linguísticas (LAHIRE, 2017, pp. 96-97).

E, ainda, com o reforço referencial de Minayo (2006), citado por Gomes (2013) que utilizamos essa ferramenta, com uma abordagem qualitativa, para compreender as percepções, em capítulo específico, dos agentes participantes da pesquisa, nos seguintes termos:

Os pesquisadores que buscam a compreensão dos significados no contexto da fala, em geral, negam e criticam a análise de frequências das falas e palavras como critério de objetividade e cientificidade e tentam ultrapassar o alcance meramente descritivo da mensagem, para atingir, mediante inferência, uma interpretação mais profunda. (MINAYO, 2006, p. 307 *apud* GOMES, 2013, p. 84).

Sendo assim, os procedimentos metodológicos que utilizamos foram a princípio, análise histórica (política e social), atentando para os aspectos legais e estruturais administrativos; além do estudo da arte, análise documental, bibliográfica, aplicação de grupos focais (de seis grupos composto de cinco agentes, com exceção de dois que tivemos de compô-los com seis agentes cada, perfazendo um total de 32 participantes) onde foram aplicados questionários com questões fechadas e abertas, bem onde se deu a observação participante, com uso da informalidade oral no sentido de permitir que os agentes pudesse participar no mínimo espontaneamente da pesquisa.

3.3 O uso da teoria disposicionalista para “desenhar” o subcampo da Guarda Municipal de Maceió/AL

O referencial teórico adotado, como já dissemos, é a Teoria do Campo de Pierre Bourdieu (1983; 2004; 2011a; 2011b; 2013a; 2013b; 2017; 2018), assim como suas contribuições em parceria com Passeron (1982) e Chamboredon e Passeron (2015). Um de nossos procedimentos para entender de maneira mais ampla o subcampo da Guarda Municipal de Maceió e suas estruturas e funções dentro desse subcampo, além de analisar as disputadas recorrentes por entre os agentes e grupos internos no interior da GMM pelos capitais simbólicos disponibilizados, será a abordagem metodológica, a partir da Teoria do Campo¹³ nos termos de Bourdieu (2011b):

A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há de fazer, a saber, verificar que o objecto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades. Por meio dela, torna-se presente o primeiro preceito do método, que impõe que se lute por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista ou, para dizer

¹³ Entenda o/a leitor/a que aqui não pretendemos utilizar a Teoria dos Campos bourdieusiana em toda a sua plenitude, até porque percebemos as suas limitações com relação ao nosso objeto empírico, mas alguns conceitos disposicionalistas que se encaixam perfeitamente para compreendermos como se dão as disputas, quais as disposições apresentadas pela GMM, quais fatores interferem na escolha dos agentes e que passam a constituírem suas trajetórias. Por isso, que recorremos à Sociologia em Escala Individual, de Lahire, uma forma mais aprofundada da Sociologia Disposicionalista bourdieusiana. Porém, faz-se necessário expor como Pierre Bourdieu conceitua o campo, que mais adiante, interessar-nos-á a forma mais específica sob o termo de subcampo, para, metodologicamente, podermos ter um controle maior e mais produtor de nosso objeto de pesquisa.

como Cassirer, *substancialista*: é preciso pensar *relacionalmente* (BOURDIEU, 2011b, pp. 27-28).

Tais contribuições, associadas àquelas de Lahire (2017a; 2017b), nos possibilitará observar qual a situação de distinção da Guarda Municipal de Maceió no interior do subcampo da Segurança Pública, na esfera municipal. E como tal, discorreremos, adiante, sobre os principais conceitos de **campo social**, **capital simbólico**, *illusio*, *habitus*, **senso prático** e **subcampo**, este voltado para a Guarda Municipal de Maceió.

O conceito de **campo social**, e sua derivação “subcampo social”, nos possibilita compreender a Segurança Pública como esfera social relativamente autônoma, datada de uma lógica de funcionamento peculiar onde os agentes coletivos mais antigos e tradicionais disputam por posições sociais tidas como distintas/valorizadas no interior dessa esfera social. Esse entendimento é necessário para demonstrar que onde o subcampo da Guarda Municipal de Maceió se insere. Todavia, não nos interessará a forma ampla sobre o campo da Segurança Pública, e sim, a forma *stricto sensu* desse campo, ou seja, o subcampo da GMM.

Quando adentramos nos estudos do subcampo da Guarda Municipal de Maceió/AL, com o propósito de apresentar um “desenho” desse subcampo, para situar os seus agentes nele inseridos, pretendemos, ainda, apresentar as origens da GMM, e de forma breve contextualizando-a frente a outras corporações, como a PMAL, o CBMAL, a PCAL, uma vez que nosso objeto empírico não é autônomo do campo da Segurança Pública.

O conceito de **capital simbólico** nos oferece elemento analítico importante para compreendermos as disputas existentes no subcampo da Guarda Municipal de Maceió, assim como explorar seu impacto sobre a distinção e trajetórias dos agentes. O pressuposto de que os capitais simbólicos são acumulados (LAHIRE, 2017) nos ajuda a pensar de que forma o histórico dos agentes individuais e dos agentes coletivos implica na disputa dos capitais simbólicos, bem como na disputa por distinção social no interior da GMM.

O histórico desses agentes também tem impactos sobre suas ações. O conceito de *habitus* nos ajudará a pensar como suas ações presentes estão marcadas por sua história.

Já o conceito de *illusio*, para além do simples interesse dos agentes coletivos em jogar o jogo no interior do subcampo da Guarda Municipal de Maceió, nos ajudará a: i) compreender como esses agentes se veem no jogo, envolvidos e levando a sério o jogo jogado a partir das regras estabelecidas; ii) como as disputas pelo capital simbólico se dão no interior desse subcampo; iii) como ocorre a distinção do agente individual e/ou coletivo, uma maneira que pode trazer desprestígio para o outro agente inserido no mesmo subcampo e; iv) compreender As práticas dos agentes individuais e coletivos em disputar, mudar, adotar,

obedecer, as regras do jogo que se joga no interior do subcampo da Guarda Municipal de Maceió, no intuito de obter maior capital simbólico e conseqüentemente distinção social.

O conceito de **senso prático** nos ajuda a pensar as práticas e representações dos sujeitos que jogam o jogo no interior do subcampo da Guarda Municipal de Maceió. Por esse ângulo metodológico, será possível compreender como a prática em obediência “naturalizada” às regras do jogo se dá entre os agentes individuais e coletivos e que reverberam em distinção social para uns e desprestígios para outros. Corroborar, ainda para verificar as relações entre os agentes, as influências sobre as regras do jogo e as dinâmicas de disputas e trocas no interior do subcampo da GMM.

Assim, tais **conceitos** que configuram a Teoria Disposicionalista de Bourdieu nos ajuda a formular questões norteadoras de nossa pesquisa, tais como: i) como os agentes e os grupos¹⁴ aqui em estudo adquirem no interior do subcampo da Guarda Municipal de Maceió maior distinção em relação aos demais?; ii) quais capitais simbólicos estão em disputa no interior do subcampo da Guarda Municipal de Maceió?; iii) Como se dão as disputas pelos capitais simbólicos e por distinção no interior da GMM? iv) como se constituem ou se constituíram o capital simbólico dos grupos?; v) há uma situação de distinção negativa de um grupo em detrimento do outro no interior da GMM?

Ainda assim, em termos mais locais, faz-se necessário refletir, sobre a questão da instituição Guarda Municipal de Maceió (GMM) como subcampo da Segurança Pública na esfera municipal, e de como os agentes e os grupos internos mais “novos” e mais “antigos” ou mais tradicionais¹⁵ lidam com o jogo jogado e como percebem, subjetivamente, as disputas nesse espaço pelos capitais simbólicos e por distinção.

Ainda assim, para analisarmos as percepções contidas nas respostas quer sejam orais (adquiridas de forma informal com o intuito de garantir a espontaneidade de participação dos entrevistados), quer sejam escritas (em respostas quantitativas e qualitativas a partir das perguntas contidas nos questionários mistos: com perguntas fechadas e abertas) dos agentes participantes das entrevistas durante as entrevistas aplicadas individual e coletivamente, fazemos uso de uma análise reflexiva como ferramenta metodológica de interpretação das respostas dadas pelos agentes participantes durante as entrevistas. Lembrando que a

¹⁴ Nota: Ao referirmos aos grupos, estamos também nos referindo aos agentes coletivos internos.

¹⁵ A partir dos termos “novos” e mais “antigos” ou tradicionais, há de se pensar que na GMM, apresentamos algumas categorias analíticas como: **agentes fundadores**, aqueles que ingressaram antes de 1996, quando houve o primeiro concurso público para provimento dos cargos de guarda municipal, além da categoria dos **agentes concursados**, aqueles que ingressaram na GMM nos concursos públicos de 1996 e de 2000. A partir da experiência enquanto agente da GMM há 24 anos, eu tenho percebido, logo no início, uma discreta concorrência entre as duas categorias, seja na disputa por melhores cargos, postos de serviço, posições administrativas, agrupamentos internos, no interior da Guarda Municipal de Maceió.

modalidade analítica que utilizamos são as respostas escritas; isso não significa que iremos deixar de observar o contexto, cenário e o comportamento dos agentes participantes durante as entrevistas.

Na etapa de análise das respostas escritas dos agentes que participaram das entrevistas, estarão presentes a análise reflexiva para entender os resultados obtidos com as respostas escritas às perguntas das entrevistas, utilizando tal análise como ferramenta estratégica de interpretação e de identificação dos elementos contidos que revelem se há o prestígio social no fato de disputarem por determinados grupos e por capitais simbólicos no interior do subcampo da GMM.

4 A GUARDA MUNICIPAL DE MACEIÓ COMO SUBCAMPO SOCIAL DA SEGURANÇA PÚBLICA

Neste capítulo iremos abordar, de maneira breve, como a Guarda Municipal de Maceió (GMM), enquanto sujeito histórico, foi criada, contextualizando-a social e politicamente, o que nos ajudará a compreender como esse subcampo social se estruturou e como as regras do jogo foram sendo definidas. Embora, não seja nosso objetivo fazer uma análise histórica, e sim, compreender as disputas a partir da análise das falas dos agentes participantes.

O fato é que, com a implantação da Guarda Municipal de Maceió, algo de diferente ocorreu e trouxe impactos, tanto sociais, quanto políticos, sobre a segurança pública municipal. Criada em 1989, no ano de 1996 foi promovido o primeiro concurso público para provimento do cargo de guarda municipal, no final da gestão do então prefeito Ronaldo Lessa, injetando no mercado de trabalho, no âmbito do serviço público, cerca de 750 novos servidores efetivos para o município de Maceió.

É perceptível o quanto contribui a criação dessa instituição para a inserção de novos agentes no mercado de trabalho e para fornecer subsídios, como políticas de ações preventivas e patrimoniais como Ronda Comunitária (esta criada em 2005), para o campo da segurança pública na esfera municipal, auxiliando, ainda que de forma indireta, a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Federal e o Corpo de Bombeiros.

Buscando compreender como se dão as disputas por capitais entre os agentes e/ou grupos internos da Guarda Municipal de Maceió/AL, julgamos ser de suma importância apresentar a Guarda Municipal de Maceió em seu contexto histórico, político e social em que a Guarda Municipal de Maceió se institucionalizou.

É notório que, ao longo do capítulo, iremos encontrar também elementos da seara política que influenciaram a implantação da GMM, bem como quais grupos estiveram envolvidos e interessados em sua institucionalização, para daí partimos para entendermos as disposições (tanto no sentido de posição social, quanto de pré-disposições à determinadas ações) que essa corporação oferece aos seus agentes e aos seus grupos internos. Aqui encontraremos algumas pistas para compreender sua constituição histórica e legal, até chegarmos aos agentes e escutar suas percepções quanto as disputas por distinção social.

Atualmente, até a conclusão desta pesquisa e conforme dados fornecidos pela instituição pesquisada, a Guarda Municipal de Maceió contém em seus quadros três categorias de agentes: i) **Agentes Concursados** (AC), que ingressaram nos anos de 1996 e 2000 na corporação pela via do concurso público para provimento do cargo de guarda municipal; ii)

Agentes Enquadrados (AE), que ingressaram na corporação através de diversos fatores como: pela via da transferência de secretaria e/ou órgão para a Guarda Municipal de Maceió, esta via deu-se com a extinção de diversos órgãos como a FEMAC, COMURB, COBEL, SUMOV etc. e/ou por indicação política, muito comum para a época em que predominavam um determinado grupo político ligado a uma família de poderosos; pela via de Decretos-Leis favorecendo a um determinado grupo de agentes provindos de outros órgãos, e de outros cargos¹⁶; e, iii) **Agentes Conveniados** (AC2), estes provindos por meio do dispositivo discricionário que disponibiliza servidores de outros órgãos para exercerem cargos correlatos com os de guarda municipal pela via do convênio entre órgãos ou secretarias. Mais adiante abordaremos mais detidamente tais categorias.

Um dado importante que contribui para a pesquisa é os agentes elencados anteriormente passarem a integrar a corporação pouco tempo após a promulgação da Constituição Federal, em 1988, quando em seu Art. 144, §8º regra sobre a possibilidade dos municípios da Federação constituírem suas guardas municipais para, assim, garantir a segurança e preservação do patrimônio público na esfera municipal.

No ano de 1989, foi criada e implantada a Guarda Municipal de Maceió, constituindo-a o prefeito Guilherme Palmeira em colaboração com os membros da família dos Quintella na composição tanto de recursos humanos quanto na composição estrutural da instituição.

4.1 A Guarda Municipal de Maceió/AL

A literatura sobre a Economia e sobre a Sociologia descreve o município de Maceió como uma das capitais mais promissoras economicamente do nordeste, tanto nos seus aspectos econômicos quanto sociais (CARVALHO, 2016). Isso porque estamos falando de uma capital agraciada pela natureza, graças às suas belezas naturais, como suas praias, os rios, as lagoas e as matas; assim como os seus solos ricos não apenas em Sal-gema, como para plantações de cultura frutíferas etc. Maceió tem demonstrado clara virtude para o desenvolvimento econômico ligado ao turismo bem como ao cultivo de algumas especiarias

¹⁶ Constam dados em Diários Oficiais do Município de Maceió datados nos anos de 1992 e 1993, agentes enquadrados e ainda na ativa que antes de se tornarem efetivos e passarem pelo processo de enquadramento, como consta no Estatuto dos Servidores da Guarda Municipal de Maceió, de 2004, exerciam os cargos de vigias, serviços gerais, assistentes administrativos e que por força de Decreto-Lei foram renomeados para os cargos de guarda municipal, subinspetor e inspetor da Guarda Municipal de Maceió. O que não está claro sob quais critérios foram agraciados com tais nomeações. Como consta nesses Diários dos anos 1990, e em comparação aos critérios legalmente utilizados para nomear os agentes naqueles cargos que antes, mesmo o sujeito possuindo apenas o nível de escolaridade elementar, alguns foram enquadrados para os cargos que supostamente exigiam os níveis médio e superior, exigência tal para a realidade dos dias de hoje.

como o coco, por exemplo (CARVALHO, 2016). Contudo, os índices socioeconômicos de sua população revelam seus profundos problemas sociais, ao ponto de despertar nas pessoas que visitam Maceió o seguinte questionamento: Como é possível uma terra com tantas belezas naturais, possuir tantos problemas sociais?

Não cabendo aqui responder tal questionamento; embora, não seja o propósito de nossa pesquisa. Contudo, é necessário oferecer uma discussão inicial e esclarecedora a título de breve explanação sobre Maceió para buscar elementos para entender as condições da Guarda Municipal de Maceió.

Maceió apresentou significativo crescimento demográfico nas últimas décadas e isso é perceptível e comum nas literaturas produzidas sobre a virtude econômico-turística dessa cidade (CARVALHO, 2016). Sustenta-se uma narrativa conservadora sobre as classes hegemônicas que representam uma pequena parcela composta por famílias oligárquicas que dominam o capital econômico e político, lhes possibilitando o loteamento de cargos públicos, principalmente, de cargos de comissão, e da infiltração de seus membros nas principais instituições públicas dentro das três esferas municipais: Executivo, Legislativo e Administrativo (no caso da esfera estadual, o Judiciário). A GMM não fica à margem desse cenário.

Nesse sentido, a capital alagoana cresceu e cresce para esse pequeno grupo oligárquico às custas das forças produtivas e da força do trabalho do operário urbano; enquanto que uma gleba de brasões crescia econômica e politicamente, e uma grande massa populacional empobreceu e empobrece ainda nos dias atuais.

Sintomático dessa situação é a imobilidade do setor público frente às pesquisas que desvelam a precariedade da população. A cada ano tornou-se comum a divulgação de pesquisas produzidas por instituições locais que destacam, ano após ano, dados que apresentam níveis absurdos de pobreza, de analfabetismo e de violência.

Por isso, é bastante comum para o pesquisador que busca dados socioeconômicos de Maceió das décadas de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010, encontrar os piores índices de desenvolvimento social e de criminalidade do país (os dados sobre esses momentos dramáticos, para quem interessar a investigação, podem ser encontrados nos sites do IBGE, relacionando-os ao IDH e ao IDEB).

Depois desse breve contextualização dos aspectos socioeconômicos de Maceió/AL adentremos no interior da seara da responsabilidade municipal, como requer a Constituição Federal de 1988, sobre a segurança pública; não apenas do patrimônio público, dos serviços, bens e instalações da municipalidade, como também dos próprios munícipes.

Alguns documentos encontrados no site oficial da Câmara dos Vereadores de Maceió dão pistas de que os personagens responsáveis pela segurança do patrimônio público eram chamados de “contínuos” e de vigias (como consta em documento datado de 1956). Alguns desses personagens na função de vigias ainda são possíveis de serem encontrados, na atualidade, mesmo mediante *status* de cargos em extinção desde o final dos anos de 1990, quando o município, atendendo as recomendações do judiciário para a regulamentação da GMM, promoveu o primeiro concurso público para o provimento do cargo de guarda municipal de Maceió, em 1996, na então gestão do prefeito Ronaldo Lessa. Passamos, à seguir, a explorar a história de institucionalização da GMM.

4.1.1 Aspectos históricos¹⁷ e políticos

Num primeiro momento buscaremos contextualizar, ainda que brevemente, como as primeiras tentativas de implantação de corporações policiais e de policiamentos surgiram no Brasil, entendendo-as como construções históricas, o que nos ajuda compreender como, na atualidade, uma instituição de aspecto policiaesca, especificamente a GMM, traz em sua estrutura e no *habitus* dos seus agentes aspectos relacionados a uma dada estrutura e senso prático.

Muito embora o surgimento das Guardas Municipais no Brasil remonte ao Brasil-Colônia, de base elitista, com o passar dos anos foi sofrendo transformações e readaptações, desde o século XVII até sua extinção no II Reinado, dando lugar a outras instituições policiais como a Guarda Nacional e, posteriormente, às polícias estaduais. Cabe uma ressalva sobre os modelos utilizados durante a fase colonial pelas primeiras instituições para atender aos objetivos mercantis do Império Português que eram necessárias à “unificação do poder político” e a “garantia da tributação centralizada”, possibilitando assim uma concorrência à disputa dos mercados do Oriente¹⁸ (SODRÉ, 2010).

¹⁷ Nota: A principal fonte de citações que utilizamos nesse tópico é de Sodré (2010). Os demais aspectos históricos são de domínio público por não representar ideia nem conter elementos que impliquem em propriedade intelectual, como regulamenta o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), autarquia federal brasileira ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, conforme Lei federal nº 9279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e Lei Federal nº 9610/98 (Lei de Direito Autoral).

¹⁸ Nota: Nesse ínterim, onde se aplica a explicação do porquê da criação das corporações com o objetivo de assegurar a segurança da propriedade privada, bem como da ordem pública, no período colonial, no Brasil. Também apresenta algumas características iniciais daquilo que denominamos por *protocorporações* (recurso linguístico chamado neologismo que achamos oportuno) policiais, e conseqüentemente as relações entre segurança e feitorias.

O modelo de policiamento aparece, timidamente, sem as características de uma corporação policial genuinamente como a conhecemos, mas como uma *protocorporação*¹⁹ policial responsável pela segurança do comércio e garantia da incolumidade dos bens patrimoniais dos colonos, através das Feitorias onde,

[...] para preservar a conquista ultramarina americana, sobre a qual pesavam grandes ameaças, que armadas de policiamento da fase da feitoria logo verificavam e que eram impotentes para destruir definitivamente, tratava-se de ocupar, mas de ocupar produtivamente, que é a única forma estável e duradoura para a ocupação (SODRÉ, 2010, p. 23).

Interessante remontar historicamente às primeiras tentativas de modelos de policiamento para compreender como se constituíram as instituições e corporações policiais, quais as suas finalidades e atribuições, e a construção do (des)prestígio social de uma em relação a outra. Antes de existir as guardas municipais, ou qualquer outro tipo de corporação policial, a Coroa Portuguesa preocupada em garantir a incolumidade das terras recentes dominadas, iniciou as primeiras medidas para que os invasores²⁰ não usurpassem suas riquezas, criando as primeiras formações de policiamento, as quais visavam a proteção das propriedades privadas, a fiscalização e o controle do comércio mercantil.

Com o passar dos anos, as medidas de vigilância e de controle do mercado e do comércio foram tomando outros rumos, exigindo da Coroa Portuguesa medidas mais duradouras de policiamento, não mais apenas mercantil, mas também do território e dos bens públicos e privados; processo muito bem demonstrado por Sodré (2010).

Contudo, a postura ou o ato de policiar, de cuidar e de guardar nem sempre foi tarefa de uma corporação criada diretamente pelo Estado, mas por outros sujeitos que, de uma forma ou de outra, mantinham relações de negócio e de comércio com a Coroa portuguesa e pertenciam à classe elitista da época. Os donatários, por exemplo, para defender e proteger suas Capitânicas eram dotados de poderes civis pela Coroa e, além de serem “nomeados” governadores, eram “nomeados” também como “capitães”, lhes sendo permitida a aquisição de equipamentos e provisões, como aponta Sodré (2010):

Mantimentos, armas, artilharia, pólvora, salitre, enxofre, chumbo e quaisquer outras coisas de munições de guerra que à dita capitania levarem ou mandarem levar o

¹⁹ De maneira análoga ao conceito de protolíngua (língua-mãe, língua ancestral) construído pela Linguística que adota tal conceito para estudar os primeiros indícios de uma língua, documentada historicamente ou hipoteticamente; assim, fazemos uso do termo *protocorporação* para indicar a possibilidade da existência das primeiras corporações com características similares às da Guarda e que a partir delas derivaram as instituições policiais.

²⁰ Os mesmos invasores (frotas de navios comandadas por Portugal, Espanha etc.) que exploraram os bens naturais e minerais do solo brasileiro exigiam proteção e segurança.

capitão e moradores dela, ou quaisquer outras pessoas assim naturais como estrangeiras, hei por bem que não paguem direitos alguns e que os sobreditos possam livremente vender todas as ditas coisas e cada uma delas na dita capitania ao capitão e aos moradores dela que forem cristãos e meus súditos (Carta: de Foral de Duarte Coelho *apud* SODRÉ, 2010, p. 26).

A noção do conceito de milícia como uma organização não militar, referindo-se a um grupo de sujeitos armados, ainda não estava posto à época do Brasil-colônia. Contudo, já percebemos suas características em grupos ligados aos donatários. Como destaca, ainda, Sodré (2010):

Cada capitão, em sua capitania, será obrigado a ter ao menos 2 falcoes e 6 berços e 6 meio-berços e 20 arcabuzes ou espingardas, e pólvora para isso necessária, e 20 bestas, e 20 lanças ou chucas, e 40 espadas, e 40 corpos de armas de algodão das que nas ditas terras do Brasil se costumam, e os senhores dos engenhos e fazendas que, por este Regimento, hão de ter torres ou casas-fortes, terão ao menos 4 berços e 10 espingardas com pólvora necessária, e 10 bestas, e 20 espadas, e 10 lanças ou chucas, e 20 corpos de armas de algodão. (SODRÉ, 2010, p. 28).

Importante salientar que as origens do policiamento, no sentido de proteger e garantir incólumes a propriedade dos senhores donatários, são a ponta de lança nesse processo de construção das futuras instituições policiais, sendo os “capitães” a linha de frente à defesa de seus interesses locais. Quando as vilas, as províncias e as cidades vão se constituindo, vai-se pensando à “necessidade” de criar corporações que garantissem a segurança e a guarda dos bens e do patrimônio dos demais poderosos.

Assim, foi feito com a criação do Corpo de Guardas Municipais Permanentes da Corte²¹, também conhecido como Corpo Policial da Corte e Corpo Militar de Polícia da Corte, criado por decreto imperial em 22 de outubro de 1831. Esta corporação provinda da base cortês em substituição à Divisão Militar da Guarda Real da Polícia, no Rio de Janeiro, criada por D. João IV, pelo Decreto Imperial de 13 de maio de 1809, e extinta em 1831 vem a ser o que denominamos por *protocorporação* da guarda municipal. A partir desse indício, percebemos que a gênese da guarda municipal no Brasil, respeitado cada momento histórico, político e social, vem de uma base elitista.

O histórico dessas corporações nos ajuda a perceber que o senso prático da Guarda Municipal de Maceió aproxima-se com o senso prático das polícias constituídas pelo Decreto Imperial e compartilhado com as demais instituições que compõem o campo da segurança pública brasileira. Criadas para proteger a propriedade privada, fiscalizar e controlar o comércio, por meio de um modelo de policiamento que fosse o ostensivo para coibir qualquer atividade que infringisse a Lei e manter a ordem pública. A Guarda Municipal de Maceió tem

²¹ Percebe-se a partir da denominação dessa instituição os termos “guarda municipal”, cremos estar aí o primeiro indício concreto das futuras guardas municipais e demais corporações policiais.

alguns aspectos do modelo de policiamento, quando cria no interior de seu subcampo grupos/grupamentos operacionais e especiais como a Ronda Ostensiva Municipal (ROMU) e o Grupo de Ação e Apoio Operacional (GAAO) modelos de policiamento similares aos daqueles previstos pelo Decreto Imperial. Por isso, a herança histórica tem importância nesta pesquisa.

Historicamente, no Brasil pensou-se logo cedo no período colonial, provavelmente no século 18, na implantação de uma força policial que garantisse o direito da propriedade privada ao mesmo tempo que combatesse a desordem e a remanescente criminalidade. Por incrível que pareça, a primeira força policial estabelecida no Brasil, pelo menos, no ano de 1775 (9 de junho desse ano) possuía uma vocação mais local, ou seja, da que foi como consta nos livros de História sobre a segurança pública, o Regimento de Cavalaria Regular de Capitania de Minas de Gerais, onde chegou a servir em seus quadros o alferes Joaquim José da Silva Xavier, que ficou conhecido na História como o Tiradentes.

Essa instituição policial é tida como a primeira corporação paga pelo Poder público o embrião daquilo que se denominará por Guarda Municipal Permanente. Ao observarmos a origem da guarda municipal no Brasil é possível perceber sua natalidade institucional e política calcada na nobreza, ou seja, logo após D. Pedro I abdicar do trono, por volta de 1831. Finalmente, é criada a guarda municipal, dividida em Esquadras, posteriormente, confunde-se com a criação nesse mesmo a Guarda Municipal, Corpo de Milícias e Serviços de Ordenanças, sofrendo logo em seguida a sua extinção em 18 de agosto de 1831.

Assim, 1831 foi um ano de inúmeras mudanças no campo da segurança no Brasil-Colônia. Notadamente, é um período histórico e politicamente conturbado, pois, percebendo o Imperador a necessidade de garantir a ordem e a proteção das propriedades privadas dos proprietários civis e das elites locais da época, no dia 10 de outubro, do mesmo ano, reorganiza os corpos de polícias municipais, surgindo daí o Corpo de Guardas Municipais Permanentes, sendo assim produto das divisões de classes militares da Guarda Real de Polícia subordinado ao Ministro da Justiça e ao Comandante da Guarda Nacional.

Como se percebe desde então a necessidade de manter o controle urbano e administrativo da colônia portuguesa estaria ligada a origem das Guardas Municipais; claro que, para a época de um Brasil colonizado pelos portugueses e invasores estrangeiros. E em termos, a forma de olhar para a segurança dos bens da Coroa e da propriedade privada assumia o contexto socioeconômico da época, pois, ainda se construía em marcha lenta a dimensão política de um modelo de Estado administrativamente organizado para oferecer mais adiante com a promulgação da República pelos militares os serviços públicos para a

população. Até mesmo porque estamos falando de um Brasil colonizado à base de invasão estrangeira e de exploração de recursos naturais quanto humanos, sob as ordens da Coroa portuguesa.

Para a pesquisa os aspectos históricos, políticos e socioeconômicos são importantes para compreendermos o processo de construção das forças policiais de segurança, sendo notório que alguns interesse nas suas existências perduram na contemporaneidade, mantendo-se responsáveis pela garantias da soberania do Estado, dos estados federados e dos municípios, bem como pela proteção de bens, serviços e patrimônio públicos.

Sendo assim, para que tome conhecimento, a estrutura hierárquica dessa instituição policiaesca aproximava-se do modelo dos quadros compostos pelos soldados reais, tanto é que para adequar e dirimir conflitos de funções e afins, a Corte criou outras forças similares como a Guarda Nacional, já citada anteriormente, e que daria origem a outra instituição, tempos depois: a Guarda Municipal do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, respeitados os aspectos históricos da época em que se foram constituindo as forças policiais para assegurar os interesses daqueles que tinham posses e status de nobreza, interessa-nos saber como a Coroa portuguesa influenciou na organização do quadro administrativo brasileiro ao mesmo tempo em que foi se constituindo os marcos legais de funcionamento dessas forças policiais e assim consequentemente servidos de moldes para a construção dos futuros modelos de polícias e de policiamentos, bem como se constituiu a polícia dos estados e consequentemente, em novos tempos sob novos parâmetros de segurança pública e sob outro contexto socioeconômico, as guardas municipais.

Naquele momento histórico os agentes coletivos tinham posições específicas no Brasil-Colônia, como constituir uma força de proteção também dos interesses da Corte. Já no contexto atual, sem perder os aspectos herdados dos demais agentes coletivos, a Guarda Municipal, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, depara-se com uma outra realidade, com o Brasil-República, em que mesmo os municípios podendo criar suas “forças policiais”, para proteger o patrimônio público e, ainda, presta a “servir” aos interesses de “novos reis” na esfera municipal.

A GMM tem sido fundamental na tentativa de garantir a proteção e guarda do patrimônio, bens e serviços públicos de Maceió, contudo, tem-se ouvido entre os agentes a imagem de uma corporação sem estrutura e sem condições de serviço e seus agentes, ora e

outra sofrendo chacotas nos postos de serviço e nas secretarias onde prestam serviço como sujeitos que “não fazem nada”.²²

Desde o seu ressurgimento, as Guardas Municipais, de uma maneira mais ampla, principalmente em importantes cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo têm passado por tensões e conflitos no campo da segurança pública, e subscritas no §8º, Art. 144, da Constituição Federal de 1988, assumem um papel “secundário” na segurança pública; secundário porque, de menor prestígio frente às demais instituições policiais com tradição mais forte, cujas atribuições parecem oferecer maior impacto na sociedade dando-lhes maior visibilidade, uma vez que as instituições policiais possuem alguns atributos que as Guardas Municipais não têm, como os demais grupos que assumem um policiamento ostensivo, porte de arma de fogo, códigos e deontologia mais consolidados etc.

Nesse sentido, é importante saber que a posição da guarda municipal no Brasil está atrelada àquilo que dispõe o dispositivo constitucional que rege o seguinte: que os municípios poderão constituir suas guardas municipais para proteção e guarda do patrimônio, bens e serviços públicos na esfera municipal. Percebemos aí um problema com relação a falta de clareza nos tipos de modelo de policiamento que a GM deveria adotar para a sua atuação junto ao município. Diante disso, instaura-se confusões de atribuições entre as polícias estaduais e as guardas municipais. Com definidos papéis e funções, onde podem atuar as polícias estaduais e onde podem atuar as guardas municipais. Há uma disputa visível e uma confusão de atribuições; se bem que as regras são bem mais claras para as instituições mais antigas e tradicionais.²³ É sintomático o desprestígio da guarda municipal no interior do campo da Segurança Pública. Como Misse e Bretas (2010) citam uma experiência em que uma guarnição da Guarda Municipal encontra um pinguim na praia e dar-se um impasse quando agentes do Corpo de Bombeiros Militar questionam e intimidam aos agentes da guarda municipal (GM); o caso foi parar na delegacia.

Nota-se, também a partir de minha vivência como guarda municipal, que corporação é desprestigiada no interior do campo da Segurança Pública. Nos resta olhar para o seu interior, a tomando como um subcampo da Segurança Pública, e buscar compreender como os agentes buscam em seu interior espaços de menor desprestígio social.

²² Isso é possível saber, porque o pesquisador enquanto agente identifica tais aspectos e traz sua voz como contribuição à pesquisa, pois são quase 24 anos de corporação e de experiência vivenciadas na GMM.

²³ Quando nos referimos às instituições mais antigas e tradicionais, dizemos daquelas corporações policiais que mantêm em sua estrutura e doutrinação aspectos que remontam à época do Brasil-colônia; visto que a Guarda Municipal aqui apresentada, é aquela corporação delimitada a partir da Constituição Federal de 1988.

Ainda que desprestigiada no campo da Segurança Pública, nos é necessário reconhecer qual o papel da “polícia” municipal e quais os modelos de policiamento. À mesma medida, alguns critérios utilizamos para reconhecer na GM também como uma corporação policial, às quais: i) o uso de farda; ii) algumas metodologias de trabalho que se aproximam de modelos de policiamento similares como o de policiamento comunitário, a exemplo do GPOP, da Banda de Música, Bike Patrulha; iii) sistema interno de hierarquia; iv) policiamento ostensivo executado pelos grupamentos GAAO, ROMU, ROMESC, e agora o SIAV, a partir de Decreto Municipal de 2019, o famoso “bico legal”, entre outros.

A hierarquização da GMM ocorre a partir de sua implantação no município de Maceió, através da Lei Municipal nº 3.961, de 29 de dezembro de 1989, durante a gestão do prefeito Guilherme Palmeira e posteriormente com a sanção do Decreto Municipal nº 3.269, de 7 de fevereiro de 1991. É pertinente olharmos para esses documentos porque impactam diretamente na constituição da corporação, bem como no *habitus* e, conseqüentemente, no senso prático de seus agentes.

Tais documentos orientam e arregimentam o subcampo da Guarda Municipal de Maceió, cujas ações de seus agentes devem ocorrer conforme as regras impostas por ela e contidas em seus dispositivos legais, como um órgão integrante da Administração Pública. As ações, o senso prático e o comportamento dos agentes são moldados e alinhados a essas regras, pois, do contrário, seriam vistos como irregulares e ilegais. O *habitus* que constituem os agentes apresenta-se como disposições pré-estabelecidas influenciadas por essa moldura regimentar. Os agentes não devem atuar ou adotar comportamentos que não estejam em acordo com as leis e normas administrativas. O Regimento Interno coibe as possíveis práticas que são definidas como infrações disciplinares. Sendo um fator de orientação dos agentes, essas regras acabam sendo incorporadas em forma de *habitus* de “grupos”, agindo e atuando de acordo com as regras postas. Não jogar conforme as regras (orientadas por leis, estatutos, decretos, regimentos, portarias, valores etc.), pode o agente ser penalizado.

Assim, de acordo com a imposição de regras no interior do subcampo da GMM, o *habitus* dos agentes foi sendo assimilado ao passo que a instituição impunha tais disposições. Uma das disposições imposta pela GMM é a sanção punitiva atribuída aos agentes que faltam ao dia de serviço em que estiverem escalados; penalidades como: multa pecuniária descontada em folha de pagamento do faltoso e até suspensão; punição essa que não ocorre a nenhum outro órgão público da Administração Pública de Maceió.

Isso tem criado na instituição uma corporação de agentes temerosos e que a cada gestão desacredita naquele que está à frente do comando. Isso aparece em diversas respostas

às entrevistas, que demonstramos mais adiante, quando, por motivo de desmotivação e descrédito na instituição, muitos dos agentes entrevistados não se esforçam para obter os elementos que possivelmente geram distinção social entre os guardas municipais.

Pois é com base nesses documentos e, posteriormente, com a sanção do Código de Ética, que a GMM vai se constituindo; isso porque em um dos documentos, a Lei Municipal nº 3.269, de 7 de fevereiro de 1991, já traz incorporado alguns dos elementos que nortearão nossa pesquisa e que provavelmente irá nos ajudar na compreensão dos questionamentos que fazemos.

Já de forma introdutória, antecipamos que, ao observamos o Decreto Municipal nº 3.269/91, que disciplina o Regimento Interno, percebemos o esforço quase que “militar” desses agentes em obedecer, cumprir, respeitar e agir conforme o regramento disciplinar. Pois, em seus artigos estão contidos deveres e direitos, além das punições que, hora ou outra, têm provocado temor nos agentes.

A título de exemplo, um dos regramentos contidos no inciso II, do Art. 2º, tem como deveres a “disciplina e respeito à hierarquia”, e tendo como transgressões disciplinares o fato de o agente participar de manifestações sociais e trabalhistas como a greve, por exemplo, sugerindo ainda, nos termos do inciso V, do Art. 3º aspecto negativo em desfavor ao agente: “Manifestar-se ou participar de movimento contra atos da administração pública em geral”, XXI: “Provocar a paralisação, total ou parcial, do serviço ou dela participar”. Nota-se uma sensação coercitiva e, por que não dizer, opressora a partir das penalidades contidas no documento?

Além de outros aspectos, a coerção do Regimento Interno da GMM contribuem para a inibição da ação dos agentes que venham a provocar a algum tipo de irregularidade no interior do subcampo da GMM ou inferir contrariamente às regras através da desobediência daquilo que prega os artigos desse Regimento. O Regimento e também os demais documentos legais da GMM como o Estatuto e o Código de Ética, são algumas das regras do jogo que deve ser jogado no interior da GMM.

O senso prático que se desenvolve no interior da GMM, então, é o de que há regras demais e condições de trabalho de menos. Geralmente, no site do Sindicato dos Guardas Municipais do Estado de Alagoas (SINDGUARDA) encontramos diversas motivações sobre as ocorrências que dizem respeito ao absurdo bastante recorrente nos postos de serviço onde o grupo Operacionais/patrimônio, de menor prestígio do subcampo da GMM, se faz presente com seus “guardinhas de posto”, como são denominados cotidianamente.

A instituição GMM, mesmo com sua extinção em 2009, é ainda a principal força responsável pela segurança do patrimônio público municipal, e, mesmo não recebendo a importância que o subcampo exige, reluta através da atuação de seus agentes para garantir esse dever, originalmente constitucional.

O dever do Poder Executivo para a concepção de um órgão para atender as demandas do município, de forma mais ampla, a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 144, § 8º, que confere aos municípios a missão de constituir suas guardas municipais para, assim, preservar, zelar e proteger o patrimônio, os bens e os serviços públicos da municipalidade, as guardas municipais representam, na atualidade, agentes coletivos fundamentais para a segurança pública, sobretudo em um contexto onde as taxas de violência urbana²⁴ vem se ampliando, como tem sido mapeado por diversos órgãos e autores especializados, a exemplo do que encontramos sobre o índice de criminalidade e taxas de homicídios em Maceió, bem como no estado de Alagoas, em artigo escrito por Nascimento e Gaudêncio (2013), onde ambos fazem uma avaliação sobre a temática dentro de um período entre 1999 a 2011 e constataam a crescente onda de violência urbana em Alagoas, bem como em sua capital, Maceió.

Outro aspecto bastante relevante que contribuiu para a criação e implantação da GMM foi a crescente violência urbana que colocava a capital em colocações bastante negativas nos índices de criminalidade; se bem que, constitucionalmente, combater o crime visando erradicar as altas taxas de homicídios não seja o campo de atuação das guardas municipais, legislação nenhuma outra a proibiria de atuar no combate ao crime de menor complexidade, bem como na prevenção dos delitos contra a municipalidade.

Nesse sentido, os agentes por serem sujeitos históricos não deixam de ser também agentes políticos²⁵, pois, ao integrarem uma instituição constituída e criada a partir da ação de

²⁴ Violência urbana que compreendemos desde as ações que violem qualquer tipo de código jurídico-administrativo praticado pelos indivíduos e /ou grupos contra a pessoa, a ações contra a propriedade privada e o patrimônio público, incluindo aí, os bens, as instalações e os serviços da municipalidade. Essa violência dita urbana, a que ocorre em espaços urbanos dentro da cidade e mesmo que não seja expressa na forma física, também podemos considerar violência, a expressa pela via verbal, por meio das palavras e a não-verbal, por meio mimético e/ou insinuações que vão desde os gestos de preconceito, discriminação, desprezo, desprestígio a incitações violentas etc.

²⁵ Nota: Os dados aqui expostos em seu maior volume informações de cunho público baseados em dados contidos em Diários Oficiais do Município de Maceió, cujas informações giram em torno da criação e da implantação da GMM, bem como dados que informam as nomeações de gestões e de agentes da GMM. Também fazemos uso de dados sobre informações históricas e políticas contidas no sítio de referência sobre as Guardas Municipais no Brasil: texto: “Guarda Municipal – histórico e origem no Brasil” <<https://www.guardasmunicipais.com.br/pt-BR/guarda-municipal/historia.html#:~:text=Com%20a%20vinda%20da%20Fam%C3%ADlia,%22Quadrilheiros%22%2C%20que%20eram%20os>> (Acesso em 16/03/2020).

um grupo de políticos, trazem consigo os aspectos que influenciem suas ações bem como suas trajetórias; uma vez que disputa e luta no interior de um subcampo, sugere uma ação individual ou coletiva política, pois, exigem-se dos seus agentes posições no interior do subcampo.

Assim a história da GMM nos ajuda a entender seu processo de constituição, esclarecendo, em certa medida, como determinados agentes políticos influenciaram na produção das regras do jogo. Após descrever, brevemente, a história político-econômica da fundação das forças policiais de proteção e de controle, voltamos o olhar para o comércio (outro aspecto importante em nossa pesquisa), quer seja de forma ampla, quer seja de forma mais específica, internamente pensada para a capital de Alagoas, Maceió, no campo da segurança pública municipal, no sentido de buscar elementos que contribuíssem para a lógica política de implantação da GMM, e, assim, pontuamos os seguintes questionamentos: i) Como foi implantada a Guarda Municipal de Maceió (GMM)?; ii) Quem eram os sujeitos que predominavam na época em que a GMM foi implantada?; iii) Como foi constituída a organização da GMM?; iv) Depois de sua implantação quais os elementos dessa época ainda persistem na atual GMM?

Por questionamento passo a passo, a GMM foi implantada em um momento bastante crucial da história política e socioeconômica do município de Maceió, diversas secretarias e órgãos públicos municipais sofreram diversas mudanças administrativas e algumas foram extintas no período demarcado entre as décadas de 1980 a 1990. Conseqüentemente, diversos funcionários ficaram sem secretaria e em disponibilidade provocando assim a necessidade de encaminhar os funcionários “flutuantes”, ou seja, sem local, sem secretaria e sem órgão para trabalhar. O que fazer, então, com os funcionários que ficaram em disponibilidades, sem secretaria, sem órgão e sem posto de serviço?

Era uma preocupação para os gestores da época, sobretudo herança que perduraria desde a gestão do prefeito Fernando Collor de Mello (PDS, 1979 – 1982), passando pelas gestões de Corinho Onélio Campelo da Paz (PDS, 1982 – 1983), de José Bandeira de Medeiros (PDS, 1983 – 1985), de Djalma Falcão (PMDB, 1986 – 1988), de Guilherme Gracindo Soares Palmeira (PFL, 1989 – 1990), de João Rodrigues Sampaio Filho (PFL, 1990 – 1992), de Pedro Vieira da Silva (PST, 1992 – 1992), de Ronaldo Augusto Lessa Santos (PSB, 1993 – 1996) e de Kátia Born Ribeiro (PSB, 1997 – 2000 e 2001 – 2004). Essa lista de prefeitos faz-nos remontar sob qual tipo de conjuntura política estaria a gerência do município de Maceió, para termos uma ideia aproximativa de como a situação empreendida anteriormente em relação aos funcionários ingressos na Administração pública ficaria sob a

tutela desses, ou de alguns desses senhores de solucionar. E dentre esses Chefes do Poder Executivo Municipal, uma figura proeminente sobressaía-se dentre todas as demais que configurariam no cenário político de Maceió: o vereador Sérgio Quintela.

O senhor Sergio Quintela, vereador de Maceió, conforme ficou marcado na história da implantação da GMM, a partir da percepção dos “agentes fundadores”, categoria essa que mais adiante iremos destrinchar e que representam justamente aqueles funcionários que vindos das secretarias e órgãos extintos passaram por um processo de enquadramento e de ocupação de cargos efetivos de guardas municipais, subinspetores e inspetores desde o ano 1989 até a sanção da Lei Municipal nº 5.421, de 23 de dezembro de 2004, ou Estatuto da Guarda Municipal de Maceió. Assim, como agentes ou guardas fundadores ficaram reconhecidos os guardas municipais, subinspetores e inspetores por terem, de certo modo, participado da organização e da estrutura iniciais da Guarda Municipal de Maceió, compondo os seus quadros administrativos e atuando como servidores efetivos da GMM.

Os guardas fundadores, remanescentes de secretarias e órgãos extintos, como a Fundação Educacional de Maceió (FEMAC), a Companhia de Urbanização de Maceió (COMURB), a Companhia Beneficiadora de Lixo de Maceió (COBEL), a Superintendência Municipal de Obras e Viação de Maceió (SUMOV) e demais órgãos e secretarias existentes assumiram novas funções, abandonando funções e atribuições ulteriores como os originários dos cargos que exerciam como o de serviços gerais, de apoio administrativo, de vigias, de recepcionistas, de assistentes administrativos etc., entre os quais sem a exigência de escolaridade para os novos cargos dos quadros da GMM. Quais critérios foram utilizados na seleção e/ou escolha daqueles agentes ainda não está claro para os cargos de guarda municipal, subinspetor e inspetor.

Por outro lado, naquele momento, para aqueles servidores provindos anteriormente à implantação da GMM, não havia ainda a cobrança de passar por um processo seletivo de um concurso público para o provimento de cargos efetivos. Somente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, que se passou a exigir o concurso público para assumir e tomar posse de cargo público em caráter efetivo. Por isso, que anterior a essa CF de 1988, tínhamos nos quadros da prefeitura de Maceió, independente de escolaridade, embora em muitos caso houvesse alguma exigência de escolaridade, mas não tanto superior à influência política daquele que indica e daquele que foi indicado para integrar a administração pública, haviam os cargos anteriormente citados como os mais antigos de contínuos, vigias, serviços gerais, administrador, apoio administrativo etc.

Assim, com a promulgação da CF de 1988 o serviço público não apenas no município de Maceió, bem como em todo o estado de Alagoas e em todo o país, tomaria um outro rumo pelas vias da uma isonomia, transparência, publicidade, equidade, moralidade, legalidade entre outros princípios constitucionais, onde todo e qualquer cidadão atendendo aos pré-requisitos editoriais pudessem e possam exercer o direito de participar e concorrer a um processo de seleção de provas e títulos para provimento de um cargo público.

Dai surgiu o grande dilema: O que fazer com os guardas fundadores já que eram provindos de órgãos e secretarias extintos e estavam em disponibilidade? O drama e diversos embates políticos, administrativos e judiciários ocorreram desde a implantação da GMM, em 1989 até o ano de 2004, onde como suspeitávamos prevaleceu o fator político que utilizado em prol daqueles agentes “irregulares” e sem posto de serviço, mas já trabalhando nos quadros da GMM, sendo finalmente enquadrados como efetivos e como cargos em extinção, sem a exigência de comprovação de escolaridade e sem a exigência de concurso público, assim, num simples ato de assinatura e aprovação de Lei Municipal que dada a inconstitucionalidade desse enquadramento, nenhuma ADIN foi condicionada para impugnar o artigo que efetiva a todos sem o respectivo e exigido concurso público como regra a CF 1988, em seu artigo 37.

Para os políticos e gestores da época efetivar os guardas fundadores acabou unindo o útil e agradável, pois muitos dos quais esses agentes vindos de órgãos e secretarias anteriores apoiavam de alguma forma a força política e oligárquica da época e que se mantinha no poder e em diversas instâncias dos quadros da Administração Pública.

Desse modo, os sujeitos que mais predominavam desde os primeiros anos de implantação da GMM, no tocante à conjuntura política e constituição da própria administração pública, definitiva e categoricamente seriam: as figuras políticas provindas de famílias tradicionais distribuída nos principais cargos público da administração do Poder Executivo municipal e os próprios agentes “flutuantes” que se não integrassem as principais famílias oligárquicas de Alagoas, teriam alguma relação de proximidade quer fosse por amizade permanente quer fosse por troca de favores (pela via política e/ou pela via eleitoral).

A influência de famílias poderosas como os Tenório, os Albuquerque, os Jatobá, os Malta, os Calheiros, os Vilela, os Lyra, os Mello, os Palmeira, os Quintella, somente para ficar nesses decidiam os rumos políticos e econômicos do estado alagoano, e em especificamente de sua capital, o município de Maceió. Elite e oligarquia locais porque além de deter o poder político no interior da administração pública estadual e municipal detiveram os bens e grandes riquezas (usinas, fazendas, imóveis etc.). Dentro da administração pública,

na esfera municipal, no cargo de prefeito o então senhor Guilherme Palmeira que assumiu o cargo em 1º de janeiro de 1989 e renunciou no dia 1º de abril de 1990 para se candidatar ao senado. Desde então até a posse de mais um prefeito eleito, em 1º de janeiro de 1993, no caso Ronaldo Lessa, a administração municipal passaria por alguns percalços; assim que Guilherme Palmeira renunciou, assumindo logo em seguida o senhor João Rodrigues Sampaio Filho, do Partido Frente Liberal (PFL), tivera que renunciar também, só que desta vez em função de denúncias de irregularidades em sua administração, e quem assumiu o senhor Pedro Vieira da Silva (PST), permanecendo no cargo de prefeito por pouco tempo, de 1º de março de 1992 a 31 de dezembro de 1992.

Nesse momento, a situação dos guardas fundadores passava por um árduo processo de judicialização, uma vez que da sociedade demandavam denúncias contra esses agentes que haviam assumido os cargos de guarda municipal, de subinspetor e inspetor, sem o devido processo legal de um concurso público, gerando um conflito social e administrativo, dilema que teria o seu fim no final da gestão do prefeito Ronaldo Lessa (PSB), com a realização do primeiro concurso público para a Guarda Municipal de Maceió, no ano de 1996.

Assumindo então, o senhor Ronaldo Lessa, como prefeito eleito em 1992 e assumindo em 1993, haveria mudanças administrativas relevantes como a realização do primeiro concurso público, mas não no tocante à mudança de conjuntura e de ocupação de alguns dos principais cargos administrativo de alto escalão do Executivo municipal, ficando sob a seguinte situação: os Quintella, aliados dos Palmeira e dos Lessa, ocupariam cargos como o de secretário municipal de educação nos anos 1997 a 1998, ocupado por Maurício Quintella Lessa, indicação do prefeito, acumulando esse secretário também o cargo de vereador por Maceió, nos anos entre 1997 a 2003.

Após a conclusão do mandato do prefeito Ronaldo Lessa, em 1996, a hegemonia continuaria na ocupação de cargos, mesmo nas gestões posteriores tendo no cargo por duas gestões a senhora Kátia Born Ribeiro (PSB) que empossou nos quadros administrativos municipais membros da poderosa família dos Quintella: como Diretora Geral, a senhora Jacy Quintella, médica ginecologista, e primeira mulher no cargo de direção na GMM; nos cargos de menor escalão mas não menos importante, outro membro dos Quintella, o senhor Pedro Quintella, educador físico; lembrando que, o senhor Maurício Quintella já acumulava os cargos de secretário municipal de educação de Maceió e de vereador por esse mesmo município. Posteriormente, houve um remanejamento e a senhora Jacy Quintella, acabara assumindo o cargo de secretária municipal de saúde de Maceió. Essa hegemonia na administração pública do município de Maceió perdurou por aproximadamente 16 anos, até os

policiais (civil, militar e federal) de alto escalão assumirem a direção da GMM. sem falar que no decorrer das próximas gestões tal corporação passar por tantas reformas administrativas até a sua extinção em 2009 (baixa de seu CNPJ). A Figura 1 ilustra essa movimentação de extinção da Guarda Municipal de Maceió, para transformá-la numa repartição sob o nome de Inspetoria Geral, restrita somente aos inspetores, excluindo aí os guardas de patente menor:

Figura 1 – Documento que atesta a extinção da GMM (2009).

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ			
 MINISTÉRIO DA FAZENDA RECEITA FEDERAL DO BRASIL			
CERTIDÃO DE BAIXA DE INSCRIÇÃO NO CNPJ			
NÚMERO DO CNPJ 08.418.601/0001-20		DATA DA BAIXA 25/07/2009	
DADOS DO CONTRIBUINTE			
NOME EMPRESARIAL GUARDA MUNICIPAL DE MACEIO			
ENDEREÇO			
LOGRADOURO AV THEOBALDO BARBOSA			NÚMERO S/N
COMPLEMENTO CONJ JOAQUIM LEAO	BAIRRO OU DISTRITO VERGEL DO LAGO		CEP. 57.015-000
MUNICÍPIO MACEIO	UF AL	TELEFONE (82) 3315-2854 / (82) 3315-2853	
MOTIVO DE BAIXA			
EXTINCAO P/ ENC LIQ VOLUNTARIA			
Certifico a baixa da inscrição no CNPJ acima identificada, ressalvado aos órgãos convenientes o direito de cobrar quaisquer créditos tributários posteriormente apurados.			
Emitida para os efeitos da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.			
Emitida às 22:43:35, horário de Brasília, do dia 02/03/2018 via Internet			
UNIDADE CADASTRADORA: 0440100 - MACEIO			
<ul style="list-style-type: none"> A baixa da inscrição não implica em atestado de inexistência de débitos tributários do contribuinte e não exime a responsabilidade tributária dos seus titulares, sócios e administradores de débitos porventura existentes. Para verificar a existência de débitos, efetue "Pesquisa de Situação Fiscal" do CNPJ, na página da Receita Federal do Brasil, pelo endereço: http://www.receita.fazenda.gov.br 			

Fonte: <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

Outro questionamento que buscamos solucionar é: Como foi constituída e organizada a Guarda Municipal de Maceió em seus aspectos estrutural e administrativo?

Como havíamos descrito nos tópicos anteriores sobre a demanda de funcionários que ficaram sem secretaria e sem órgão para exercerem suas funções, gerou-se um drama administrativo para as futuras gestões, especificamente no final do ano de 1989 até 2004, quando finalmente foi sancionado o Estatuto da Guarda Municipal de Maceió.

Com a Lei Municipal nº 5.421, de 23 de dezembro de 2004, referente ao Estatuto dos Guardas Municipais de Maceió, mesmo eliminando a ideia prescrita no Art. 37 da CF 1988

sobre o ingresso e posse em cargo público pela via de concurso pública de provas ou de provas e títulos, os agentes fundadores foram enquadrados como guardas municipais, subinspetores e inspetores da Guarda Municipal de Maceió, regulamentando assim aqueles sujeitos provindos de órgãos e secretarias extintos ou não a partir de uma suposta orientação política da época.

Nesse sentido, ao um dos questionamentos que buscamos solucionar sobre a instituição da Guarda Municipal de Maceió, ou seja, como foi constituída e organizada o nosso ator coletivo, Guarda Municipal de Maceió, como descrevemos nos tópicos anteriores sobre a demanda dos funcionários que ficaram sem órgão e secretaria de origem e em disponibilidade, ou seja, à disposição do Executivo municipal. E como tal gerou-se a necessidade dos gestores “encaixar” esses agentes, unindo o útil e o agradável, como é comum falar no veio da elite política. No que nos leva a crer que, aproveitando-se o “gancho” do §8º, do Art. 144, da CF 1988, a elite política que mais predominava na década de 1980, para através da Lei Municipal nº 3.961, de 29 de dezembro de 1989 para implantar a Guarda Municipal de Maceió.

Um de nossos questionamentos, tendo sido instituída e implantada a GMM de como as alternativas foram decisivas para compor, organizar, estruturar política e administrativamente a GMM. A partir de minha inserção enquanto agente em 23 anos nessa instituição, e ter tido a oportunidade de contato e de vivencia com agentes fundadores, aqueles que foram enquadrados e remanescentes daquela demanda de funcionários que ficaram “flutuantes”, com agentes do primeiro concurso público de 1996 e de 2000, com gestores e documentos institucionais, acredito que politicamente por influência e indicações, sem os critérios mais responsáveis, uma vez que ao longo da história da instituição, envelhecendo esses agentes com algum tipo de desvio de comportamento que não fosse adequado para a corporação bem como algum tipo de ilicitude, acabaram tornando-se alvos fáceis do oportunismo midiático e jornalístico (jornais, rádios e TVs).

Hora ou outra era comum ver notícias de agentes algemados em viaturas conduzidos por policiais e centro de chacotas²⁶. Logo os critérios não existiam, porém na seleção e escolha desses agentes, mesmo com o desvio de comportamento e despreparo, eram indicados em troca de favores pelos poderosos que indicavam politicamente para os cargos. Até

²⁶ Experiências desagradáveis como o fato de noticiários matinais como o Boletim de Ocorrência (TV Alagoas) e o Fique Alerta (TV Pajuçara) expõem os agentes da GMM, nas décadas de 1990 e 2000, presos nas cadeias das delegacias da capital de Alagoas, ainda fardados, tendo de explicarem-se, ou imagens absurdas de guardas municipais algemados sobre a carroceria de caminhonetes modelo D20, da Polícia Civil. Aos interessados que tiverem acesso aos arquivos dessas emissoras poderão atestar a veracidade dos ocorridos.

intervenção do Poder Judiciário local ocorrer e exigir nos idos dos anos 1990 que a prefeitura regularizasse a situação propondo o primeiro concurso público para o cargo de guarda municipal da GMM. E mesmo assim com os novos agentes ingressantes da forma regular pela via do concurso público de 1996, os poderosos²⁷ encontraram um meio de efetivar aqueles agentes sob a situação de irregularidade através do enquadramento funcional, gerando diversos conflitos internos entre os concursos e enquadrados.

4.1.2 Aspectos legais

Quanto a legalidade da implantação da GMM parece não haver nenhum contratempo já que o momento pós CF 1988 foi bastante propício para a inserção dessa nova entidade dentro do contexto municipal da segurança pública.

A GMM instituída pela Lei Municipal nº 3.823, de 29 de dezembro de 1988 em seu artigo 34 que garante à Guarda Civil Municipal como “órgão integrante da Administração centralizada diretamente e subordinada ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo”. A própria lei municipal, Lei 3.961, de 29 de dezembro de 1989, ou seja, logo após do ano de sua instituição, que dispõe sobre a implantação da Guarda Civil de Maceió.

Essa Lei mencionada, ao regradar as competências da GMM em seu artigo 3º, distribui, nos seguintes termos as competências da GCM, conforme Lei Municipal nº 3.961, de 29 de dezembro de 1989:

Art. 3º - Compete à Guarda Civil Municipal promover a proteção dos bens, serviços e instalações municipais, cumprindo-lhe especificamente: I – Responder pela guarda interna e externa dos prédios públicos municipais, velando pela preservação de suas instalações físicas, móveis, utensílios e equipamentos; II – Proceder à vigilância dos logradouros e monumentos públicos de modo a garanti-los contra ações deformadoras ou destrutivas; III – Garantir a franca execução dos serviços públicos, inclusive aqueles desenvolvidos mediante concessão, permissão ou autorização; IV – Colaborar com os órgãos estaduais e federais responsáveis pela segurança pública na esfera de sua competência; V – Contribuir juntos aos demais órgãos da Administração local centralizada e descentralizada na execução de atividades de polícia administrativa, inclusive no que concerne à observância das posturas municipais relativas à salubridade pública, controle técnico-funcional da edificações, água, atmosfera, sossego público, plantas e animais, no âmbito da competência municipal; VI – Executar outras atribuições compatíveis.

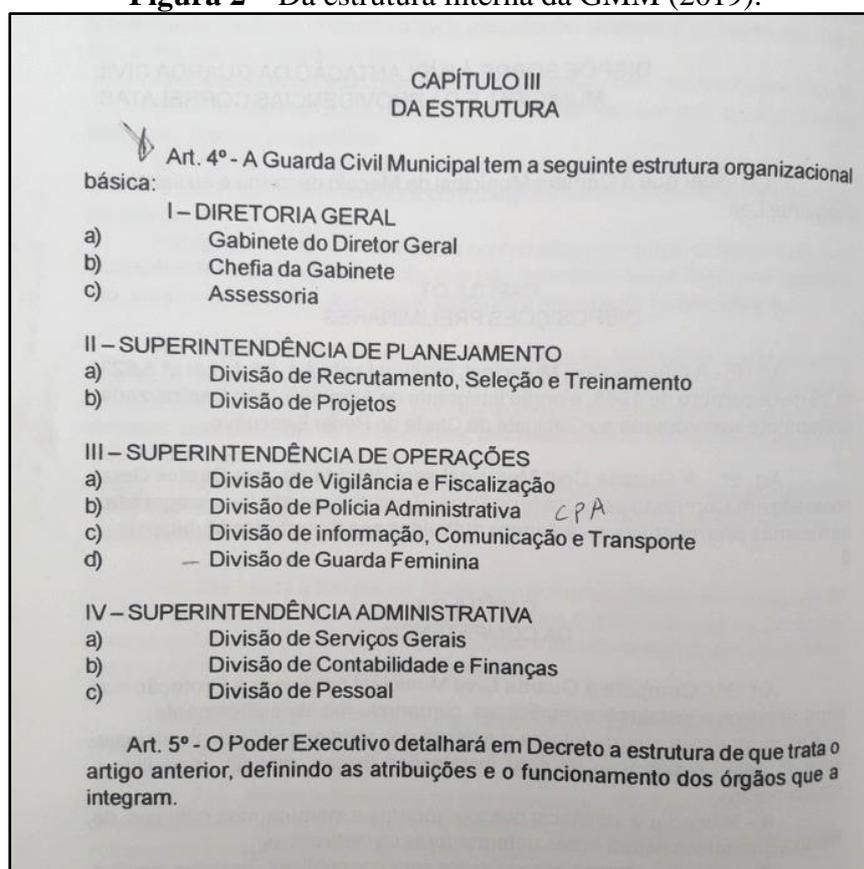
Essas são as competências iniciais estabelecidas pela Lei de implantação da GCM. E desde a sua origem não percebemos nenhuma atribuição de alguma exigida desse órgão

²⁷ Quando nos referimos aos poderosos, são aqueles sujeitos oriundos de famílias ricas que através da política ocupam os cargos públicos de alto escalão nos diversos setores da Administração Pública. A chamada elite e oligarquia suplantada desde as Capitânias Hereditárias em terras caetés.

poderes além do que são limitados unicamente à proteção e preservação do patrimônio público, em geral, municipal, justamente porque até a sua sanção, no ano de 1989, prevalecia os ditames do §8º, do Art. 144, da CF 1988, que regra a faculdade de os municípios “criarem” guardas municipais para proteção e preservação de seus bens, instalações e serviços públicos da municipalidade, conforme dispõe a lei.

No momento de implantação da Guarda Municipal de Maceió e da sanção da Lei Municipal nº 3.961, de 29 de dezembro de 1988, a instituição possuía a seguinte estrutura, conforme descrição da Figura 2:

Figura 2 – Da estrutura interna da GMM (2019).



Fonte: Lei Municipal n. 3.961, de 29 de dezembro de 1989.

Como podemos observar nas informações contidas na Figura 2 que versam sobre a estrutura inicial da GMM, havia dezesseis posições de cargos de comissão, divididas em quatro de alto escalão, sendo o cargo de Diretor Geral, o principal cargo, como espécie de comandante geral da GMM; os demais cargos em escala menor, mas não menos importante eram três, e distribuídos como: Superintendência de Planejamento responsável por mais dois cargos; Superintendência de Operações, responsável por mais quatro cargos internos; Superintendência Administrativa, responsável por mais três cargos.

Assim, conforme observamos ainda Figura 2, dentro da estrutura da Superintendência de Operações, era possível uma divisão de guardas femininas, que com o decorrer do tempo, é dado suposto desprestígio dessa categoria posteriormente, verificável em pesquisa que não cabe, foram extintas com as mudanças e reformas administrativas propostas pelos futuros gestores do Poder Executivo municipal, posteriormente a sanção do Estatuto da Guarda Municipal de Maceió, Lei Municipal nº 5.421, de 23 de dezembro de 2004, que garantia pelo menos 20% do efetivo da GMM de guardas femininas, que na prática não é verificável em nenhuma divisão operacional dedicada às guardas municipais femininas, obrigando-as a exercerem suas funções institucionais sem nenhuma diferença.

Entre tantas problemáticas não apenas de cunho estrutural-administrativo bem como efetivamente sociológico que é a questão relacionada à posição e o espaço da mulher no interior da corporação, que a título de alerta, mas que não será o nosso objeto de pesquisa, mas em respeito ao importante papel da mulher na corporação e à condição de gênero nas instituições públicas onde a mulher é supostamente exposta a uma condição de menor prestígio e que aqui pontuamos para que os futuros pesquisadores despertem o seu olhar para tal problemática.

Isso significa que após diversas mudanças estruturais pelas quais a GMM passou e as reformas administrativas não deram atenção ao importante papel das guardas municipais femininas que integram a instituição e esta as deixando de fora nos setores específicos voltados unicamente para elas, trabalhando em meio a todos os agentes sem distinção de funções e de atribuições, como ocorre desde o início da pesquisa nos grupos operacionais como GAAO²⁸, GPOP²⁹, Administrativos, secretarias e postos de serviços. Por isso que as próprias guardas municipais femininas a partir do ano de 2018 organizaram um congresso somente composto de mulheres e que em 2019, o 2º Encontro de Guardas Municipais Femininas de Alagoas ocorreu no dia 06 de agosto desse mesmo ano.

Até meados dos anos 2000 tinha no interior da GMM um grupo em separado somente de guardas municipais femininas comandado por uma mulher, a guarda municipal Dagmar, coisa que não ocorre mais.

Já não bastasse isso adentrando mais profundamente nas questões da legalidade que tem suscitado polemica na sociedade sobre o poder de polícia (contenção, condução, apreensão, uso da força, prisão e etc.), porte de arma de fogo (como as polícias militares, civis e corpo de bombeiros militar).

²⁸ O Grupo de Ação e Apoio Operacional – GAAO, foi extinto em 2019, pelo então gestor coronel Ênio Bolivar.

²⁹ Grupamento de Apoio à População em Situação de Rua – GPOP.

Muito se tem falado sobre esse porte de arma de fogo e esse poder de polícia na GMM, se ela pode ou não ter esse direito e que ainda tem dividido opiniões no campo da segurança pública. Sobre esse assunto, se voltarmos o olhar para o Estatuto do Desarmamento, ou seja, a Lei Federal nº 10.826/2003, que em seu Art. 6º disciplina a utilização e o porte de arma de fogo para as guardas municipais elimina qualquer dúvida sobre se a guarda municipal pode ou não usar ou portar arma de fogo.

Embora, a lei conceda esse direito, alguns órgãos e classes de profissionais militares tentaram ingressar com um ADIN, para vetar o direito conquistado pelas guardas municipais. Contudo, o STF posicionou-se sempre em favor das GMs.

É sabido de toda a sociedade que as guardas municipais são eminentemente civis e que assim como qualquer cidadão em situações específicas que possam interferir com a voz de prisão bem como agir em flagrante delito conforme o Art. 301 do Código de Processo Penal; por isso há confusão entre entender até onde inicia e onde termina uma ação praticada por cidadão civil e uma ação praticada por um policial. Talvez resida aí um suposto desprestígio da ação da guarda municipal.

Isso tem provocado não apenas suposto desprestígio, mas também uma suposta desmotivação da corporação. Uma das soluções encontradas pelo Legislador em parceria com as corporações de guardas municipais reivindicantes foi a promulgação em 8 de agosto de 2014 da Lei Federal nº 13.022, que ficou conhecida como Estatuto Geral das Guardas Municipais regulamentando de uma vez por todas o §8º, do Art. 144, da Constituição Federal de 1988.

Todavia, nem sempre foi assim no Brasil, os municípios dos estados federados sempre estiveram obscurecidos na responsabilidade sobre a segurança pública; provavelmente, os municípios invisibilizados dentro de um contexto de um Estado centralizado. Por isso, sempre que for falar de segurança pública no Brasil, de instituições policiais e corporações de forças controladoras repressivas, não se pode menosprezar a questão em que encontramos dentro de um longo período da História da Política Social até a promulgação da CF 1988, de um Estado que concentra para si todo o controle tanto interno (estados, municípios e distrito federal) como territorial. Sendo assim, para que isso mudasse seria necessário ampliar o debate para a possibilidade de um Estado descentralizado como nos ensina Misse e Bretas (2010, p. 9):

No Brasil tal debate começa a ser travado a partir dos anos 80, no prolongamento do processo de redemocratização. Carrega, no entanto, a desconfiança em relação aos estados, resultante da crítica à ditadura militar, de presença fortemente autoritária, controlando de modo negativo, a população, com a evidente demanda de que seja contido.

Como se pode perceber, com a descentralização do Estado, concentrou-se maior autonomia sobre os estados no quesito segurança pública, e posteriormente com a inserção dos municípios nesse campo, com a promulgação da CF 1988.

A construção de uma instituição que atua, via de regra, dentro dos trâmites sem descumprir os princípios constitucionais reforça a própria constituição de um dado senso prático dos agentes, legando-os a atuar e a aceitar o jogo a ser jogado no interior do subcampo da GMM, isso por conta da legitimação de tais práticas. O *habitus* nesse contexto está contido nas disposições impostas pelos Poderes Executivo e Legislativo, através da criação de Leis e Decretos que funcionam como regras de um jogo.

Como percebemos que a partir do momento que os agentes da GMM são nomeados, indicados, apresentados e direcionados para cumprir determinadas missões ou operações, práticas passam a ser adotadas de modo a criar um *habitus* ou disposições que apresentam-se como orientadores à atuação dos agentes; quem foge à regra não está fora do jogo, mas acaba provocando um certo conflito, podendo sofrer sanções por meio de dispositivos legais punitivos, como o Regimento Interno Disciplinar e o Código de Ética da GMM; o que em alguma medida são recursos para garantir a manutenção das regras dos jogo.

Se são os agentes outorgados e delegados para exercer pelo Estado e pelo município através da nomeação, logo, exercem suas atividades *ex officio* conforme o capital legal. Se o Estado, segundo Bourdieu (2011a) exerce um poder quase divino ao “criar” leis e assim revestir suas instituições de poderes legais de atuação, o município, em caráter menor, também exerce esse poder criador ao delegar poderes de atuação aos seus agentes no seu interior. Bourdieu (2011a) demonstra como esse aspecto “quase divino” atribuído ao poder criador do Estado de nomear, atestar, legitimar:

A nomeação ou o atestado pertencem a categoria dos atos ou discursos *oficiais*, simbolicamente eficientes porque realizados em situação de autoridade, por pessoas autorizadas, "oficiais", agindo *ex officio* como detentores de um *officium (publicum)*, de uma função ou de um cargo atribuído pelo Estado: o veredito do juiz ou do professor, os procedimentos de registro oficial, averiguações ou atas de sessão, atos destinados a produzir um efeito de direito, como os atos do estado civil, de nascimento, casamento ou falecimento, ou os atos de venda, tem a capacidade de *criar* (ou de instituir), pela magia da nomeação oficial, uma declaração pública, cumprida nas formas prescritas, pelos agentes autorizados e devidamente registrada nos registros oficiais, de identidades sociais socialmente garantidas (as de cidadão, de eleitor, de contribuinte, de pai, de proprietário etc.), ou de uniões e de grupos legítimos (famílias, associações, sindicatos, partidos etc.). Ao enunciar, com autoridade, que um ser, coisa ou pessoa, existe em verdade (veredito) em sua definição social legítima, isto é, é o que está autorizado a ser, o que tem direito a ser, o ser social que ele tem o direito de reivindicar, de professar, de exercer (por oposição ao exercício ilegal), o Estado exerce um verdadeiro poder criador, quase divino (uma série de lutas, aparentemente dirigidas contra ele, reconhece, de fato, esse poder ao lhe pedir que autorize uma categoria de agentes determinados - as

mulheres, os homossexuais - a ser oficialmente, isto é, pública e universalmente, o que ela é, até então, apenas para si mesma) (BOURDIEU, 2011a, p. 113-114).

A força dos “dispositivos disposicionais legais” do Município sobre o subcampo da GMM exercida sobre os seus agentes, apresenta-se a partir da autoridade outorgada pelo Poder Executivo municipal, cujas ações, atribuições e atividades serão representadas pelos próprios agentes, seja individual ou em grupos.

4.2 A Guarda Municipal como um subcampo social

Um campo social, para Bourdieu (2001; 2004) representa um espaço social que possui autonomia, regras e um jogo a ser jogado por aqueles cujas disposições disputem por seus capitais simbólicos e prestígio social específicos desse campo. Por subcampo entendemos como sendo o microcosmo de um campo, ou seja o espaço, em menor escala, e no entanto, complexo, no interior de um subcampo onde agentes disputam por capitais simbólicos e por distinção social.

A GMM é esse subcampo, uma espécie de estrato de um campo mais amplo onde agentes coletivos têm alguma relação similar de funcionamento; no caso o campo da Segurança Público no município de Maceió. Nesse campo, bem mais amplo temos em seu interior agentes coletivos que disputam por capitais simbólicos (equipamentos bélicos, capital econômico, Códigos etc.) e distinção social (exposição e destaque na sociedade) que podem ser as polícias estaduais, o Corpo de Bombeiros etc.

Observando que esse campo é bastante amplo, objetivamos por estudar a Guarda Municipal de Maceió como um subcampo, e em seu interior os seus agentes e seus grupos internos.

Como verificado na estrutura representada na Figura 2, no interior da Guarda Municipal de Maceió há divisões e subdivisões, e, conseqüentemente, além de um “corpo” administrativo composto por diversos agentes individuais que é cada sujeito que trabalha e cumpre suas funções institucionais. Também possui no interior de sua estrutura os agentes coletivos, ou seja, os grupos internos compostos por aqueles primeiros agentes.

Os dados que a Figura 2 representam as estruturas organizacional e operacional e, como tal, importantes para entender como, internamente, funciona a instituição GMM. Sem esse elementos constitutivo e estrutural, o funcionamento da corporação poderia ser inviabilizado.

Tomamos a GMM como um subcampo da área da segurança pública, sendo um espaço social mais restrito e específico, com algumas lógicas específicas de funcionamento. Se temos o campo da segurança pública, visto de forma mais ampla, composto por agentes coletivos, como as polícias estaduais e outros; em escala menor, temos a Guarda Municipal de Maceió, como um subcampo que possui seu espaço social relativamente dependente do campo e em alguns aspectos autônomo, onde os agentes e grupos internos disputam por capitais simbólicos e prestígio social.

Sobre a disputa existente nesse subcampo abordaremos em tópico mais específico, onde as falas nos foram material empírico para a interpretação dos sentidos, o que se deu por meio de uma análise reflexiva.

A GMM, como um subcampo social, apresenta em sua estrutura organizacional e administrativa uma composição cujas disposições são postas aos seus agentes para que disputem ou não por capitais e prestígio, dentro daquilo que oferece, como as regras e as oportunidades que orientam o jogo a ser jogado, e pode vir a despertar, a título de motivação profissional, o interesse ou não de seus agentes.

4.2.1 Disposições de capitais entre os grupos no interior da Guarda Municipal de Maceió e as regras do jogo

O significado de cada grupo, conforme dados colhidos da própria secretaria a partir de resultados de buscas por leis municipais, decretos-leis, portarias etc. para que possamos construir um quadro descritivo com os significados de cada grupo, como segue:

QUADRO 2 – Das atribuições dos Grupos Internos da GMM

GRUPOS	ATRIBUIÇÕES
SIAV	Conforme dispõe Lei municipal nº 6.901, de 29 de junho de 2019 e Decreto municipal nº 8.759, de 3 de julho de 2019, trata-se de um serviço indenizado acessível ao guarda municipal que estiver em gozo de seus dias de folga. Tal serviço tem como principal atribuição coibir a venda de produtos irregular em espaço urbanos, no bairro do Centro, bem como proibir o comércio irregular de mercadorias praticado por trabalhadores informais como camelôs, feirantes e ambulantes; além de fazer cumprir o que rege o Código de Postura do Município de Maceió.

GAAO	I - Exercer as atribuições concernentes, oferecendo segurança nas instalações, encaminhando e orientando as ocorrências contra a pessoa, patrimônio ou contra a administração pública municipal, apoiar a continuidade dos serviços públicos; II – atuar nos distúrbios da ordem e paz pública, que coloquem em situações de risco os patrimônios públicos e/ou os próprios munícipes; III – oferecer uma pronta resposta à sociedade, no que tange aos próprios do município, logradouros públicos, eventos, e a segurança preventiva e comunitária da população do município de Maceió; IV – apoio a outros órgãos na execução de suas funções; V – apoio à Defesa Civil; VI – atuar em eventos municipais; VII – atuar na recepção, proteção e escolta de autoridades; VIII – ações preventivas em áreas de risco; IX – apoio aos demais grupamentos da inspetoria geral da Guarda Municipal de Maceió, desde que se faça necessário, garantindo o desempenho de suas funções.
GPOP	I - Exercer as atribuições concernentes, oferecendo segurança nas instalações, encaminhando e orientando as ocorrências contra a pessoa, patrimônio ou contra a administração pública municipal, apoiar a continuidade dos serviços públicos; II – Oferecer uma pronta resposta à sociedade, no que tange aos próprios do município, logradouros públicos, eventos, e a segurança preventiva e comunitária da população do município de Maceió; III – orientação, informação e apoio aos moradores em situação de rua; IV – apoio aos servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social de Maceió, desde que se faça necessário, garantindo o desempenho de suas funções.
ROMU	I – exercer as atribuições concernentes, oferecendo segurança nas instalações, encaminhando e orientando as ocorrências contra a pessoa, patrimônio ou contra a administração pública municipal, apoiar a continuidade dos serviços públicos; II – Oferecer uma pronta resposta à sociedade, no que tange aos próprios do município, logradouros públicos, eventos, e a segurança preventiva e comunitária da população do município de Maceió; III – patrulhamento preventivo e ostensivo em escolas, postos de saúde e praças; IV – atuar em eventos municipais; V – apoio aos demais grupamentos da inspetoria geral da Guarda Municipal de Maceió, desde que se faça necessário, garantindo o desempenho de suas funções.
CORPO DA GUARDA	Conforme dispuser a GMM tem como atribuições, além do gerenciamento das escalas e da contabilidade de postos disponíveis, também têm sob a sua responsabilidade os assuntos burocráticos mais diversos que vão desde o controle interno de entrada e saída de documentos à manutenção do funcionamento diário da instituição.
BIKE PATRULHA	I – exercer as atribuições concernentes, oferecendo segurança nas instalações, encaminhando e orientando as ocorrências contra a pessoa, patrimônio ou contra a administração pública municipal, apoiar a comunidade dos serviços públicos; II – oferecer uma pronta resposta à sociedade, no que tange aos próprios do município, logradouros públicos, eventos, e a segurança preventiva e comunitária da população do município de Maceió; III – patrulhamento preventivo e ostensivo em toda a orla marítima; IV – orientação e informação aos banhistas e turistas; V – apoio aos demais grupamentos da inspetoria geral da Guarda Municipal de Maceió, desde que se faça necessário, garantindo o desempenho de suas funções.
BANDA DE MÚSICA	De acordo com a Lei municipal nº 5.421, de 23 de dezembro de 2004 (Estatuto da Guarda Municipal de Maceió), em seu artigo 119, são atribuições da Banda de Música (BMGMM): i) executar números musicais em atos solenes oficiais do município; ii) promover recitais em comunidades da cidade; iii) incentivar a formação de instrumentistas e vozes para o coral da Guarda Municipal; iv) apoiar os trabalhos de iniciação musical nas unidades da rede municipal de ensino.
GAS	Tem como atribuição auxiliar o serviço de fiscalização dos agentes da SMTT.

Fonte: elaborado pelo autor.

A seguir, no Quadro 3, descrevemos aspectos que envolvem os diversos tipos de capitais que conseguimos identificar no interior da Guarda Municipal de Maceió.

QUADRO 3 – Descrição e compreensão dos capitais no interior do subcampo da GMM

CAPITAL	DESCRIÇÃO
CAPITAL SIMBÓLICO	Compreendemos o capital simbólico como a disposição de atributos, materiais/imateriais simbólicos que confirmam além do próprio grupo como do próprio agente que a ele pertença alguma carga positiva de poder sobre os demais grupos conforme sua categoria. Tal capital simbólico pode ser leis e decretos que reforcem sua legitimidade de ação e de operação e que o subcampo da GMM dispicione, também o material à disposição que eleve o grupo a uma categoria diferenciada das demais, como: porte de arma de fogo, tonfa, colete balístico, <i>splay</i> , pistola não-letal, cassetete, viatura, rádio portátil, arma de fogo, algema, fardamento, manicaca etc.
CAPITAL ECONÔMICO	Compreendemos o capital econômico como a disposição do subcampo da GMM como gratificação, bonificação, extra, produtividade, bônus, banco de horas etc.
CAPITAL CULTURAL	Compreendemos o capital cultural como a disposição de relações culturais seja entre instituições, indivíduos externos ao subcampo da GMM, como contato com estrangeiros, turistas, com a interdisciplinaridade cultural como a música etc.
CAPITAL SOCIAL	Compreendemos o capital social como a disposição do subcampo da GMM de oportunidade de serviços prestados junto aos agentes que vão desde a orientação por seus comandos imediatos, auxílio à assistência nos âmbitos educacional e em alguns caso até cultural, como ocorre com a Banda de Música e o Projeto Guarda Faz Escola etc.

Fonte: elaborado pelo autor.

Conforme delineamos no Quadro 3 relativizamos nossa compreensão dos principais conceitos bourdieusiano e com as definições de cada grupo/grupamento estudado:

- a) O **SIAM** ou **Serviço Indenizado de Adesão Voluntária**, criada através da Lei Municipal nº 6.901 de 26 de junho de 2019, e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 8.759, de 3 de julho do mesmo ano, por iniciativa do Poder Executivo Municipal de Maceió, conhecido também como o “Bico Legal”, define-se como uma *“atividade específica de natureza indenizatória, destinada aos membros da Guarda Municipal na ativa, que voluntariamente, desde que em período de folga, sejam empregados nas atividades inerentes à Guarda Municipal”* (MACEIÓ, LEI MUNICIPAL Nº 6.901, de julho de 2019).
- b) Já o **GAAO** ou **Grupo de Ação e Apoio Operacional**, criado através de uma Portaria nº 04, em 13 de julho de 2012, pela então extinta SEMSC ou Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Cidadania, e podemos definir a partir daquela Portaria o que e como funcionaria esse grupo/grupamento específico, nos seguintes termos, como um grupamento de *“pronta resposta da Guarda Municipal em situações emergenciais em que envolvam risco ao patrimônio público municipal, à integridade física dos servidores municipais e a dos munícipes usuários dos serviços públicos atinentes a municipalidade”* (MACEIÓ, PORTARIA Nº 04, de 13

de julho de 2012). Prever, ainda interação, desde que pertinente e conveniado com órgãos de outras esferas da área da segurança pública.

- c) Temos o **GPOP** ou **Grupo de Atenção para a População em Situação de Rua** como um grupamento encarregado, conforme Portaria 14, de 16 de dezembro de 2010, da também extinta SEMDSC ou Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Segurança Comunitária e Cidadania, em seu Art. 1º, de “executar de forma complementar ações e atividades orientadoras e preventivas de segurança comunitária para o segmento social” (MACEIÓ, Portaria nº 14, de 16 de dezembro de 2010); traz-nos ainda essa Portaria a definição do que seria “população em situação de rua” nos seguintes termos: “considera-se população em situação de rua o grupo popular heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como os albergues, abrigos e unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (MACEIÓ, Portaria 14 de 16 de dezembro de 2010, §1º, Art. 1º).

d) **COI – Coordenadoria de Operações e Inteligência** – uma espécie de agencia secreta que trabalha com informações de sigilo, como uma espécie de S2, da Policia Militar responsáveis por contrair para si dados em segredo, e que tem como atribuições: I – articular as ações e iniciativas intra e inter-setoriais de parceiros internos e externos focadas na prevenção à violência, identificando suas interfaces com o intuito de otimizar recursos e potencializar resultados; II – monitorar e avaliar resultados obtidos pelas ações desenvolvidas; III – organizar e manter base de dados da gerência; IV – promover a integração inter-setorial no planejamento, execução e avaliação das ações de prevenção à violência no município de Maceió; V – executar atividades operacionais indiretas e serviços de apoio, por meio do vídeo-monitoramento e tecnologia correlatas que potencializem as atividades operacionais da Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social – SEMSCS e demais agências de defesa social do estado; VI – subsidiar ações de planejamento operacional, prevenção, inteligência e controle da violência; VII – executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas.

e) **ROMU – RONDA OSTENSIVA MUNICIPAL** – trata-se de um grupamento com atividades específicas divididas por GOs ou Grupamentos Operacionais, incumbido de executar rondas e fiscalização junto aos postos de

serviços, incluindo escolas e creches municipais, unidades básicas de saúde do município, secretarias etc.

f) **ROMESC – RONDA OSTENSIVA MUNICIPAL NAS ESCOLAS** – trata-se de um grupamento composto por agentes da guarda municipal, bem equipados com atividades específicas voltadas unicamente para assegurar a segurança patrimonial das escolas e creches do município, tendo como principal tarefa proteger e garantir a segurança do patrimônio, bens e serviços públicos oferecidos pelas escolas e creches municipais.

g) **Banda de Música** – trata-se de um grupamento composto por agentes da Guarda Municipal que sejam músicos e tenham experiência com a arte e a música, sendo ou não profissionais, tendo ou não formação acadêmica superior.

h) **Corpo da Guarda** – trata-se de um grupo de agentes da Guarda Municipal que prestam serviços estritamente burocráticos no interior da instituição, trabalhos com demandas de entrada e saída de documentos pertinentes à Guarda, além da manutenção e organização da instituição.

i) **Bike Patrulha** – trata-se de um grupamento especificamente restrito à orla litoral da cidade para atender demandas relacionadas ao turismo, bem como a manutenção proativa de ocupação do espaço urbano localizado no litoral de Maceió.

As regras do jogo no interior do subcampo da GMM se constituem a partir do momento em que os agentes ingressam no interior do subcampo da GMM, bem como em determinados grupos internos ou grupamentos. De acordo com a Teoria dos Campos as regras do jogo a ser jogado devem ser reconhecidas e, mesmo tendo origem a partir de uma classe hegemônica, as regras devem oferecer um aparente equilíbrio. Sabe-se que nem sempre as disputas no interior do subcampo vão ocorrer de forma igual e justa; visto que na concorrência por capitais e distinção social sempre haverá nesse mesmo espaço social grupos mais ou menos consolidados histórica e socialmente.

Ao olharmos para o interior do subcampo da GMM é possível relacionar a concorrência entre os agentes e os grupos internos a partir de sua criação por meio administrativo. O GAAO, criado através da Portaria n. 04, de 13 de julho de 2012, pela Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Cidadania (SEMSC), como um dos grupos internos da GMM mais antigo e, portanto, hegemônico quanto às disposições de capitais da instituição. Capitais como viaturas e fardamento específicos e característicos, que se diferencia dos demais grupos internos. Os artigos 6º e 10º, da Portaria n. 04/SEMSC/2012,

apontam para uma diferenciação entre os demais grupos internos e, portanto, podemos perceber que “legalmente” os agentes desse grupo são de certo modo “prestigiados”: “Artigo 6º - As viaturas e uniformes dos integrantes do GAAO serão diferenciados dos demais grupos e ocupantes da Guarda Municipal, considerando-se sua missão de caráter operacional” (Portaria nº 04/SEMISC, 13 de julho de 2012). Por serem diferenciados, mesmo que administrativamente, em nosso entendimento essa regra faz com que a concorrência entre os grupos seja desigual.

Outro aspecto que comprova esse “desequilíbrio” é observável no artigo 10: “Artigo 10 – Os integrantes do GAAO terão preferência nos cursos de formação, capacitação e habilitação na área operacional e de inteligência” (Portaria nº 04/SEMISC, 13 de julho de 2012).

O Quadro 4 a seguir descreverá, com base na observação no interior do subcampo da GMM, quais dos Grupos possuem mais ou menos Modelo de Policiamento Reativo (MPR) e /ou Modelo de Policiamento Proativo (MPP):

QUADRO 4 – Dos modelos de policiamento dos Grupos Internos observados no interior da GMM (2019).

GRUPOS	MODELO DE POLICIAMENTO REATIVO (MPR)	MODELO DE POLICIAMENTO PROATIVO (MPP)
SIAV	+	-
GAAO	+	-
GPOP	-	+
ROMU	+	-
CORPO DA GUARDA	-	+
BIKE PATRULHA	-	+
BANDA DE MÚSICA	-	+
GAS	+	-

Fonte: elaborado pelo autor.

No Quadro 4 trazemos os grupos internos disputados pelos agentes e seus respectivos atrativos, ou seja, os capitais que mais despertam o interesse e motivação nos agentes. Assim, cada capital, por grupo, está representado pelos sinais de “mais” (+) e de “menos” (-), numa tentativa de representar os tipos de capitais comuns aos grupos internos. Os grupos que estiverem representados com o sinal (-) porque o capital descrito não é atrativo nem objeto de disputa por motivos, o que não significa que inexistente. Já os que estiverem representados com o sinal (+) é porque possuem os capitais descritos e são objetos de disputas entre os agentes.

assim, os dados apresentados a seguir foram coletados a partir da observação e da análise das atribuições.

QUADRO 5 – Dos Capitais dos Grupos Internos da Guarda Municipal de Maceió (2020).

Grupos	Capital simbólico	Capital econômico	Capital cultural	Capital social
SIIV	-	+	-	+
GAAO	+	-	-	+
GPOP	-	-	-	+
ROMU	+	-	-	+
CORPO DA GUARDA	-	-	-	-
BIKE PATRULHA	+	-	+	+
BANDA DE MÚSICA	-	-	+	+
GAS	+	+	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os Grupos identificados no Quadro 5 integram o subcampo da Guarda Municipal de Maceió, sobre a qual iremos estudar como se dão as disputas entre os agentes para terem acesso a esses grupos. Um de nossos procedimentos metodológicos que iremos utilizar será a entrevista semiestruturada como o objetivo de compreender a partir das percepções dos agentes o que os levam a disputar cada um desses grupos, o que os motiva, ou não. Ao identificamos no campo das linhas horizontais do Quadro 5 o sinal negativo (-) onde estão descritos os diversos capitais, não significa total ausência em um grupo ou outro e, sim, que não apresenta, em nosso entendimento, força suficiente sobre os sinais positivos (+) nos demais capitais de acordo com cada grupo e que têm alguma relação de motivação e de disputas entre os agentes e os próprios grupos entre si. A partir da percepção dos agentes é que poderemos propor uma observação de como nas falas essa motivação e disputa são mais recorrentes.

Reconhecendo as regras do jogo, os agentes disputam tanto conscientes quanto inconscientemente, justamente por conta das disposições adquiridas no interior do subcampo; e conscientemente os que jogam, são lhes despertado o interesse por determinados capitais simbólicos.

Assim, observando a distribuição dos grupos na vertical, o exemplo que detalhamos para explicar como os sinais negativos e positivos são possíveis é o Serviço Indenizado de

Adesão Voluntária (SIAV), onde hipoteticamente insurgem os capitais econômicos e sociais como elementos capitais em disputa. O atrativo, cremos nós é justamente o capital econômico onde por cada plantão efetivado, num total de oito (8) mensais, o agente terá direito a R\$ 160,00, totalizando ao final de um mês o valor de R\$ 1.280,00 (valores estes atualizados até a sanção da Lei que estabelece sua legalidade, ano 2019). Apesar de transparecer um atrativo econômico, é notório perceber que há uma problemática no entorno dessa adesão por parte dos agentes, como por exemplo, um problema social como a necessidade de se obter e correr em busca desse capital. Pois, conforme publicado em um *site* específico sobre a atuação das Guardas Municipais, o GM-Notícias, é alto o índice de agentes endividados. Todavia, não podemos levar isso como uma verdade absoluta, uma vez que nosso olhar sobre essa problemática deve ser relativizada com os demais fatores que motivam a disputa dos agentes por esse e determinados grupos onde os capitais são disponibilizados positivamente pela GMM, sem desprezar os capitais “ausentes”, ou que não despertaram motivação para sua disputa.

Os principais capitais que dispõem os grupos internos, disputados pelos agentes e descritos no Quadro 5, vai de acordo com cada grupo interno. O que cada grupo dispõem de capitais para que desperte nos agentes o interesse em disputar. Embora, reconhecemos que *habitus* contido nos agentes é que os levam a disputar por capitais, sem que nem mesmo os agentes saibam, ou seja, adquirem um *habitus* que desvela em senso prático.

Assim, os agentes que se interessam em disputar por espaços no grupamento SIAV, que não oferece capitais simbólicos e culturais mais valorizados no interior da GMM, disputam por capitais econômico e social. Isso porque esse grupo disponibiliza um determinado valor financeiro como “recompensa” ao final de cada dia trabalhado. O capital social, que se obtém no interior do subcampo da GMM, é resultado da visibilidade que o tipo de serviço que esse grupo adquire, quer seja coibir a ocupação urbana no Centro comercial de Maceió ocupada irregularmente pelos trabalhadores informais que sobrevivem da venda de produtos como verduras, frutas, objetos de utensílios aparentemente sem nota fiscal, quer seja, para fiscalizar e ordenar junto a outros órgãos públicos a ocupação irregular que fere o Código de Postura da Cidade de Maceió (Lei Municipal nº 3.538, de 23 de dezembro de 1985).

Mesmo com a comoção que provoca na sociedade quando os feirantes, camelôs e ambulantes são retirados à força dos locais ocupados irregularmente, e a consequente perda de capital social externo à GMM, os agentes veem como um ganho de capital interno. Por nessa situação atuarem sob o modelo do policiamento “ostensivo”, traz no interior do subcampo da

GMM, entre os agentes, um certo prestígio social entre seus pares e com o comando por prestarem um serviço aos administradores públicos.

Já o grupamento GAAO, como um dos grupos internos bem vistos no interior do subcampo da GMM, despertam o interesse nos agentes em buscar ocupar esse espaço social. Conforme as falas dos agentes entrevistados, o grande atrativo desse grupo é o capital material de forte simbologia dentro da GMM, como fardamento específico e “chamativo” que se destaca pela similaridade que tem com os grupos especiais de outras forças policiais muito respeitados no campo da segurança pública, tais como o BOPE, o TIGRE e o Pelotão de Choque das polícias estaduais. Compõem ainda esse capital simbólico as viaturas que utilizam nas missões e operações. Tais viaturas trazem uma carga simbólica muito forte nos emblemas estampados no “corpo” dos veículos.

O retorno de uma visão positiva institucional dos grupos mais operacionais está na visibilidade de suas operações nas ruas de Maceió que vão desde abordagem de suspeitos à saturação e controle de médios e grandes distúrbios, no âmbito do município, que envolvam ajuntamento de pessoas que protestam contra algum tipo de falha administrativa municipal ou reivindicam algum tipo de direito. Reprimir atos contrários aos gestores lhes rendem um estoque de capital social que pode vir a ser convertido em outros tipos de capitais.

O fato de chegarem numa viatura rajada já traz, para os agentes que integram o GAAO, um prestígio social que seus agentes denominam como “respeito”. Esse grupo de operações especiais traz ainda aspectos simbólicos atrativos aos agentes, tais como, fardamento específico e diferenciado, bastão perseguidor, radioamadores, coletes balísticos etc. O caráter mais policialesco da atuação dos grupos internos, acaba gerando um prestígio social entre os agentes da GMM.

O GPPO, não traz vantagens econômicas, simbólicas e culturais, senão o capital social externo à corporação representado no trabalho social junto aos moradores de rua.

Já o grupamento ROMU, provavelmente o mais ostensivo de todos, que além de efetivar o trabalho ostensivo de fiscalização junto aos postos de serviços, especificamente nas escolas municipais, também efetiva um trabalho de abordagens junto aos cidadãos suspeitos. Diferentemente das operações executadas pelos grupos de operações especiais nas ruas, o RUMO traz como capitais simbólico atrativo aos agentes o “policciamento ostensivo”; além dos equipamentos de trabalho similares aos do GAAO, tais como, radioamadores, bastões perseguidores, coletes balísticos, acessórios como cintos de guarnição para compor equipamentos de “corpo” como coldres, porta munições etc.

Quanto a participação no grupo interno Corpo da Guarda (grupo responsável por questões burocráticas), conforme as falas dos agentes que integram esse grupo, não há vantagem em pertence-lo. Entretanto, os agentes de outros grupos, como os agentes do grupamento operacional/patrimônio, veem nele um grupo privilegiado por obter em primeira mão as informações que deveriam circular em todo o subcampo, tais como os benefícios, direitos, punições, vantagens econômicas etc. Outro aspecto valorizado – o que parece contraditório – é o trabalho que não oferece o risco eminente de morte, comum aos agentes expostos em postos de serviços em bairros ditos violentos e/ou em operações/missões que exigem dos agentes algum tipo de uso da força e exposição de ação individual e em grupo. O serviço burocrático é uma disposição internalizada nos seus agentes desde o primeiro concurso público em 1996, sendo conhecido por toda a corporação que o corpo administrativo que compõe esse grupo atua ali desde, ao menos, o ano de 1996.

O grupo da Bike Patrulha parece ser uma atividade mais “amena”, mesmo envolvendo seus riscos tanto de serviço exposto na orla marítima quanto de condições de trabalho. “Ameno” porque trata-se de um serviço de menor escala de policiamento ostensivo; um serviço tipicamente de orientação e de prevenção junto aos cidadãos banhistas e turistas que visitam a cidade de Maceió.

Os agentes que compõem esse grupamento tem o senso prático não disputar abertamente por capitais econômicos, como nos demais grupos mais ostensivos e operacionais, mas pelo conforto do ambiente de trabalho proporcionado pela orla marítima. Os capitais simbólico representado em elementos que remete a ostensividade não são atrativos a esses agentes, preferem, em geral, o fardamento mais “confortável” – camisa e bermuda, tênis, colete balísticos etc. – e a sensação de ser útil junto aos usuários das praias, nativos ou não de Maceió. Por outro lado, há nesse espaço social um ganho de capital cultural pelo contato com as classes média e alta de Maceió/AL, assim como os turistas. Capitais culturais que podem se converter em capitais sociais a serem mobilizados em outros campos sociais, já que os atores sociais participam de mais de um campo e tendem a mobilizar neles capitais acumulados em outros espaços.

A Banda de Música da GMM desperta entre seus integrantes o acúmulo dos capitais cultural e social. O capital disputado envolve a prática de atender a demanda social municipal que envolvem diversas organizações, tais como escolas municipais, secretarias do município, ONGs, igrejas etc. Suas atribuições podem proporcionar visibilidade e prestígio social entre os que integram a Banda de Música, bem como parte da sociedade que também valoriza a música.

E por fim, o GAS, relativamente um grupamento “novo” na GMM que atua ora ostensiva ora educativamente na área do ordenamento de trânsito. Um tipo de atividade de apoio à SMTT, com fiscalização e orientação de trânsito, além de abordagem em veículos. O que o que está em jogo é a disputa pelos capitais simbólico e econômico. O capital simbólico disputado pelos agentes está contido no fardamento específico para exercer suas atividades e materiais que vão desde o colete, o bloco de notas, câmeras para filmar as ações ao apito e seus silvos codificados. Além de viaturas específicas com emblemas que apontam para o tipo de atividade que exercem.

Enquanto que o capital econômico disputado está contido nas vantagens como a produtividade que passam a receber da mesma forma que recebem o agente de trânsito da SMTT etc. A produtividade, que pode ser simbolicamente representado como um atrativo a mais para esse grupo, representado em valores e ganhos salariais superiores as dos demais grupos; e como tal um incentivo que promove os agentes a atuarem com mais frequência na aplicação de multa visando atingir a uma determinada meta de quantidades de multas diárias.

O senso prático, conforme Bourdieu (2004) define, como uma espécie de sentido do jogo no interior do subcampo, vem a ser o conjunto de conhecimentos práticos que o agente ao longo de trajetória profissional adquire para si. Assim, durante as conversas informais, anteriores às entrevistas, ouvimos os agentes sobre as diversas estratégias de integrar ou não determinados grupos internos.

Considerando que a o subcampo da GMM passou por diversas gestões compostas por militares de alta patente, como ocorre na atual gestão, composta por treze coronéis, as conversas informais nos forneceu uma imagem de uma instituição que se apresenta sem autonomia, cujas capacidades de auto-gestão são difíceis de se alcançar. Isso observamos durante as conversas antes das entrevistas, onde as palavras mais comuns que ouvimos foram: “guarda municipal é empregado de militar”; “guarda extinta, corporação que não tem pernas próprias para caminhar”; “instituição que serve como cabide de emprego para os coronéis”; “os militares são o empecilho para a Guarda Municipal”; “somente um grupo de puxa-sacos têm privilégios”; “a Guarda não possui identidade própria”; “pra quê se esforçar pela Guarda, se nosso trabalho não é reconhecido?”; “pensávamos que com a vinda dos militares a Guarda iria crescer, mas ocorreu o contrário”; “se a instituição fosse comandada por nós guardas municipais, a coisa andaria”; “com os militares no comando a Guarda é uma instituição atrasada”; “a Guarda sob o jugo dos coronéis não vai pra frente”; entre tantas outras sentenças ditas pelos agentes.

4.2.2 As percepções dos agentes participantes

Após trinta dias de intensa coleta de dados, entre os meses de novembro de 2019 e janeiro de 2020, foram entrevistados 32 agentes efetivos da Guarda Municipal de Maceió, entre os quais 27 agentes do gênero masculino e 5 agentes do gênero feminino. Embora tenham sido convidados 50 agentes da GMM, onde 20 desse quantitativo total eram agentes do gênero feminino e, os demais 30, do gênero masculino. Todavia, apenas 27 agentes do gênero masculino e 5 do gênero feminino aceitaram voluntariamente participar da pesquisa. Desistiram, então, 15 agentes femininos e 3 agentes masculinos.

As entrevistas analisadas são frutos da coleta das respostas obtidas durante os grupos focais e a aplicação das entrevistadas, com 22 perguntas entre fechadas e abertas, além de notas adquiridas informalmente durante a aplicação. Assim, nossa análise se dará de forma contextual e linear³⁰ apresentando as respostas dos agentes, à integra, quando for o caso.

A forma operacional de analisar as respostas dos agentes entrevistados será através da análise reflexiva sobre as percepções dos entrevistados. Utilizamos tal análise como uma exigência metodológica para interpretar e traduzir as percepções dos agentes para daí observamos quais elementos contribuem para a construção do subcampo da GMM como um espaço social de disputas por prestígio social e capitais simbólicos.

A partir das desistências dos agentes, percebemos como o subcampo da GMM funciona: i) que dentro da perspectiva estrutural da Sociologia Disposicionalista, o subcampo é constituído de regras e normas e, como tal, devem ser cumpridas; ii) que as regras e as normas impõem sobre os agentes e sobre os grupos internos a maneira como se deve jogar em seu interior; iii) que para integrar-se a determinados grupos e entrar na disputa por capitais e por prestígio, o agente deve reconhecer o jogo jogado e jogar conforme tais regras e normas; iv) que os agentes que desistiram não saíram do subcampo da GMM, apenas optaram por não disputarem por capitais nem prestígio, resignando-se na posição em que se encontravam; v) mesmo que os desistentes da pesquisa, em conversa informal, tenham nos revelado que as posições em que se encontram tenha algum tipo de capital e prestígio a serem disputados, significa que, os desistentes disputam da mesma forma que os que participaram da pesquisa no interior do subcampo da GMM.

³⁰ A linearidade de que falamos refere-se ao estilo de escrita que acreditamos ser adequado para a nossa pesquisa, que é de forma sequencial apresentar os resultados sucessivamente. Isso se deve no intuito de dar maior dinamicidade e proximidade com os resultados obtidos.

Sendo assim, decidimos analisar os dados oferecidos e colhidos por esses 32 participantes, visto que tal quantidade atendeu nosso objetivo que é o de compreender como se dão as disputas por prestígio social entre os agentes e no interior da instituição Guarda Municipal de Maceió, se tal prática se dava através do acesso ou não aos capitais simbólicos dispostos pela instituição. Visibilizando ainda, como dissemos em capítulo específico a instituição GMM como um subcampo da segurança pública de Maceió.

Nesse sentido, construímos o Quadro 6, a seguir, que apresenta os números a partir de grupos internos da GMM em respostas às Perguntas 11, 12, 14, 15, 18 e 20, respectivamente, dentre as 22 proposta em todo roteiro de perguntas³¹ da entrevista que também foi aplicado nos grupos focais. A partir desses números iremos buscar interpretar os resultados, se há ou não prestígio social o guarda municipal trabalhar armado, se tem prestígio social entre os próprios agentes da GMM, se o agente pretende ou não mudar de área/atividade, se integrar grupos mais operacionais traz mais prestígio social para o agente e se o guarda municipal entrevistado se esforça para conseguir os aspectos (coisas ou elementos) que dão prestígio ao guarda municipal.

Esses aspectos, traduziremos como os capitais simbólicos à perspectiva disposicionalista. Os impulsos representados pelo esforço do agente em buscar tais aspectos e disputar ou não determinados espaços sociais no interior do subcampo da GMM iremos traduzir à luz da Sociologia em escala individual.

Quadro 6 – Das funções e Respostas obtidas através das entrevistas junto aos participantes da pesquisa (2019)

Áreas/Funções (Quantidade)	Gostaria de atuar em outra área? (P11)	A área que atua tem prestígio social? (P12)	Na sua opinião a GMM armada tem mais prestígio entre os guardas? (P14)	Trabalhar armado lhe traz mais prestígio social? (P15)	Integrar grupos mais operacionais lhe dá maior prestígio social entre os guardas municipais? (P18)	Você se esforça para alcançar esses aspectos (coisas ou elementos)? (P20)
Administrativo/burocrático: (2)	Sim: 1 Não: 1	Sim: 0 Não: 2	Sim: 2 Não: 0	Sim: 1 Não: 1	Sim: 1 Não: 1	Sim: 1 Não: 1
Policimento ostensivo: (9)	Sim: 1 Não: 8	Sim: 5 Não: 3 N/R: 1	Sim: 4 Não: 5	Sim: 3 Não: 5 N/R: 1	Sim: 3 Não: 6	Sim: 7 Não: 2
Operacional/patrimônio: (13)	Sim: 3 Não: 10	Sim: 4 Não: 9	Sim: 10 Não: 3	Sim: 8 Não: 5	Sim: 6 Não: 7	Sim: 4 Não: 8 N/R: 1
Operações especiais: (6)	Sim: 0 Não: 6	Sim: 1 Não: 5	Sim: 3 Não: 3	Sim: 1 Não: 5	Sim: 1 Não: 5	Sim: 5 Não: 1
Inteligência: (1)	Sim: 0 Não: 1	Sim: 0 Não: 1	Sim: 0 Não: 1	Sim: 1 Não: 0	Sim: 1 Não: 0	Sim: 1 Não: 0
Mandato classista: (1)	Sim: 1	Sim: 1	Sim: 1	Sim: 1	Sim: 1	Sim: 0

³¹ Vide no Apêndice o Roteiro de Perguntas aplicado durante os grupos focais e as entrevistas.

	Não: 0	Não: 0 N/R: 1				
Total: (32 agentes)	32	32	32	32	32	32

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

O Quadro 6 apresenta os dados coletados durante as entrevistas individuais e as entrevistas coletivizadas e representam, por hora, em nosso entendimento, os resultados em números das principais perguntas que compõem o Roteiro de Perguntas (vide em Apêndice o Roteiro completo).

Nas respostas contidas no Quadro 6, percebemos, ainda, algumas respostas que representam contradições, como os agentes que pensávamos hipoteticamente considerarem o grupo que integra como um grupo de prestígio social, e surpreenderam com resposta negativas. Embora, não deixem de jogar o jogo no interior do espaço social dos grupos que integram, ou seja, cumprir a partir das atribuições e regras e normas as funções e as missões impostas pelos grupos.

Distribuídos por áreas/funções que caracterizam cada grupo/grupamento conforme os aspectos contidos nos Quadros 3 e 4, onde indicamos as atribuições de acordo com as leis e decretos e a metodologia de trabalho conforme ação dos seus agentes e grupos demandados pela GMM através da aplicação dos modelos de policiamento reativo (MPR) e policiamento proativo (MPP).

Assim, os agentes que participaram das entrevistas coletivizadas³² estão distribuídos, além dos grupos internos, em áreas e funções, e, de tal maneira, as perguntas (P) 11, 12, 14, 15, 18 e 20 são fundamentais para a compreensão das falas em que têm como focos as disputas por prestígio social e capitais simbólicos, elementos/aspectos que os grupos internos disponibilizam para que seus agentes disputem.

As categorias que construímos no Quadro 6 são 6: i) Administrativo/burocrático, no qual pertence o grupo interno Corpo da Guarda, com a participação de 2 agentes; ii) Policiamento ostensivo, no qual pertencem os grupos internos ROMU, GAAO, SIAV e GAS, com a participação de 9 agentes; iii) Operacional/patrimônio, no qual pertencem GPOP, guardas de posto, Bike Patrulha, Banda de Música e, ainda, Corpo da Guarda, com a participação de 13 agentes; iv) Operações especiais, no qual pertence o GAAO, com a participação de 6 agentes; v) Inteligência, no qual pertence o COI, com a participação de 1

³² A princípio pretendíamos aplicar o grupo focal como ferramenta metodológica, no entanto, ao adentrarmos no subcampo da GMM, percebemos que deveríamos aplicar um modelo – a entrevista coletivizada – que se adequasse à realidade do subcampo, devido a diversos fatores, entre os quais: i) disponibilidade de horários e de escalas dos agentes participantes; ii) quantidade que na ocasião encontramos; e, iii) de nossa mobilização para que os agentes em número mínimo de 5 pudessem participar das entrevistas coletivizadas.

agente; e vi) Mandato classista, no qual pertencem os agentes que estão à disposição de sindicatos e associações, com a participação de 1 agente.

Os resultados foram operacionalizados de duas formas: i) os agentes que responderam afirmativamente e, ii) os que responderam negativamente; houve dentre esses que responderam “sim” ou “não” que se abster-se de responder determinadas perguntas, no que foram atendidos de forma respeitosa.

Assim, olhando para os dados desse quadro quando perguntamos aos agentes, por área/função se gostaria de atuar em outra área ou atividade, das 6 categorias, numa visão mais abrangente, obtivemos respostas negativas (“não”) de 25 agentes, dando destaque para as áreas/funções do Policiamento ostensivo que, dos 9 participantes, 8 responderam “não” e apenas 1 respondeu “sim”, para a área Operacional/patrimônio que, dos 13 participantes, 10 responderam que “não” e apenas 3 responderam “sim”, e na área Operações especiais onde todos os 6 participantes responderam que “não”, o equivalente a 84% do total dos 32 participantes.

Isso significa que os agentes que disseram “não” preferem continuar no mesmo jogo em que estão, ou seja, nos grupos que integram no interior do subcampo da GMM, reforçando ainda nossa hipótese de que no interior desses grupos/grupamentos, as disposições de que oferece a GMM para que seus agentes possam disputar por capitais simbólicos e prestígio social contribuem para que continuem a jogar o jogo ou, por outro lado, conformem-se de que manterem-se nos grupos possa garantir-lhe acesso a tais capitais e prestígio social.

De tal maneira, quando lançamos aos grupos a Pergunta 12 (P12), resumidamente, “A área que atua tem prestígio social?”, obtivemos 20 respostas “não”, 11 respostas “sim” e 1 abstenção. O destaque é um tanto curioso se olharmos para o interior desses grupos, mais especificamente: os agentes que integram o Policiamento ostensivo pensam que a área que atuam tem prestígio social, dos 5 que responderam sim frente aos 3 que responderam “não” e a abstenção. Parece que trabalhar sob os modelos de policiamento mais tradicionais para esse grupo trazer-lhes maior prestígio social do que o trabalho exercido pelos demais grupos.

Já os agentes que integram o maior grupo interno da GMM, o Operacional/patrimônio a grande maioria dos participantes, os 9 responderam que “não” e 4 que “sim”; curiosamente, os agentes que integram o GAAO, grupo que mantém maior visibilidade no interior do subcampo da GMM, responderam que “não” tem prestígio social. Todavia, em conversas informais durante os preparativos das entrevistas, esses mesmos agentes participantes revelaram que o fato de não terem prestígio social a área que atuam refere à área Guarda Municipal, de forma global, e não internamente, como operações especiais. A área guarda

municipal em meio a tantas outras áreas como a das polícias estaduais, distritais e federais é a que detém menor prestígio social, ou melhor, nenhum prestígio social.

Embora, tem-se notado a luta desenfreada pela aquisição de porte de arma de fogo para as guardas municipais, os resultados que obtivemos representam a contracorrente dessa tendência, pois, curiosamente, o porte de arma de fogo, como um dos principais capitais simbólicos disputados no subcampo da GMM, e divide as opiniões dos agentes participantes que ora respondem que “não” representa prestígio social, ora respondem que “sim” pois quando perguntado se na opinião deles a GMM armada tem mais prestígio social entre os guardas (P14), obtivemos os seguintes resultados: 12 dos participantes responderam que “não” e 20 responderam que “sim”; o número elevado dos que responderam “não” pode estar relacionado aos fatores que vão desde o tempo de serviço à idade, quando se reconhece que para um agente que está inserido nas variáveis de tempo de serviço acima de 20 anos e de idade avançada acima de 41 anos de idade, ter o porte de arma de fogo pode não constituir mais prestígio social.

Observando, ainda, os dados distribuídos no Quadro 6, ao ser perguntado aos participantes se trabalhar armado lhe traz prestígio social (P15), obtivemos dos 32 entrevistados 15 respostas “sim”, 16 respostas “não” e 1 abstenção. Mais uma vez esperávamos que trabalhar armado constituísse para o agente que estar portando a arma de fogo um prestígio social bastante disputado. Mas através da observação participante quando o pesquisador de maneira informal lança algumas perguntas para além do roteiro de perguntas como “por que trabalhar armado não representa um prestígio social entre os guardas municipais?” e as respostas, mesmo diversas, caminham para um mesmo sentimento: de que trabalhar armado pode não representar prestígio social para o agente, mas, enquanto capital simbólico material, bastante cobiçado e, portanto, disputado no interior do subcampo da GMM. Ou seja, a maioria que respondeu “não” vê no trabalho armado uma necessidade do serviço em que atuam para garantir não apenas a própria segurança como do patrimônio público.

Quanto a Pergunta 18 (P18) do roteiro de perguntas que versa sobre integrar grupos mais operacionais dá maior prestígio social ao agente participante entre os guardas municipais, obtivemos os seguintes resultados: 19 dos participantes responderam que “não” e 13 responderam que “sim”. Resultados contraditórios que demonstram que integrar grupos mais operacionais, para a maioria dos respondentes, não representa ter prestígio social; isso significa que até mesmo os que integram os grupos de operações especiais não veem como prestígio social integrar o grupo em que está integrado. No entanto, não pretendem mudar de

área, admitem jogar o jogo imposto pelo grupo. Provavelmente, resignados ou conformados, por diversos fatores, entre os quais, obtivemos antes da aplicação das entrevistas coletivizadas, a desmotivação. Provavelmente, se o quadro de efetivos da GMM fosse composto de novos agentes ingressantes, o resultado seria outro. Jogar o jogo dos grupos que integram, resignados e conformados, descartando as opções de mudança de área e de atuação.

Em nossa proposta de pesquisa “Uma Sociologia Disposicionalista da Guarda Municipal de Maceió/AL”, sugere de forma emergencial para compreender os resultados obtidos o seguinte acréscimo “entre as disputas e as não disputas: a resignação”. Provavelmente para nossa compreensão, levando-se em consideração que os agentes que participaram da pesquisa têm trajetórias diversificadas e experiências vividas, em tese, ao longo de muitos anos, reforçam o nosso pensamento de que as experiências convividas no interior do subcampo da Guarda Municipal contribuíram nos resultados que obtivemos de cada agente, indicando aí a singularidade individual do sujeito, em suas falas e percepções, conforme a perspectiva da Sociologia Disposicionalista em escala individual, de Bernard Lahire.³³

Entre a disputa e a não disputa dos agentes por capitais simbólicos e por prestígio social, obtivemos as respostas da Pergunta 20 (P20) que se refere ao esforço do agente para alcançar os aspectos (coisas ou elementos) que dão prestígio social: dos 32 participantes, 18 responderam que “sim”, 12 responderam que “não” e, apenas 1 abstenção. Mais uma vez os resultados, mesmo que indiquem que a maioria esforça-se em alcançar os aspectos que dão prestígio social, ainda assim, há um número expressivo que responderam “não”. É possível que esses dados indiquem também não só a disputa por capitais simbólicos e prestígio social, mas também o sentido inverso, sugerindo assim uma corporação desmotivada, resignada e conformada

Outra observação que fazemos, que parece reforçar não apenas a desmotivação em parte dos agentes da GMM, é a forma como os grupos operacionais foram criados no interior do subcampo. Tomemos como exemplo o Grupo de Ação e Apoio Operacional (GAAO), grupo interno da GMM similar ao Batalhão de Operações Especiais (BOPE), grupo interno da PMAL. O GAAO, grupo interno da GMM criado através de Portaria (e não de Lei ou de Decreto municipais), em 2012, com especificações que atendiam a um seleto grupo de agentes

³³ O fato de encontrarmos em algumas respostas as indicações das trajetórias dos agentes, como ter servido às Forças Armadas e daí despertar o interesse para seguir uma carreira próxima à carreira militar, no caso, consideradas as similaridades (vestir farda, utilizar acessórios como cinto de guarnição, algema etc.), entendemos como fatores que nos levam a acreditar na inferência da trajetória, mesmo não estudada profundamente, nas escolhas e percepções dos agentes participantes da pesquisa.

da GMM, cujas características (ter servido às Forças Armadas, ter vigor e preparo físico, ter “garra” e vontade de agir e atender operações de caráter operacional, ter aptidões física e psicológica, saber manusear arma de fogo e ter cursos específicos na área etc.) que ao invés de oferecer oportunidade, de forma impessoal e constitucional, aos demais agentes, foi justamente criado e manipulado por um grupo seletivo de agentes.

Grupos internos como o grupo interno Serviço Indenizado de Adesão Voluntária (SIAV) cujo capital disputado no subcampo da GMM é o capital econômico, não é para todos os agentes, mesmo que a Lei de sua criação e regulamentação atestem isso. Pois, como ouvimos antes das entrevistas, nas conversas informais, tal grupo já trazia em seu rol os agentes que teriam o privilégio de integrá-lo.

Diante disso, ao olharmos para os resultados obtidos de um número de agentes participantes, individualmente, as respostas indicam, em dada medida, a cautela dos agentes em disputar por capitais simbólicos e prestígio social, sem desprezar os fatores (como condições de trabalho, falta de um plano de cargo e carreira etc.) e variáveis (idade, tempo de serviço, escolaridade etc.) que pesam sobre os resultados e de como esses agentes jogam o jogo no interior do subcampo, se interessados ou não nas disputas, apresentamos os seguintes resultados individuais como base dos seguintes agentes entrevistados: i) Agente Entrevistado 1 (E1), de 40 anos de idade, gênero masculino, declara-se negro; pós-graduação em Direitos Humanos e Diversidade; 19 anos de instituição; função operacional/patrimônio; ii) E2, de 48 anos de idade; gênero masculino; declara-se pardo; pós-graduação em Auditoria Ambiental; 23 anos e 3 meses de instituição; função operacional/patrimônio; e, iii) E3, de 44 anos de idade; gênero feminino; declara-se indígena; pós-graduação em Auditoria Ambiental; 22 anos de instituição; função operações especiais. E assim sucessivamente, caso a caso.

Os dados coletados nos ajudam a entender que a formação, ou o capital cultural adquirido em suas trajetórias, influencia os agentes tanto nas respostas às entrevistas, quanto na escolha da área que atuam esses agentes no interior do subcampo da GMM.

O Entrevistado 1 (E1) quando lhe perguntado se gostaria de atuar em outra área/atividade (Pergunta 11), responde que “não exatamente, a principal carência é retirar os plantões sozinhos, contrariando qualquer diretriz do fazer segurança pública”.

A princípio o E1 reconhece que o trabalho sozinho é a principal carência do serviço, ou seja, garantir a segurança do patrimônio público, no trabalho por plantões ou escalas de serviço como secretaria, posto de saúde, escolas municipais etc.

Trata-se do típico “guarda de posto”, que em sua prática profissional cumpre escala de serviço, ora 12 por 48, ora 24 por 72 horas, ora horário comercial de 6 ou 8 horas diários, de

segunda a sexta. Geralmente, ocorre de os agentes com tal pensamento e situação, sentirem-se desmotivados para ingressarem em outros grupamentos mais “ativos” e mais “operacionais”. Com essas disposições tal agente guia-se para não despertar em si interesse de “mudar” sua prática e disputar por grupos mais bem vistos, com *status* social mais “aceitável” entre os agentes no interior da GMM.

Por outro lado, mesmo “contrariando” as “diretrizes” do fazer segurança pública, o agente E1 entende por tais “diretrizes”, que garantir a segurança do patrimônio e até mesmo a proteção das pessoas – dos usuários, munícipes –, o próprio agente deve sentir-se seguro, ter equipamentos afins (aí seriam os capitais simbólicos materiais), que o auxiliem no exercício da função exigida pela instituição. O sucesso de sua investitura no serviço é cumprir a missão como pode, mesmo contrariando as “diretrizes” de que fala. Esse sentimento reflete uma condição quase de abandono, e sua instituição só funciona na forma coercitiva do cumprimento da escala de serviço dentro do horário preestabelecido.

As diretrizes podem estar alinhadas aos princípios constituídos da legalidade e da proporcionalidade previsto na CF de 1988, mas como tal, os agentes encaram a não obediência a esse instituto como “natural”. Bastante complexo observar essa “naturalidade” que se tornou tão comum. Percebemos ainda, uma inquietação no E1, quando o fato de aceitar submeter-se a tais condições de trabalho, mesmo que dentro de uma anormalidade “legitimada” pela GMM, uma vez que, informalmente, o E1 aponta para a ingerência da corporação. Não se trata aqui, de uma denúncia ou de estabelecer termos de panfleto, é que os fatos ora fundem-se à complexidade subjetiva do agente entrevistado, ora a uma realidade “normal” permitida e permissiva. Durante sua “carreira” ao longo de 19 anos, quais disposições ou *habitus* as experiências vividas lhes moldou objetiva e subjetivamente?

As disposições que observamos nesse agente, conforme a perspectiva de Lahire, que, pelos contextos que tenha experienciado ao longo de seus 19 anos de corporação tenham lhes “ensinado” no “corpo” que não disputar – e talvez tenha disputado por postos de serviços menos perigosos – por privilégio social e capitais simbólicos específicos de determinados grupos, não lhe tenha interessado nem lhe encantado a jogar o “jogo” no interior dos grupamentos que integram o subcampo da GMM. Ou, desinteressado entenda que trabalhar como “guarda de posto” não ofereça uma atuação mais a “ativa” seja com a função de policiamento ostensivo do grupamento ROMU ou do de operações especiais do grupamento GAAO.

Todavia, ao longo de sua participação durante a entrevista apresente elementos que caberiam a corporação assumir como o fato de ter como ideal por unidade de serviço pelo

menos 2 guardas municipais trabalhando na função operacional/patrimônio. Contudo, reconhece que, mesmo para os agentes que não integram grupamentos ostensivos e especiais, também possam exercer suas funções com porte de arma de fogo – da própria corporação GMM –, capitais simbólicos bastante disputados pelos agentes.

Contextualmente, para o E1 não se pode oferecer segurança do patrimônio envolvendo bens materiais públicos e valores, se o agente não consegue garantir a própria segurança.

As diretrizes de que fala o E1 podem ser entendidas também como o “agente estar bem equipado adequadamente com: fardamento, bastão perseguidor (BP), colete balístico, arma de fogo, pistola não-letal etc.”, e, conseqüentemente, o mínimo de estrutura física para confortar o serviços do agente, que vai desde uma guarita com estruturas mínimas e humanas a água potável.

Fica a sugestão, ainda, de que, mesmo “contrariando as diretrizes do fazer segurança pública”, os agentes têm sofrido, em diversos postos de serviço, privações por falta de banheiro e de alojamento para plantonista de 12 a 24 horas por escala de serviço. Assim, percebe-se no discurso do E1 que ânimo, motivação e interesse não estão em sua lista de prioridades profissionais.

Para o agente E1, a área ou atividade em que atua, se comparada com as demais como a operações especiais ou a serviço de inteligência não lhes traz prestígio social; o “guarda de posto”, categoria criada na vida prática dos agentes, é visto como “inferior”.

Ademais, no entendimento do E1 a GMM armada tem maiores possibilidades de “autodefesa”, no entanto, “há grupos que por trabalharem armados detém prestígio sim”. O que nos chama a atenção, a resposta dada pelo E1 quando lhes perguntamos (P14) se a GMM armada teria mais prestígio social, e sua resposta de que “trabalhar armado não é sinônimo de prestígio”. Para o agente E1, mesmo os guardas municipais que trabalham armados, em sua maioria, integram grupamentos³⁴ específicos, com melhor estrutura de trabalho.

Quando lhe perguntado “Quais os grupos/atividades dentro da GMM têm maior prestígio? E por quê?” Para o agente E1 “pertencer aos grupamentos e ao administrativo diz respeito a autoproteção de seus componentes e a força reivindicatória”. Parece que por trás desse discurso as dificuldades laborais de que enfrenta o agente E1 enquanto “guarda de posto” é enfrentar situações de risco com reação a sinistros, violências contra o patrimônio público etc.

³⁴ Por grupamentos compreendemos como aqueles grupos constituídos por um determinado número de agentes para executar atividades específicas de acordo com suas funções, como o GAAO, ROMU etc.

É importante o depoimento do E1 porque ele participou de diversos grupamentos, entre os quais o GAAO, o GAJAR, o CPCOM. Hoje sua função é atuar como “guarda de posto” há cerca de 17 anos. Mesmo atuando numa mesma área há tanto tempo, quando lhe perguntado se gostaria de atuar em outra área no interior da GMM, o E1 respondeu que “não” e, logo em seguida, apresenta como argumentos que a principal carência são os plantões trabalhados sozinho, isso por falta de efetivo na corporação. (E1, 6 de março, 2020).

O discurso apresentado pelo E1 é o da legalidade e do bom senso, pois executar determinadas tarefas, em tese, “fere” as diretrizes daquilo que ele denomina como “o fazer segurança pública”.

O agente alcunhado de “guarda de posto” é aquele que desde sempre tem trabalhado ou trabalha em posto de serviço fixo, que compreende unidades de saúde, creches e escolas da rede municipal, secretarias etc. E mesmo exercendo sua função institucional é visto como um serviço “menor” em comparação com as “missões” que os demais grupamentos assumem. Essa maneira de ver a instituição, os grupos internos e os próprios agentes, é construído a partir do senso prático adquirido ao longo dos anos de convívio dos agentes; as práticas profissionais que acabam se sedimentando no cotidiano dos guardas, sinalizam para contextos sociais vividos que demonstram que de um lado existem grupos internos com maior prestígio social e grupos internos com menor prestígio ou nenhum.

Nossa hipótese comprova-se quando percebemos na fala do E1 o **desinteresse** em exercer uma função menos “inferior”, quando ele reconhece que trabalhar sob as condições de confronto às “diretrizes do fazer segurança pública” e como tal continua trabalhando, sinaliza para a possibilidade das disposições que ele traz para o exercício profissional, tanto que há 17 anos exerce a mesma função de “guarda de posto”, e não disputar sua inserção nos grupos internos maior prestígio social.

O “desinteresse” é um elemento que apareceu nas percepções dos agentes participantes e que nos chamou a atenção, por isso que entendemos, à luz da perspectiva bourdieusiana, abordar sobre, pois, acreditamos, ainda, haver pistas de sua influência nas escolhas dos agentes participantes por migrarem, saírem ou permanecerem na disputa por capitais em determinados grupos internos que detém para si prestígio social na GMM.

Assim como existe o interesse em entrar no jogo interno dos grupos que disputam prestígio social e capitais simbólicos no interior do subcampo da GMM, e, conseqüentemente, detém maior prestígio social, também o **desinteresse** estudado por Bourdieu (2004), quando o agente convence a si mesmo de que não quer participar de determinados jogos. Esse desinteresse de que falamos é o que Bourdieu (2004) define:

O interesse, no verdadeiro sentido, é aquilo que me importa, o que faz com que para mim haja diferenças - e diferenças práticas (que inexistem para um observador indiferente); trata-se de um juízo diferencial que não é orientado somente por fins de conhecimento. O interesse prático é um interesse pela existência ou não-existência do objeto (ao contrário do desinteresse estético segundo Kant e da ciência, que coloca em suspenso o interesse existencial): é um interesse por objetos cuja existência e persistência comandam direta ou indiretamente minha existência e minha persistência social, minha identidade e minha posição sociais (BOURDIEU, 2004, p.109).

O desinteresse é observável, tanto que a resposta que o E1 dá quando lhe perguntamos o que ele gostaria que tivesse na área em que atua e trabalha que tem em outras áreas (P13) e a resposta que obtivemos foi “No mínimo trabalhar em dupla, com todos os equipamentos de proteção individual e fornecidos pela instituição” (E1, Apêndice 1, 2020). Mas não em grupamentos, continuando como guarda de posto.

Ora, o pragmatismo constitutivo no discurso e no interdiscurso da resposta do E1 remete às condições que o subcampo da GMM oferece para os seus agentes, visto que não apenas esse agente vivencia tal experiência e contexto, mas a grande maioria que é visto como “guarda de posto”.

Para o agente E1 os grupamentos de maior prestígio são os que integram os grupos operacionais/ostensivos/especiais, como o GAAO, o ROMU e GPOP, e os grupos mais burocráticos ou com alguma atividade de cunho educativo/artístico/administrativo como o Corpo da Guarda (os que trabalham no administrativo, vide Quadro 1) e a Banda de Música, porque os que compõem o primeiro grupo trabalham conforme a demanda de operações e missões, com maior visibilidade na sociedade e, portanto, maior prestígio; já os do segundo grupo, embora com prestígio social, a função que exercem oferece para seus agentes um tipo de serviço menos perigoso, mais reservado, cultural, eximindo-os de riscos maiores como sinistros e violência contra o patrimônio público.

Mas quando lhe perguntado se integrar os grupos mais operacionais lhe dá maior prestígio entre os guardas municipais (P18) o agente E1 respondeu: “Como já dito, não é necessariamente prestígio mas uma força maior em deliberações e ação/reação circunstancial, diverso do guarda de posto que se vale de si mesmo apenas” (E1, Apêndice 1, 2020).

Em alguns momentos da entrevista percebemos uma certa retração/cautela dos entrevistados, o que também se percebe em respostas contraditórias, pois, mesmo tratando a GMM como uma instituição não militar, de caráter civil, a direção e cargos de alto escalão são ocupados por militares de alta patente. Se aí ele se contradiz devido a algum tipo de preocupação que ele não quis revelar, logo na Pergunta 19 (P19) reabilita-se e mantém o

discurso inicial. Quando lhe solicitado alguns aspectos que dão maior prestígio social entre os guardas municipais, ele nos responde da seguinte forma: “Trabalhar em grupamentos, preferencialmente com inspetor e/ou subinspetor que respalde, tanto moralmente, quanto legitimamente, como se diz ‘de fato e de direito’ em todas as ações/reações circunstanciais. Trabalhar no administrativo” (E1, Apêndice 1, 2020).

Para o E1 a lógica do jogo, não é apenas disputar o prestígio social e os capitais, mas atuar de forma legítima, legal, com a presença de superiores hierárquicos (inspetor e subinspetor). Contudo, observamos aí que o capital simbólico resume-se em dois elementos: o da legitimidade (que os códigos garantem) e a autoridade (garantida pela presença de agentes de comando).

Durante a entrevista perguntamos para o E1 se ele se esforça para alcançar os aspectos (coisas ou elementos) que dão maior prestígio social entre os guardas municipais (P20), e a resposta que obtivemos foi: “Sob alguns aspectos é difícil se enquadrar em determinadas condições de serviço, uma vez que, em detrimento de suas ‘vantagens’, há princípios morais, e mesmo casuísticos, deixados de lado para se inserir em determinados arranjos” (E1, Apêndice 1, 2020). As “vantagens” práticas de ter os aspectos que dão maior prestígio social entre os guardas municipais (P21), na visão do E1 são: “Maior flexibilidade de horários na impossibilidade de comparecimento na escala oficial; possibilidade de ajuda mútua quando necessário; acesso direto aos comandos dos grupamentos, etc.”

E quantos aos aspectos (coisas ou elementos) que dão menor prestígio social entre os guardas municipais (P22), o agente E1 respondeu: “Trabalhar em postos [de serviço], sozinho, desarmado, sem um alojamento que atenda as mínimas necessidades, ausência de superior imediato nas demandas circunstanciais de serviço etc.”

Observamos em seu discurso do agente E1 que um dos elementos que dá maior prestígio social ao agente é integrar grupos mais operacionais e ter sempre um superior imediato supervisionando o serviço.

A trajetória profissional do E1, dentre os 19 anos de guarda municipal, resume-se em serviços tirados nos postos fixos, atividades externas de ronda a pé e participação rápidas, no início de sua carreira, em grupamentos mais operacionais como o GAAO, GAJAR e CPCOM, dedicando-se 17 anos como guarda de posto. As disposições apresentadas pelo subcampo da GMM, que fica sugerido nos interdiscursos do agente que os “condicionamentos” observados por Lahire (2005) incorporam-se ao “*habitus* de classe” do agente. No caso do agente E1, observamos tais condicionamentos internalizados na função que se predispõe a exercer no interior da GMM, quando resignado desinteressa-se em mudar de área ou de atividade; esses

condicionamentos são reflexos das exigências do próprio subcampo de atuação quando ele diz que é “preciso enquadrar-se”, e em não se enquadrando, submete-se aos condicionamentos impostos pela função que exerce; tal perspectiva alinha-se à visão de Lahire (2005) ao apontar que “o *habitus* de classe como forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe” (LAHIRE, 2005, p. 15).

Por outro lado, o agente E2 tem 23 anos de experiência na instituição e como descrito na epígrafe exerce a função operacional/patrimônio há 23 anos, ou seja, desde que ingressou na Guarda Municipal de Maceió não participou de nenhum outro grupamento senão o de “guarda de posto”. Inquieta-nos então que tipo de trajetórias o agente E2 construiu em sua “biografia profissional” e que tipos de contexto social vivenciara ao longo de todos esses anos.

Ao aplicarmos as a entrevista durante a entrevista coletivizada que participou, ao perguntar-lhes se gostaria de atuar em outra área/atividade da GMM (P11), e se a área/atividade da GMM em que atua, comparada às demais, tem algum prestígio social entre os guardas municipais (P12) e o que gostaria que tivesse em sua área/atividade que tem nas demais (P13), ele nos deu a seguinte resposta escrita: “Não, devido a vulnerabilidade das leis na qual sinto firmeza”, “às vezes, depende muito da atitude do guarda”, e “Um maior respeito por parte da corporação”, (respostas às P11, P12 e P13).

Para o agente E2 sua visão está ligada às questões jurídico-administrativas, ao entender que para participar de outros grupamentos, mesmo que constituídos e funcionando no interior do subcampo da GMM, o seu interesse ou motivação partiria da confiança e certeza de que os grupamentos tivessem algum respaldo legal, e como tal, a vulnerabilidade das leis, possivelmente as leis que não incluem a instituição Guarda Municipal como uma corporação policial, de fato e de direito, como as corporações policiais mais tradicionais que possuem segurança jurídica para exercer suas atividades nas ações junto à sociedade.

Nesse contexto, é importante a Sociologia em escala individual, de Lahire, para a nossa análise dos elementos discursivos das falas obtidas em respostas à nossa entrevista, justamente para demonstrar a singularidade do indivíduo e de como este constrói suas trajetórias e de como as disposições aparecem no indivíduo nos contextos sociais experienciados. Onde a perspectiva disposicionalista, de Bourdieu, não alcança quando a individualidade e a diversidade de contextos sociais aparecem através do estoque de conhecimento, do acúmulo de disposições durante sua trajetória de vida.

Os agentes E1 e E2, que pertencem ao quadro de efetivos da GMM, enfrentam a mesma linha de dificuldades quanto às posições no interior do subcampo da GMM na

condição de “guarda de posto” que é uma posição de menor prestígio social. Tanto que ao nos responder o agente E2 a pergunta 13 sobre o que gostaria que tivesse em sua área/atividade que tem em outras, as palavras-chave foram “maior respeito”.

A partir dessa resposta, entendemos que se trata de uma área de menor prestígio social que até o “respeito” em comparação às demais áreas/atividades parece não ser distribuído de forma equitativa.

Quando perguntamos sobre se a GMM armada tem mais prestígio entre os guardas municipais, o agente E2 nos respondeu que “é complicado porque o comando da GMM não cumpre o Estatuto do Desarmamento, até porque o porte [de arma] tem que ser pra todos” (P.14).

E o nosso reconhecimento no entorno da possibilidade da GMM trabalhar armada como um dos capitais simbólicos que dão maior prestígio ao agente, o E2 ratifica uma de nossas hipóteses, pois os elementos discursivos aparecem na resposta que o agente E2 nos dá: “Sim. Porque os GMs em sua maioria acredita que possam atuar na rua como patrulha ostensiva” (P.15).

O fato de o agente E2 optar em não “disputar” outra área ou atividade por questões ligadas à “vulnerabilidade das leis” que, se estivessem sendo não quer dizer que discorda que estar integrado a determinados grupamentos e ter adquirido capitais simbólicos não trazem prestígio social e “respeito” entre os GMM. Pois, o agente E2 acredita que trabalhar armado lhe traz mais prestígio social entre os guardas municipais (P15) e os grupamentos de maior prestígio social no interior do subcampo da GMM, para ele, são o GAAO e ROMU “por acreditarem serem operacionais [e] ter [o] poder de polícia, coisa que não existe” (P16).

Assim, ao entendermos o discurso do participante E2, a credibilidade depende também de um órgão mais presente e que dê respaldo aos seus agentes, como observamos na resposta dada à P17, se o participante participou ou não e se gostaria de participar de alguns grupos ou atividades e ele nos responde: “Não, por não ter um órgão que nos proteja em qualquer ação que envolva o guarda”. A credibilidade de que falamos não está relacionada a confiança mas ao prestígio social que os grupamentos da GMM podem ter e obter, pois confiança trata-se a um termo que se liga às questões relacionadas ao binômio honestidade/desonestidade. E o grupo interno que possuir prestígio social maior no interior do subcampo da GMM não traz para si essa láurea de disposições que garantem prestígio pelo fato de o agente integrar, mas pelo fato de os grupos internos significarem maior prestígio por ter mais capitais simbólicos.

O discurso do agente E2 é um tanto contraditório e agregamos a isso pela experiência que traz o pesquisador em seus 23 anos de corporação ao temor a algum tipo de represália por

parte do comando. Pois, ao responder a questão P19 sobre os aspectos (coisas ou elementos) que dão maior prestígio social entre os guardas municipais, o agente E2 obtivemos a seguinte resposta: “Armamentos (arma de fogo, taser, entre outros), para obter depende da direção, que emperram [por meio da] na burocracia”.

E da desistência do esforço de alcançar tais aspectos, a resposta do E2 foi: “Já mim (*sic*) esforcei muito, hoje não enquanto o comando for [composto de] militar a guarda nunca alcançar este objetivo. Por pura vaidade do regime militar, [pois] qual militar que quer ver os guardas armados?” (P20).

As vantagens práticas de ter tais aspectos (coisas e elementos) que dão maior prestígio entre os guardas municipais (P21) na percepção do E2 é: “Acredito que na teoria o GMM, com uma arma de fogo se sente seguro até pra defender a própria integridade física”; e chamamos a atenção ao citar os aspectos que dão menor prestígio social como: “Cassetetes, BP, enfim tudo que não seja letal” (P22).

Já o agente E3, tem 44 anos de idade, possui 22 anos de instituição, declara-se indígena e tem como função sua atuação em grupamentos de operações especiais. Essa agente atuou em diversas áreas e grupamentos da GMM, entre os quais o GAAO, o antigo grupo CGTRAN (extinto), CPCOM (extinto), Guarda Comunitária (extinto) e postos de serviço. Ao ser perguntado se a GMM armada tem mais prestígio entre os guardas municipais (P14), a E3 respondeu que “não” e que “trata-se de uma necessidade e não um privilégio” e completa que “uma área privilegiada na GMM são os inspetores e subinspetores” e sobre trabalhar armado ter prestígio (P15) responde: “Volto a repetir. Trabalhar armado é uma necessidade em nosso meio, em nosso ambiente de trabalho. Pois, os índices de violência só aumentam, e antes de fazer a segurança seja em rondas ostensivas ou cuidar dos prédios públicos, precisamos assegurar a nossa”.

A agente E3 identifica-se com o tipo de trabalho que executa, ou seja, de jogar o jogo, conforme suas regras e disposições. Tanto é que ela mesma responde (P17) que “gosta do trabalho ostensivo”, além de esforçar-se para alcançar os aspectos que dão maior prestígio social entre os guardas municipais (P20): “Sim. Já comprei e ainda compro acessórios para desempenhar melhor o meu serviço”.

As vantagens práticas que determinados aspectos podem oferecer aos agentes e aos grupos (P21) conforme a resposta da agente E3 é: “Os grupamentos têm sua sala específica, geralmente o efetivo dos grupamentos tem maior conforto de cursos”, ou seja, o acesso a determinados tipos de cursos de aperfeiçoamento chegam aos grupos que detêm os elementos que constituem prestígio social.

Já para a agente E3 os aspectos que dão menor prestígio social entre os guardas municipais (P22) é: “Os guardas de postos geralmente são esquecidos, são visitados pelos oficiais para assinarem o ponto. Mas geralmente são os que não possuem fardamento e também não têm incentivo algum para elevar a sua autoestima”.

O E19, de 55 anos de idade, 23 anos de tempo de serviço, do gênero masculino, declara-se pardo, com formação de Curso Superior, atualmente integrando o policiamento ostensivo acredita que os grupamentos que detém maior prestígio social são o GAAO e o ROMU (P16) e quanto a integrar grupos mais operacionais obter maior prestígio social entre os guardas municipais (P18) responde ele que “não só fico mais conhecido entre os companheiros” e, quanto aos aspectos que dão maior prestígio social entre os guardas municipais (P19), o agente E19, responde “Os guardas que andam com harmonia e respeito com os colegas”.

Ao aplicarmos a pergunta 20 sobre se ele se esforça para alcançar os aspectos que dão maior prestígio social no interior da GMM ele responde: “Não. Porque não vejo recompensa perante os diretores”.

A agente E16, de 47 anos, do gênero feminino, declara-se parda, com 23 anos de corporação e Ensino Superior Incompleto, atuando na área do policiamento ostensivo e classista. Trata-se de uma dos agentes que gostaria de atuar em outra área, como no administrativo/burocrático. A agente E16 não considera que a GMM armada tem mais prestígio entre os guardas municipais (P14), tanto que nos responde que não considera um “prestígio, mas hoje a GMM armada daria mais celeridade no desenvolvimento das nossas atribuições”. Todavia, ao responder a P15 sobre trabalhar armado lhe traz mais prestígio social entre os guardas municipais nos responde assim: “Talvez seja um privilégio para os GMs que passaram por curso e estão prestes a receber seu porte de arma, mas acredito que ainda iremos alcançar o nosso tão almejado porte para todos”.

A visão da agente E16 mais estrutural e coletivizada que se a corporação conquistar o porte de arma de fogo para todos, provavelmente deixará de ser um privilégio ou prestígio social, diante a ausência desses elementos. Embora, aponte que os grupamentos operacionais, o GAAO e ROMU, que estão sempre nas ruas e atuando em eventos como grupos que detém prestígio social entre os guardas municipais” (P16); porém, individualmente não acredite “que sejam prestigiados em relação aos outros, apenas estão mais expostos”.

Quantos aos aspectos que dão maior prestígio social entre os guardas municipais ela indica os “cursos operacionais, que mesmo que não sejam oferecidos pelo Gestor, devem ser feitos pelos próprios GMs”. Já dentre os aspectos que dão menor prestígio social entre os

guardas municipais, a E16 atribua à baixa escolaridade (P22). E caso se esforce para alcançar os aspectos que dão maior prestígio (P20) ela nos responde que “sim” e que procura “fazer cursos para enriquecer meu currículo e melhorar minha atuação”.

O agente seguinte E7, de 45 anos de idade, do gênero masculino, declara-se negro, com 22 anos de corporação, com Pós Graduação em Educação Física, atua na área do policiamento ostensivo. Os grupos que atuou anteriormente são diversos como no extinto CGTRAN, GAAO, OPLIT e ROMU. Não apresenta interesse em mudar de área que não seja operacional. Como instituído na Sociologia Disposicionalista, de Bourdieu, as disposições incorporadas durante toda a sua trajetória biográfica indicam que sua “vocação” é ser operacional, trabalho que exija de si adrenalina e missões cujas ações sejam adotadas a partir daquilo que aprendeu através de cursos ou adquiriu ao longo de sua vida. E ao responder as perguntas 12, 14 e 15 que se relacionam com a questão do prestígio entre os guardas municipais, o agente E7 não acredita que exista mais prestígio, e sim melhores condições de serviço.

Por outro lado, o agente E7 ao responder a pergunta 16 sobre quais grupos/atividades dentro da GMM teria maior prestígio e por quê? E nos responde que “os grupos mais operacionais são mais bem visto porque são de pronto emprego, ROMU e GAAO”. É um dos agentes que não crê que integrar grupos mais operacionais lhes dá prestígio social.

Todavia, quanto aos aspectos que dão maior prestígio social entre os guardas municipais (P19), o agente E7 responde que “o que dá maior prestígio é a liderança que alguns GMs têm e a elevação cultural e formação educacional”.

A visão do agente E30, de 45 anos de idade, do gênero masculino, declara-se pardo, e possui Pós Graduação em Auditoria Ambiental, com 22 anos de corporação, e atua no grupo Operacional/patrimônio, indica positivamente que a área que atua possui prestígio social entre os guardas municipais; e, também, responde com “não” quando lhe perguntado se gostaria de atuar em outra área/atividade da Guarda Municipal (P11): “Porque gosto do que faço e estou satisfeito com minha área”.

Sua trajetória profissional na GMM (P8) indica que atuou na área de operações especiais, no grupo do GAAO, no que tenha contribuído nas respostas que deu às perguntas que lhes fizemos como “a GMM armada tem mais prestígio entre os guardas municipais” (P14), e obtivemos a seguinte resposta: “Sim. A GMM deve ser toda armada, pois quando apenas uma parte goza desse direito, causa frustração nos demais. Pois, o porte de arma é inerente à profissão e não à atividade que esse profissional desempenha. Devendo ser direito isonômico”.

Quando aplicamos a pergunta de número 15 se “na sua opinião trabalhar armado lhe traz mais prestígio social entre os guardas municipais”, ele expressou a seguinte resposta: “Infelizmente sim. Pois, mesmo sendo um direito de todos, poucos gozam desse direito”.

É observável o desalento de sua resposta quando se sabe da existência de dispositivos jurídico-legais que garantem o porte de arma de fogo aos guardas municipais, mesmo não contemplado no Art. 144, §8, da CF de 1988. Provavelmente o agente E30 refere-se à Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento) e à Lei Federal nº 13.022, de 8 de agosto de 2014. A dependência de leis e decretos estaduais e municipais que regulamentem o porte de arma de fogo, conforme as peculiaridades culturais dos municípios tem desmotivado a categoria dos guardas municipais.

Tanto o agente E30 quanto os demais ao pensarem que o porte de arma de fogo é um atributo de direito para os guardas municipais, está na verdade indicando que o seu senso prático está ligado à disputa desse capital simbólico pelas vias do direito. Conforme Bourdieu (2004) o sentido do jogo jogado no interior do subcampo da GMM, incorpora-se no agente que, sem mudar a regra joga de acordo com os dispositivos normativos internos aos grupos e aos indivíduos: se a prática, na qualidade de uma regra, é não trabalhar armado, então descumprir essa regra é ir de encontro ao jogo e provocar algum tipo de conflito; isso não deixa de ser uma realidade concreta, pois, mesmo reconhecendo as regras impostas no interior do espaço social do subcampo e que devem ser obedecidas, ainda assim, há agentes que descumprem tal regra, excluindo-se de certa maneira do próprio jogo.

Os agentes que integram o subcampo da GMM, ao reconhecerem as condições impostas pela *illusio*, percebem na lógica de jogar o jogo, submetendo-se as regras que no interior do subcampo exigem, sob pena de serem excluídos e não encaixarem-se nas dinâmicas do subcampo.

O agente E23, de 56 anos de idade, do gênero masculino, declara-se branco, escolaridade Ensino Médio, 31 anos de corporação, sua origem profissional é a SUMOV, órgão extinto, e atua hoje na área operações especiais, declara não querer mudar de área ou de atividade e, apesar de acreditar que a área em que atua em comparação Às demais não tenha prestígio social entre os guardas municipais, indica afirmativamente que a GMM armada tem prestígio social entre os guardas municipais. E, controverso, não vê como prestígio o guarda municipal trabalhar armado, mas uma questão de segurança.

Ainda o agente E23 aponta o COI como um grupo de maior prestígio social por trabalhar diretamente com o secretário da corporação, a SEMSCS que tem em sua estrutura

interna a Inspeção Geral, hoje representando com força menor a extinta Guarda Municipal de Maceió.

Para um agente que adveio do administrativo e agora atua na área de operações especiais, sugerindo assim que existe uma identificação entre ele enquanto guarda municipal e o grupamento que integra atualmente uma tendência para uma atuação mais operacional. Isso só prova que, mesmo não reconhecendo o *status* de prestígio social entre os guardas municipais, que para integrar-se no jogo interior do subcampo da Guarda Municipal de Maceió, está consciente de que deve seguir a lógica do jogo. Para inserir-se na área de operações especiais, o que tem contribuído para que jogasse o jogo, aquele elemento conceitual que Lahire (2016; 2017) considera como o estoque de conhecimento.

E como tal, vem da trajetória indivíduo do agente, uma vez que o E23 traz para si uma experiência e convivência no subcampo da GMM de mais de 30 anos.

Já o agente E18, de 44 anos de idade, que se declara negro, com 23 anos de corporação, com Ensino Médio, atua na área do policiamento ostensivo. As disposições que esse agente incorporou ao longo dos 22 anos – dentre os 23 anos de corporação – somente na área de policiamento ostensivo e que responde a P11 com a fala de que não pretende atuar em nenhuma outra área porque “tem a ver” com a sua “pessoa”, reforçam a tendência para atuar e disputar os capitais simbólicos que integram o grupo ROMU, onde o elemento de prestígio social não é o porte de arma de fogo, mas o *status* de atuação similar ao das polícias tradicionais.

Quando lhes aplicamos a P12 durante o grupo focal se a área/atividade em que atua em comparação as outras tem prestígio social entre os guardas municipais, ele indicou que “sim”; porém, na contracorrente dos capitais simbólicos que, hipoteticamente, representariam prestígio social como o porte de arma de fogo, o participante E18 responde que trabalhar armada dá mais proteção, garantindo de alguma forma a segurança até de terceiros, além de indicar que a GMM armada é um aspecto que integraria a outro capital simbólico: o fardamento dos agentes para o trabalho do dia a dia.

Na fala do agente E18 sobre quais grupos/atividades dentro da GMM têm maior prestígio social (P16) ele nos respondeu: “os grupos dos inspetores que não tem personalidade para dizer sim ou não”. Os aspectos discursivos dessa fala nos remetem a um sentido negativo, sabendo que ele fala de uma categoria de guardas municipais responsável pelos planejamentos das ações do dia a dia. São os comandos imediatos na prática dos agentes no interior do subcampo da GMM.

A participação da agente E6, guarda municipal, de 47 anos de idade, do gênero feminino, declara-se parda, com 13 anos de corporação, curso superior em Gestão de Recursos Humanos, atuando na área do policiamento ostensivo, contribui que, mesmo atuando numa área há pouco mais de 2 meses, em conversa informal durante a entrevista colhemos dela a informação de que estava atuando naquela área por questões de companheirismo junto aos colegas do ROMU, mas que gostaria de atuar em outra área, a do GPOP cujo capitais simbólico e social a serem disputados são o *status* de pertencerem a um grupo de ações específicas no combate ao índice de moradores em situação de rua e, conseqüentemente, a visibilidade que, socialmente, as ações de proteção e acolhimento dos moradores de rua oferecem.

A agente E6 joga o jogo porque entende que a lógica é seguir as regras e a prática profissional cotidiana dos agentes do grupo que ela integra, atualmente. Mesmo “controlando” a vontade de querer atuar em outra área que não seja a do policiamento ostensivo. A agente E6 considera a área em que atua na GMM como um grupo/atividade que tem prestígio e alguns outros grupos [além do prestígio social], privilégios (P12). A GMM armada também tem prestígio social entre os guardas municipais e aponta a área/atividade de maior prestígio o GAAO.

Já o agente participante E13, de 48 anos de idade, do gênero masculino, declara-se negro, atua na área do policiamento ostensivo, possui Pós-Graduação em Auditoria e Controladoria Financeira, tem 22 anos de corporação. É um dentre os demais que participaram da pesquisa que não pretende atuar em outra área senão no policiamento ostensivo, onde está há 2 anos. E sua fala na pergunta 12 afirma que a área em que atua tem prestígio social entre os guardas municipais, pois “Não está em locais e nem postos fixos”.

Só que, ao aplicar-lhe a pergunta 13 sobre o que gostaria que tivesse em sua área que tem em outras áreas da GMM, sua fala indicou para o “material de trabalho, EPIs e reconhecimento profissional”. O sentimento expresso na fala do agente E13 indica, em nosso entendimento, que o agente de que falamos, assim como os demais que participaram dos grupos focais e das entrevistas, são uma espécie de “produto” resultante dos contextos sociais que vivem e dos processos de socializações anteriores. Este pensamento coaduna com o de Lahire (2002):

Um ator plural e, portanto, o produto da experiência – amiúde precoce – de socialização em contextos sociais múltiplos e heterogêneos. No curso de sua trajetória ou simultaneamente no curso de um mesmo período de tempo, participou de universos sociais variados, ocupando aí posições diferentes. Poder-se-ia, conseqüentemente, aventar a hipótese da incorporação, por cada ator, de uma

multiplicidade de esquemas de ação (esquemas sensório-motores, esquemas de percepção, de avaliação, de apreciação, etc.), de hábitos (hábitos de pensamento, de linguagem, de movimento...), que se organizam tanto em repertórios como em contextos sociais pertinentes que aprendem a distinguir – e muitas vezes a dar nome – através do conjunto de suas experiências socializadoras anteriores. (LAHIRE, 2002, p. 36-37)

O fato de na fala do agente E13 ocorrer que no subcampo da GMM não há reconhecimento, acreditamos que tal procedimento é fruto de sua experiência adquirida durante as duas décadas de corporação e, como tal, ter passado por diversos outros grupos – como ele mesmo respondeu: administrativo/burocrático, guarda de posto e policiamento ostensivo – e refletido em alguma medida no seu senso prático.

E o senso prático, sob os aspectos conceituais utilizados por Bourdieu, de todo agente é senão o conjunto das práticas e, relativizando com o conceito de “estoque” e de “trajetória”, de Lahire (2002), dos contextos sociais pelos quais têm passado os agentes.

Nesse sentido, como indica Lahire (2002) em que utiliza como metáfora o termo “estoque”, como um “repertório de esquemas de ações” incorporado ao indivíduo ao longo de suas trajetórias e experiências em diversos contextos sociais.

Para o agente E13, a GMM armada traz respeito entre os guardas municipais, mas não aponta que seja um aspecto de prestígio social; todavia, não nega, sugere e a palavra que se sobressai de seu discurso é o “respeito”, tanto que sua fala em resposta à pergunta 14 é: “A arma deve ser um equipamento de serviço, visto que a GMM está inserida entre as instituições de segurança pública. E entre as comunidades a arma traz certa forma de respeito”, e sobre as áreas que detém prestígio social entre os guardas municipais, sua fala indica os grupos GAAO e ROMU, do qual integra este último. Por isso que, ao apontar o grupo e a área que atua como destaque em prestígio social, sugere que seu discurso é afirmativo à P14.

Ainda, para o agente E13 o seu discurso sobre o guarda municipal trabalhar armado remonta à necessidade do serviço que o agente desempenha: “A arma para quem trabalha nas ruas é um instrumento necessário no contexto de mundo que vivemos. Então, a maioria dos guardas se sente privilegiado por trabalhar armado” (P15).

Quanto a questão de número 16 que pergunta quais grupos/atividades dentro da GMM tem maior prestígio (?), o agente participante E13 aponta o “administrativo e os grupamentos de operações”, entre os quais estão o Corpo da Guarda, o GAAO e o COI. Quanto a integrar grupos mais operacionais, o agente E13 pensa de modo diferente, como podemos observar em sua fala: “Não é prestígio, e sim o modo de desenvolvimento das resoluções de distúrbios que frequentemente ocorre. E isso nos dá uma gama de conhecimento prático profissional bem como para a vida”.

Os aspectos (coisas ou elementos) que dão maior prestígio social entre os guardas municipais não são apenas capitais materiais como percebemos nas falas dos agentes analisados anteriormente. Também o capital imaterial, o capital simbólico revestido em alguns termos agregados a algum tipo de valor moral, como observamos na fala em resposta a pergunta 19, do agente E13: “Nosso dever é cuidar, proteger e contribuir com o bem estar da sociedade. Então, nosso prestígio é servir bem as comunidades. Entretanto, o Poder Público municipal não investe para que possamos servir bem”. Assim, o esforço desse agente em disputar para obter os aspectos que dão prestígio social está na assiduidade e no comprometimento pessoal.

As vantagens práticas de ter tais aspectos que dão maior prestígio social entre os guardas municipais (P21) para o agente E13 é o “respeito pela aparência de organização pessoal diante do fardamento e das ações que visam o bem estar comum”. A participação do agente E13 na pesquisa fecha com a fala, cujo discurso, vai entre o político e o legal, quando lhe perguntado sobre os aspectos (coisas ou elementos) que dão menor prestígio social entre os guardas municipais: “O desmantelamento da máquina Guarda Municipal, da ingerência das resoluções e dos problemas institucionais pelo Poder Público municipal e a negação e/ou não reconhecimento de direitos trabalhistas” (P22).

Como podemos observar no contexto das falas dos agentes, os participantes da pesquisa trazem consigo uma carga forte de experiências, além do *habitus* incorporados nos discursos de suas respostas. Não se trata de uma espécie de “dádiva” ou de “dom divino” o fato de um e outro agente optarem em inserir-se em determinadas áreas/atividades que compõem o interior do subcampo da GMM, e sim, das disposições incorporadas ao longo de sua vida, numa perspectiva bourdieusiana, que passaram por um complexo processo de socialização, considerando ainda as trajetórias e os diversos contextos sociais vividos pelos guardas municipais, como refere-se a perspectiva da Sociologia em escala individual, de Bernard Lahire.

Relativizamos nossas questões a essas duas perspectivas da Sociologia Disposicionalista, para de um lado observarmos como a estrutura, o *habitus*, o senso prático, o *illusio*, o capital simbólico e seus aspectos conceituais e, de outro, como a noção de trajetória, singularidade individual, pluralidade, estoque aparecem tanto nas falas dos participantes quanto nos discursos por trás das falas dos agentes.

O agente E9, de 48 anos de idade, do gênero masculino, declara-se branco, com 23 anos e 4 meses de corporação, nível Superior em Segurança Pública, e que atua na área de inteligência da GMM, além de larga experiência como guarda municipal, traz em sua

trajetória diversos contexto sócio-profissionais vividos. Sua trajetória, como ele mesmo respondeu à pergunta 8, aponta para a participação em diversos grupos, entre os quais: o GAAO, o CGTRAN, como Coordenador de Patrulhamento Escolar (Banda de Música, Guarda Faz Escola e Ronda Municipal Escolar – ROMESC), almoxarifado da GMM, Controle de Material Bélico e Coordenador de Planejamento e Operações.

A partir desse conjunto de aspectos (integração em grupos, atuação em diversas áreas da GMM etc.) observamos, assim como temos observado analiticamente nos demais casos, as disposições incorporadas em seu currículo profissional de atuação no interior do subcampo da GMM. Dessa forma, acreditamos que esses aspectos e disposições contribuíram nas respostas que obtivemos. Pois, ao perguntar-lhe se gostaria de atuar em outra área/atividade da Guarda Municipal, a sua fala indicou para uma resposta negativa. Contudo, apesar de um trabalho diferenciado que exerce não vê prestígio social algum na área em que atua. Mas daí, observamos, a partir de uma conversar informal depois da entrevista, que ele se refere a área da Guarda Municipal, de forma mais ampla, no que já dá um estudo de fôlego ampliando a pesquisa para o campo da Segurança Pública, no futuro, e não à atividade em que atua no interior do subcampo da GMM.

Nesse sentido, a área/atividade em que o agente E9 atua tem prestígio social entre os guardas municipais. O serviço de inteligência, similar ao tipo de serviço que a polícia tradicional oferta para a sociedade como o S2, serviço de inteligência em segredo, é um serviço reservado, reforçando assim nossa tese de que se trata de uma área que tem prestígio social.

Nossa maior inquietação está na fala à pergunta 14, quando lhe perguntamos se a GMM armada tem mais prestígio entre os GMM: “Na realidade as GM armadas não é que tenha prestígio, elas têm mais respeito do meliante ao ser abordado pelo agente de segurança pública (Guarda Municipal). E a população se sente mais segura ao ver o agente de segurança pública armado (Guarda Municipal). Hoje cada grupamento dentro da Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social – SEMSCS (Guarda Municipal) tem suas particularidades de prestígio na área de atuação de cada grupamento”.

O que observamos, na perspectiva de Lahire (2002) que a trajetória do agente E9 tem uma carga de racionalidade contida na sua fala e, conseqüentemente, no seu discurso. E como “guia” de orientação na sua biografia profissional, a racionalidade insere-se nas suas ações e na sua atuação no subcampo da GMM.

A sugestão de prestígio social entre os guardas municipais quando perguntamos se a GMM armada lhes traz mais prestígio social entre os guardas municipais (P15) e ao agregar

sua resposta ao “outro”, não assumindo abertamente as consequências de sua fala, na verdade entendemos que também ratifica as proposições referidas ao outro, como podemos observar: “Os agentes de segurança pública (Guarda Municipal) eles se sentem sim [mais prestigiados entre os guardas municipais], pois eles sabem que estão seguros para dar segurança a quem o solicitar”.

Para o agente E9, cada grupo/atividade dentro da GMM “tem suas particularidades de prestígio na área de atuação de cada grupamento” (P16). E quanto a integrar grupos mais operacionais dá maior prestígio social entre os guardas municipais, o agente E9 responde: “Os grupamentos operacionais têm suas particularidades por serem mais solicitados pela administração pública. Mas tem a sua contrapartida, pois está sempre atuando contra a criminalidade. Não tirando o mérito dos grupamentos menos operacionais, mas que têm importância na administração, como: Banda de Música, Guarda Faz Escola, GPOP” (P18).

O esforço que cada agente tem para disputar os aspectos (coisas ou elementos) que dão prestígio social está relacionado à formação individual e à melhoria salarial e estrutural. (P19). A visão desse agente, está voltada para fora, ou seja, sem ver profundamente a própria atividade em relação aos demais grupos; ou seja, de tanto “olhar” os grupos de fora, esquece-se de olhar para si, evitando problemas.

Contudo, o agente E9 garante que se esforça para alcançar esses aspectos, em sua fala como podemos observar: “Qualificando-se em cursos específicos e tentando ajudar os gestores em dar melhor estrutura aos agentes de segurança pública (Guarda Municipal)” (P20). As vantagens práticas mais visíveis que dão maior prestígio social na GMM (P20), o agente E9 indica não apenas o grupamento SIAV como uma vontade prática, “o auxílio uniforme, como também os aspectos legais, como: os padrões por merecimento e titulação” (P21).

Como Bourdieu (2004) analisa todos os aspectos inerentes aos conceitos de *habitus*, de senso prático, *illusio*, capital simbólico etc. O *habitus* no agente E9, está contido não unicamente nos esquemas de ação, está também contido nos discursos produzidos durante as falas e que representam a larga escala de carga profissional. Como indica Lahire (2002):

Poder-se-ia dizer que o estoque é composto de produtos (os esquemas de ação) que não são todos necessários em todo momento e em todo contexto. Depositados (*deponere*) no estoque, estão disponíveis, a disposição, na medida em que se pode dispor (*disponere*) dele. Estes produtos (da socialização) destinam-se muitas vezes a usos diferentes, postos temporária e duravelmente em reserva, a espera dos desencadeadores de sua mobilização. (LAHIRE, 2002, p. 37)

O estoque de que fala Lahire (2002), ligado ao *habitus* do agente e, pelo que observamos seria as ações na vida prática do agente, na forma como atua e de como disputa por prestígio social no interior do subcampo da GMM, mesmo que não acredite nesse prestígio; pode ocorrer que nem mesmo o agente se dá conta de que o grupo que integra tenha maior prestígio social em comparação com os demais grupos na GMM.

Assim como pode haver dificuldade em apontar os aspectos que dão maior prestígio social a uma agente entre os guardas municipais, pode ocorrer dificuldade em apontar os aspectos que dão menor prestígio, como podemos observar na fala do agente E9: “A Guarda Municipal de Maceió começou a perder o prestígio social desde a gestão do prefeito Cícero Almeida, quando ele extinguiu a GMM para criar a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Segurança Comunitária e Cidadania – SEMDISC. Perdemos a nossa identidade de GMM para a sociedade e para a administração pública, pois, ficamos sem orçamento próprio, sem CNPJ, sem estrutura organizacional. Somos a única GM no Brasil que não existe de fato e direito” (P22).

O agente participante E28, de 49 anos de idade, do gênero masculino, declara-se branco, com 23 anos e 6 meses de corporação, com Pós Graduação em Educação Infantil, atua na área do operacional/patrimônio, ou como é visto no senso prático da Guarda Municipal de Maceió, o guarda de posto, contribui com sua fala para a compreensão de como se dão as disputas por capitais simbólicos e distinção no interior do subcampo da GMM.

As disposições da GMM têm contribuído para o E28 no seguinte sentido: das oportunidades de ter integrado alguns grupos e atuado em algumas áreas mais operacionais, dentro de sua experiência de quase 24 anos de corporação. uma delas, segundo sua fala, foi integrar áreas operacional comunitária função característica do extinto grupo CPCOM, cujos capitais simbólicos eram de categorias ligadas ao social, ao econômico e ao simbólico, que podemos discriminar assim: i) o capital social disputado pelo agente E28 no CPCOM era o tipo de serviço comunitário prestados nos bairros do Poço, do Jaraguá, da Jatiúca e Centro junto aos moradores prestando apoio através do policiamento comunitário e orientações na área de segurança pública; ii) o capital econômico estava presente nos adicionais e nas vantagens, tanto pelo trabalho noturno quanto pelas horas extras prestas além da carga horária normatizada; iii) o capital simbólico estava inscrito nas viaturas caracterizadas, um dos poucos grupamentos que tinha radioamadores e arma de fogo da própria instituição.

O capital social nos grupos que o detém e seus agentes disputam traz uma contribuição significativa tanto para o agente no interior do subcampo – a satisfação de estar servindo as comunidades – como para a instituição GMM – como uma espécie de cartão postal para a

GMM. o agente E28 também participou da Banda de Música e da área de Coordenação de Ensino da GMM.

Quando aplicamos a pergunta 11 (P11) ao agente E28, se ele gostaria de atuar em outra área/atividade da GMM, ele respondeu afirmativamente e a área que desejaria seria a “educacional”: “Não se aperfeiçoa sem objetivo ou sem planejamento. Sentiria mais útil na área de ensino onde participei por cerca de seis meses na Coordenadoria de Ensino”.

Como o agente E28 atua na área operacional/patrimônio, quando lhe perguntado se sua área de atuação em comparação às demais tem prestígio social entre os guardas municipais, ele respondeu “não” e completou: “Como guarda municipal de posto de serviço, como os [Centro Municipal de Educação Infantil] CMEI, [Unidades Básicas de Saúde] UBS, escolas municipais secretarias, quartel, somos taxados de relaxados, preguiçosos, vigias” (P12).

A pergunta 13 relaciona-se com a necessidade de determinadas áreas terem ou não os equipamentos para o funcionamento básico. Obtivemos do agente E28 a resposta: “Equipamentos básicos de segurança pública como: bastão perseguidor (BP), radioamador, arma de fogo da instituição, viaturas, colete, algema, taiser” (P13).

Na opinião do agente participante E28 a GMM armada tem prestígio social entre os guardas municipais e a área que detém mais prestígio é o grupo de operações especiais, conforme sua fala: “O GAAO, por terem melhores equipamentos como VTRs mais equipadas, em sua totalidade trabalham armados (armas próprias), têm porte de arma de fogo adquirido junto à Polícia Federal (30 GMs)” (P14).

Assim como foi positiva a sua fala sobre a GMM armada, o agente E28 ratifica sua posição quando lhes aplicamos a pergunta se ele enquanto guarda municipal trabalhar armado lhe daria mais prestígio social entre os guardas municipais. Sua resposta foi afirmativa: “Sim. Traz mais respeito e consegue integrar-se a determinados grupos para cumprir alguma missão ostensiva. O guarda armado é considerado um vigia, incumbido de serviços menores como tomar conta do patrimônio público” (P15).

Pelo que observamos na fala do agente E28, a vontade sugerida de integrar grupos mais operacionais na tentativa de ser mais útil à sociedade. Essa vontade é a crença depositada em algo – no caso integrar grupos mais operacionais ou educacionais – que possa lhe despertar o senso prático de que está sendo útil. Tal vontade nos termos de Lahire (2005) são as disposições para agir e as disposições para crer. Nesse caso, as disposições para crer, como motivações também para agir, em que o agente E28 sustenta na crença de que pode ser mais útil atuando em outra área que não seja a operacional/patrimônio.

Lahire (2005) demonstra como as disposições para agir e as disposições para crer funcionam no indivíduo:

Da mesma maneira que somos portadores de uma multiplicidade de disposições para agir, todos nós mais ou menos interiorizamos uma multiplicidade de crenças (“hábitos do espírito”, segundo a expressão de Peirce, **hábitos discursivos** e mentais) que podemos mais ou menos verbalizar, mas que, em boa parte, estão ligadas a normas sociais produzidas, suportadas e difundidas por instituições tão diversas como a família, a escola, os média, as igrejas, as instituições médicas, judiciárias, políticas, etc. Quando estas crenças estão já constituídas, elas são mais ou menos confirmadas pela experiência corrente, mais ou menos sustentadas pelas múltiplas instituições (escolares, religiosas, políticas, médicas...), e a sua força varia em função do seu grau de constituição (aprendizagem), e depois de confirmação (sobre-aprendizagem) (LAHIRE, 2005, p.18). (Grifo nosso)

Assim, os “hábitos discursivos” contidos na fala do agente E28 refletem aquilo que ele acredita a partir de suas trajetórias na GMM, da convivência em diversos grupos internos que integrou ao longo de duas décadas. Observamos que tais aspectos – o da crença e o do agir que estão presentes também nos demais agentes participantes – como o do esforço por adquirir, por exemplo, os elementos que atribuem prestígio social aos agentes entre os guardas municipais, reforçam, ainda, a construção de um senso prático adquirido a partir da inserção no interior do subcampo da GMM.

Por isso, que integrar determinados grupos mais operacionais seria uma forma de disputar não apenas por capitais simbólicos disponibilizados pelos grupos, mas também pelo prestígio social entre os guardas municipais, como podemos observar na fala do agente E28: “Ostensiva, por ter maior visibilidade junto à GMM, seu serviço é mais visível porque podemos ver como atuam; e o administrativo/burocrático, porque detém a informação e a inteligência interna, o elemento discricionário e o poder de polícia disciplinar” (P16).

Para essa pergunta 16, a fala do agente E28 aponta para a norma interna como algo que dá prestígio social a determinados grupos. jogar o jogo no interior do subcampo da GMM e reconhecer que regras existem e estruturalmente compõem o subcampo da GMM, pois sem essas regras e sem a normatividade, o espaço social no interior do subcampo estaria em desequilíbrio constante. Há sim uma relação de força entre os agentes que integram os grupos e o subcampo da GMM, no entanto, tanto os conflitos quanto as disputas devem reforçar o equilíbrio para que todos os agentes possam disputar, uns de forma mais ativa, e outros menos ativo.

Quando aplicamos a pergunta 18 sobre integrar grupos mais operacionais lhe dá maior prestígio social entre os guardas municipais, o agente E28 respondeu: “Com certeza que sim. O guarda municipal tem maior visibilidade e respeito. É visto como sempre disposto a

trabalhar, a ação” (P18). Assim como os agentes apresentam seus discursos de uma Guarda Municipal de Maceió, frente a outras do mesmo campo, como uma instituição que, praticamente, assume papéis menores na segurança pública, inquieta-nos o fato de tanto o agente E28 quanto os demais agentes participantes da pesquisa, alimentarem a crença de que podem atuar na área que integram no subcampo, reconhecendo a precarização tanto de estrutura quanto de capitais do subcampo da GMM.

Para o agente E28 os aspectos que dão maior prestígio social entre os guardas municipais são: “porte de arma de fogo (os 30 GMs que já conseguiram); ter arma de fogo; pertencer aos grupos de maior prestígio (GAAO, administrativo/burocrático); melhor posição na tabela salarial” (P19).

A partir desse sentimento sugerido implicitamente podemos observar quando aplicamos a pergunta 20, se ele se esforça para alcançar os aspectos que dão maior prestígio social entre os guardas municipais, e sua fala é: “Sim. Pelo menos no tocante ao salário melhor. Como sempre aperfeiçoando-me educacionalmente, participando de cursos acadêmicos, principalmente. Nem usar meios desonestos como o tráfico de influência para conseguir postos de serviço melhores” (P20).

Quando analisamos a fala do agente E28, percebemos o interesse por trás da resposta, onde de um lado ele tem um espaço social cujo jogo a ser jogado apresenta diversos capitais simbólicos a serem disputados em meio às dificuldades de cunho estrutural, e, de outro, a crença ou as disposições para crer representado pelo esforço em alcançar os aspectos que dão maior prestígio social entre os guardas municipais. Mas estamos falando de um agente que atua na área da operacional/patrimônio ou, como é visto no senso prático do subcampo, o guarda de posto, denominação a certo ponto pejorativo porque descaracteriza a possível identidade profissional do guarda municipal.

Só pode ser o interesse do agente como motivação de permanecer no espaço social em que está e jogar o jogo, porque, ainda acredita em sua lógica. Como Bourdieu (2004) aborda sobre a questão do interesse:

O interesse prático é um interesse pela existência ou não-existência do objeto (ao contrário do desinteresse estético segundo Kant e da ciência, que coloca em suspenso o interesse existencial): é um interesse por objetos cuja existência e persistência comandam direta ou indiretamente minha existência e minha persistência social, minha identidade e minha posição sociais (BOURDIEU, 2004, p. 109).

O interesse prático que observamos nas falas dos agentes, especificamente, no agente E28, de apresentar um interesse pelo esforço de querer posições melhores através de uma

formação escolar mais consistente, além de buscar melhoria salarial e posição mais elevada na tabela salarial. Todos esses aspectos e, portanto, capitais quer sejam simbólicos quer sejam econômicos, fazem parte do subcampo da GMM. Tanto que a resposta que obtivemos do agente E28 quando lhes perguntamos quais as vantagens práticas de ter esses aspectos que dão maior prestígio social entre os guardas municipais foi: “Primeiro educacional porque o agente pode ascender salarialmente cada vez que progride na tabela tanto horizontal quanto verticalmente, embora não tenha crescimento de carreira de patentes” (P21).

O objeto de interesse para o agente E28 é a ascensão funcional que só é permitida através dos níveis de escolaridades exigidos. E compreendemos sua posição a partir da fala em resposta a pergunta 22 sobre quase aspectos que dão menor prestígio social entre os guardas municipais: “Ser guarda de posto de serviço, por ser comparado com vigias ou com guardas que fogem do serviço mais operacional e ostensivo” (P22).

O agente E31, de 54 anos de idade, declara-se negro, possui 30 anos de corporação, com Ensino Fundamental, atuando na área operacional/patrimônio, contribui com sua larga experiência no subcampo e suas trajetórias em diversos contextos sociais no interior da GMM.

As áreas ou setores nos quais atuou foram diversos, entre os quais: escolas municipais, secretarias, cemitérios, como pedreiro trabalhou na GMM, além de suas funções institucionais, como armador (que lida com ferragens e montagens de equipamentos), GAAO (como fundador) e na atualidade como atua como “guarda de posto”.

Quando lhes perguntado se gostaria de atuar em outra área ele responde que “não”, conforme sua fala: “Prefiro ficar em posto mesmo, porque não quero ser incomodado; em grupos existe uma fofocagem danada, não tenho paciência pra isso” (P11). Para uma resposta dessas, compreendemos que não é o fato de não querer ser incomodado, mas o fato de, para ele, os grupos passarem uma imagem de locais de fofocas e não de interação profissional focada nos fins institucionais. cremos que, se não fosse por isso, o agente E31 poderia repensar se gostaria ou não de atuar em outra área, pois, analisando sua trajetória ele já foi parte integrante de um desses grupos, e ainda mais impactante, fundador do único grupo de operações especiais da GMM, o GAAO.

Muitas contradições que aparecem nos discursos dos agentes são acarretados pelo temor às represálias, visto que os principais cargos da GMM são ocupados por militares de alta patente e não por agentes da GMM.

Quando lhes lançamos a pergunta 12 se a área em que atuam em comparação as outras tem algum prestígio social entre os guardas municipais, o agente E31 respondeu

negativamente: “Não. Às vezes pelos próprios companheiros de farda, não atuam como deveriam, fazem funções que não são da guarda, só para bajular; e aí a categoria acaba sendo desprestigiada por causa de um guarda” (P12).

Observamos um certo desajustamento entre a fala do agente e a motivação. Ou seja, o agente ao expressar-se através da linguagem assume uma outra postura diferente da expressa pela atuação. Integrar determinado grupo, tenha ou não prestígio social, pode não configurar em todos os casos, como elemento que influencia as respostas. Sendo assim, através de nossa análise reflexiva percebermos o “lado oculto” dos discursos contidos nas respostas que não aparecem nas falas de forma explícita. Uma metáfora que utilizamos para explicar essa percepção seria “comer determinado prato que o indivíduo não aprecie e daí expressar elogios ou comer determinado prato que o indivíduo aprecie e daí expressar palavras negativas”.

A esse contexto podemos dialogar com a perspectiva disposicionalista de Bourdieu sobre o *illusio*, ou o fato de o agente reconhecer que no subcampo existem as regras do jogo, específicas de cada grupo, do próprio grupo que integra e jogar no seu interior consciente ou não. Todavia, no que encontramos no agente E31 mesmo que não admitindo que “joga” onde percebe um certo desinteresse, e, no entanto, na prática joga o jogo.

Por isso que analisar as falas ou percepções dos agentes participantes através da análise reflexiva nos dá confiança para crer que nas falas estamos diante de uma infinita gama de interpretações. E como tal, na percepção do agente E31 observamos um certo desajuste entre a linguagem e a área em que atua, pois sendo ele fundador do GAAO e agora atuando como guarda de posto, poderia haver mais de um discurso a ser estudado em sua fala. Para isso, a Sociologia em escala individual, de Lahire (2002) nos ajuda a identificar os elementos desse desajustamento revelados na linguagem: “As práticas de escrita constituem assim verdadeiros atos de ruptura frente ao senso prático, constituem *atos que rompem com lógica prática de efetuação das práticas na evidência de coisas a fazer, rompendo com a lógica do senso prático realizada na urgência prática da ação*” (LAHIRE, 2002, p. 122). (Grifos do autor).

Ao perguntar-lhes durante a entrevista sobre a GMM armada ter mais prestígio entre os GMM e quais áreas/grupos detém prestígio entre os guardas municipais, o agente E31 respondeu positivamente: “Acredito que sim. O GAAO. Porque eles investem nos próprios equipamentos de trabalho” (P14). E complementando com a resposta à pergunta 15, sobre ele enquanto guarda municipal trabalhar armado lhe dá mais prestígio social entre os guardas municipais, o agente E31 responde afirmativamente.

A disputa por capitais simbólicos e por prestígio social ao integrar grupos mais operacionais é observável na fala do agente E31 em resposta à pergunta 18: “Sim. Na época. Hoje, não dá mais. Pois não conseguiria investir como eles fazem. A GMM é quem deveria investir, então se apropria instituição não investe, não vejo prestígio” (P18). Não que esse agente se interesse em disputar por prestígio social, provavelmente, não deposita bastante crença nas possibilidades que valem a pena disputar, porque exige dele algum recurso financeiro para investir em si próprio.

No entanto, o prestígio aparece quando o agente E31 cita os aspectos que dão prestígio social como: “Arma de fogo, fardamento; através da instituição para obter. Mas o acesso não é fácil para obter os elementos que dão prestígio” (P19). O interesse prático do agente E31 expressa-se na fala que indica que ele se esforça, como resposta afirmativa à pergunta 20 e completa: “Eu procuro a instituição, o sindicato para que cobre da GMM” (P20). E sobre quais as vantagens práticas de ter esses aspectos (coisas ou elementos) que dão maior prestígio social entre os guardas municipais (P21), obtivemos a seguinte resposta: “A arma de fogo pode oferecer prestígio, pelo menos para se defender ou defender o patrimônio, mas ao mesmo tempo que pode se proteger pode aumentar ainda mais o seu risco de morte” (P21). E quanto aos aspectos que dão menor prestígio social entre os guardas municipais na percepção do agente E31 são: “Trabalhar sem farda, desarmado, sozinho, sem logística nenhuma” (P22).

O *habitus* específico de cada grupo (grupo mais operacional e grupo mais burocrático etc.) é absorvido pelo agente, pois, do contrário, provocaria um desequilíbrio que poderia lhe acarretar na exclusão do grupo que integra. Se o agente, com o E31 integra o GAAO (grupo de operações especiais), tem incorporado em si o *habitus* do agente aguerrido, sempre disposto a agir e a atender ao chamado de operações que lhes exijam aptidões específicas que o senso prático profissional lhe tenha disponibilizado durante sua trajetória no subcampo da GMM.

Quanto a área em que atua ter ou não prestígio social, em comparação com as demais, o agente E4 responde que “não”: “Não, mais com certeza tem grande valia para nossa instituição, pois, o orçamento das despesas de manutenção de nossas atividades, folha de pagamento, auxílio uniforme e SIAV etc., depende diretamente do setor atual que presto serviço” (P12). Essa percepção é um tipo disposição ligada ao interesse que o agente faz parte, o interesse em estar e jogar o jogo conforme as regras do subcampo/campo, que Bourdieu (2004) assinala muito bem: “O interesse ligado ao fato de se pertencer a um campo está associado a uma forma de conhecimento prático, interessada, que aquele que não faz parte do campo não possui” (BOURDIEU, 2004, p. 110).

Uma das respostas que confirma para uma de nossas hipóteses iniciais em que indicamos em capítulo anterior, como “os capitais simbólicos contidos no subcampo da GMM são os fatores disposicionalistas pelos quais os sujeitos tendem a integrarem-se a determinados grupos”, está contida justamente na resposta à pergunta 12. O agente E4 parece não escapar dessa regra: o grupo administrativo/burocrático que ele integra e atua há mais de 20 anos reforça o “interesse” do agente ligado ao subcampo em que atua, a partir do conhecimento prático que ao longo de sua profissão veio e vem adquirindo.

A resposta que obtivemos quando aplicamos a pergunta 13 sobre a GMM armada ter mais prestígio entre os GMM e quais grupos/áreas detém mais prestígio social foi: “Sim, entre os GMM, porém, a sociedade ainda não vê o GMM com bons olhos armado, vejo que precisamos de uma maior divulgação dos treinamentos realizados para o porte de arma, que em minha opinião não é suficiente, precisamos de treinamento constante prático e avaliação psicológica anual, não só apenas quando vamos buscar o porte de arma. A questão de um grupo ou outro ter mais prestígio, talvez seja um problema em meu ponto de vista, pois, hoje temos o GAAO, o GPOP, dentre outros, porém, precisamos entender que somos um só corpo, e um corpo só funciona se todos os membros estiverem bem com saúde” (P13).

Na percepção do agente E4 indica para a necessidade dos agentes adquirirem conhecimento prático para exercer suas atividades. A disputa no interior de um subcampo, dá-se também pela aquisição de conhecimento técnico e prático, como sugere o agente, que para integrar-se em determinados grupos mais operacionais como o GAAO o treinamento constante e a avaliação psicológica anual como elementos que reforçam a integração dos agentes no grupo.

E quanto ao guarda municipal trabalhar armado tem prestígio social, o agente E4 assinala positivamente como podemos observar em sua fala: “Sim, no serviço trás uma sensação de segurança e muita responsabilidade, devemos entender que a arma só deverá ser utilizada em casos extremos” (P14). Os grupos que detém maior prestígio na GMM, segundo o agente E4: “Hoje em minha opinião é o GAAO, porque participa diretamente no apoio aos outros órgãos no desempenho de suas atividades fins e eventos realizados pela Prefeitura de Maceió” (P15); afirmando positivamente que integrar grupos mais operacionais lhe dá maior prestígio social entre os guardas municipais.

Para o agente E4 os aspectos que dão maior prestígio social entre os guardas municipais e como obter, são: “Hoje com certeza é o porte de arma, fato que está ocorrendo, porém, muito lentamente, por questões muito simples, falta de apoio da Prefeitura. Menos propaganda e mais ação. Concurso público é de extrema necessidade para a sobrevivência de

nossa Guarda Municipal, estamos com efetivo com uma idade muito elevada para a atividade fim. Outro aspecto importante seria nos tornar independente novamente, com nosso CNPJ e nosso próprio orçamento, sem está ligada a nenhuma secretaria diretamente” (P18).

Na fala do agente E4 em resposta a pergunta 18, alguns elementos indicam que o desprestígio da GMM no interior do subcampo da segurança pública é recorrente justamente porque não tem personalidade jurídica nem orçamento próprio, estando ligada a uma secretaria, sem a garantia de sua permanência ou extinção (da própria secretaria). Provavelmente isso pode ter despertado o desinteresse em muitos dos agentes que integram os grupos internos da GMM e conseqüentemente desmotivados a disputarem por capitais simbólicos e por prestígios social, resignados e conformados com a situação estrutural e organizacional em que se encontram.

As vantagens práticas na fala do agente E4 são o “porte de arma, o SIAV e o auxílio uniforme” (P20). E os aspectos que dão menor prestígio social entre os guardas municipais para ele: “Hoje seria a falta de independência administrativa, orçamentária e financeira, sendo um órgão de fato e de direito” (P21).

O agente E12, do gênero masculino, com 47 anos de idade, declara-se pardo, com Pós Graduação em Auditoria Ambiental, 23 anos de corporação, atua na área operacional/patrimônio. Ao ser-lhe perguntado se gostaria de atuar em outra área, o agente respondeu negativamente, como podemos observar: “Não. As outras áreas estão relacionadas, na sua grande maioria, a serviço ostensivo preventivo, o que requer capacitação direcionada e aparato logístico adequado, como não tem havido investimentos da gestão municipal a contento, por medida de precaução, opto por permanecer na guarda patrimonial” (P11).

Na fala do agente E12 os elementos discursivos constitutivos apontam para a capacitação profissional do agente com forma de inserir-se nos grupos mais operacionais, cujo modelo de policiamento é o ostensivo preventivo. E na área/atividade em que ele atua não tem prestígio social, se comparada com as outras, entre os guardas municipais, como responde: “Não. A guarda patrimonial (segurança de postos), dado a deficiência de efetivo predominante na corporação há mais de 22 anos, é executada, diuturnamente, através do emprego de um único GM que atua desarmado e sem condições de defender a si próprio, o patrimônio e a população usuária. É um seguimento que raramente é incluso na relação de prioridades quando o assunto é capacitação e condições para exercer a profissão” (P12).

A resposta que obtivemos do agente E12 sobre o que gostaria que tivesse na sua área/atividade que tem em outras áreas/atividades, foi: “O trabalho em dupla, fazendo uso de

armamento letal e principalmente de baixa letalidade, de rádio comunicador, e a inclusão em programa de capacitação continuada” (P13).

Nas falas do agente os capitais simbólicos mais recorrentes nas exigências dos agentes que não se sentem prestigiados socialmente no interior do subcampo da GMM são os capitais substanciais, mas com forte carga simbólica, como o porte de arma de fogo, o *taiser* (arma de baixa letalidade) e capacitação continuada. Tanto que, na fala a seguir, em resposta à pergunta 14 sobre a GMM armada ter mais prestígio ou não entre os GMM: “Inicialmente vale esclarecer que, não há como um profissional de segurança pública exercer a profissão sem que lhe seja disponibilizado o seu instrumento de trabalho, que é o armamento, tanto letal quanto de baixa letalidade. Sem essa ferramenta não há, por exemplo, como efetuar abordagens, vistoriar edificações, atender ao pedido de socorro de um cidadão vítima de um assalto. Contar com uma Guarda Municipal armada e devidamente capacitada representa contar com uma tropa prestigiada e pronta para atender ao clamor da população” (P14).

Interessante a fala do agente E12 em resposta a pergunta 15 que não vê como prestígio social o fato dele trabalhar armado, quando aponta que gostaria que a área que exerce tivesse um dos aspectos motivadores do trabalho: a arma de fogo; pois, observemos a fala desse agente: “Eu não classificaria como prestígio social fazer uso de uma ferramenta de trabalho ao exercer a profissão. Não se trata de uma questão de prestígio, se trata de uma questão de segurança, de sobrevivência, de poder responder a altura diante de uma situação delituosa na qual um meliante venha atentar, armado, contra a vida do guarda municipal ou de um cidadão, por exemplo” (P15).

As experiências anteriores individuais dos agentes trazem uma carga de contribuição sobre a forma de pensar e ver a instituição que estão integrados, pelos quais viveram “diversos processos de socialização”, e como tal cada agente possui sua singularidade e, portanto, plural, como define Lahire (2005):

Devido a um simples efeito de escala, a apreensão do singular *enquanto tal*, ou seja, do indivíduo como produto complexo de diversos processos de socialização, obriga a ver a pluralidade interna do indivíduo: *o singular é necessariamente plural*. À coerência e homogeneidade das disposições individuais pensadas pelas Sociologias à escala dos grupos ou das instituições, substitui-se uma visão mais complexa do indivíduo, menos unificado e portador de hábitos (de esquemas ou de disposições) heterogêneos e, em alguns casos, opostos, contraditórios (LAHIRE, 2005, p. 10)

Sendo assim, cada agente participante da pesquisa possui sua pluralidade, respeitada a sua singularidade, à perspectiva lahireana. Para o agente E12 os grupos/áreas dentro da GMM que têm maior prestígio, obtivemos a seguinte resposta: “A Ronda Ostensiva Municipal (ROMU), o Grupo de Ação e Apoio Operacional, e principalmente o recém criado Serviço

Indenizado de Adesão Voluntária (SIAV), tem sido sem dúvida os seguimentos com maior prestígio. [Porque] o fato de atuar sempre em grupo, de ter colegas portando arma de fogo, de contar com viaturas e se submeter a escalas diferenciadas, são características que gera certo prestígio” (P16).

Os aspectos (coisas ou elementos) que dão, ainda, maior prestígio social entre os guardas municipais são: “Externar comportamento de liderança, ser destemido e operacional, exercer outra atividade de destaque, são aspectos que, de certa forma, dão prestígio em meio aos colegas” (P19).

Se o esforço do agente estiver voltado unicamente para a disputa de distinção/prestígio, o resultado à pergunta 20 seria diferente, noutra situação social, noutra contexto, pois quando lhes perguntamos se ele se esforçava para alcançar tais aspectos: “Não. Particularmente opero um blog de notícias (GM Notícia-AL), pequeno canal de informação focado em temas do interesse dos guardas municipais (segurança pública), atividade que faço por puro *hobby* sem obter nada em troca, inclusive prestígio” (P20).

E quanto aos aspectos que dão menor prestígio social entre os guardas municipais são: “Falta de capacitação, condições logísticas de trabalho, desrespeito aos direitos assegurados, e quando algum colega vai de encontro aos interesses da maioria” (P22).

Os agentes que participaram da pesquisa, conscientes do espaço social que ocupam no interior do subcampo da GMM, que para alcançar o prestígio social entre os demais concorrentes, não é unicamente necessário romper com os estoques de conhecimento que adquiriu em todos os anos de corporação.

Por ser singular o agente, na visão de Lahire (2005), também é plural. Pois, cada contexto social vivenciado por ele, há a pluralidade de esquemas de ação incorporados no agente. Por isso que nem sempre a linguagem, representada através das falas e percepções dos agentes, funciona como elemento afirmativo das perspectivas dos agentes respondentes. E como tal, as hipóteses que formulamos anteriormente serviram para mostrar, através da análise das falas de cada agente, como ocorrem as disputas por capitais simbólicos e prestígio social no interior do subcampo da Guarda Municipal de Maceió.

Assim, a partir de nossa análise reflexiva, obtivemos, ainda, os seguintes resultados: i) que os agentes que integram o grupo/grupamento denominado **Operacional/patrimônio**, são vistos e apelidados “pejorativamente” de “guardas de posto” e de “vigias”, sugerindo uma função de menor importância e, conseqüentemente, de menor prestígio social, por ser esse grupo interno de menor disputa por não oferecer atrativos como prestígio social e capitais simbólicos como os demais grupos, entre os quais, o Grupo de Apoio e Apoio Operacional

(GAAO) que traz estruturalmente melhores condições de serviço e de atuação com viaturas e fardamento caracterizados e personalizados, além de equipamentos melhores; ii) já os agentes que integram o grupo interno de **Policimento ostensivo** e que atuam com tal função, são bem mais vistos, pois, os agentes os veem como policiais e não guardas municipais responsáveis pela proteção e segurança do patrimônio público; iii) mesmo em número menor, não podemos ignorar esse importante grupo, o de **Mandato classista**, pois tem sobre si um certo prestígio social: o de disputarem a comunicação junto à administração pública e à mídia e o principal capital disputado é a informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao passo que compreendemos as dinâmicas sociais existentes no interior da Guarda Municipal de Maceió, tomando-a como um subcampo da segurança pública municipal, e analisando as percepções expressas nas falas de seus agentes, percebemos como:

- i) a corporação foi criada, implantada e constituída por seus agentes, atendendo à demanda de não apenas constitucional da segurança patrimonial, mas também de um grupo de políticos ligados a uma família de poderosos que passaram a ocupar os principais cargos da Guarda Municipal de Maceió no final da década de 1980 e década de 1990;
- ii) os capitais simbólicos foram se constituindo ao passo em que a instituição GMM foi ganhando espaço na Administração direta do Poder Executivo, mesmo sendo alvo, em 2009, de um processo de extinção da corporação; os capitais simbólicos disputados pelos agentes e pelos grupos internos, ligam-se aos elementos materiais e suas simbologias: viaturas e fardamentos diferenciados e com características específicas (grupos como o GAAO e o ROMU), equipamentos do tipo radioamadores, coletes balísticos com identificação de grupo, arma de fogo, o porte de arma de fogo para um grupo específico (GAAO), suporte e logística para os grupos mais operacionais etc.
- iii) que sendo a instituição GMM constituída de diversos grupos internos, não há um aparato legal de distribuição justa de capitais simbólicos entre os grupos e seus agentes (de equipamentos bélicos como arma de fogo, radioamadores, bastões perseguidores, coletes, fardamentos, algemas, pistolas não letais, *splay*, viaturas, recursos humanos, porte de arma de fogo, suporte e logística, plano de cargo e carreira remunerada etc.);

- iv) que conferindo o aporte teórico tanto da perspectiva disposicionalista de Bourdieu quanto da Sociologia em escala individual, de Lahire, encontramos nas falas dos agentes participantes, os elementos motivadores de disputa por capitais simbólicos e distinção social/prestígio social, como também elementos desmotivadores de disputa: os primeiros elementos identificamos nas falas dos agentes “mais motivados” a disputarem por grupos mais operacionais que disponibilizem capitais simbólicos “mais atrativos” como fardamento e viaturas caracterizadas e porte de arma de fogo; e como elementos desmotivadores o descrédito dos agentes que integram grupos de menor prestígio social (operacional/patrimônio, ou guardas de posto) na forma como os gestores gerenciam a corporação
- v) por fim, nas falas de alguns agentes participantes da pesquisa, alguns dos aspectos discursivos que indicam estarem cientes das condições do jogo jogado no interior dos grupos e mesmo não estando cientes, dispõem-se a estarem e a jogarem o jogo, mesmo em obediência às regras do subcampo da GMM.

Diante do exposto, a presente pesquisa, que estuda a Guarda Municipal de Maceió/AL como um subcampo da segurança pública municipal e, como tal, tem o objeto de pesquisa como se dão as disputas por capitais simbólicos e por distinção social/prestígio social no interior desse subcampo entre seus agentes e os grupos internos que integram, traz como um dos resultados, além do exposto anteriormente, que: mesmo os agentes inconscientes de constituírem ou não determinados grupos, são “empurrados” a jogarem o jogo no espaço delimitado pela corporação que identificamos como as áreas/atividades que se aplicam aos guardas municipais. Um exemplo é determinado agente integrar o grupo operacional/patrimônio e afirmar que não se esforça para alcançar os elementos que dão prestígio social e, mesmo assim, de maneira inconsciente estar colaborando com o *illusio* imposto pelo subcampo.

Ademais, a Guarda Municipal de Maceió, criada e implantada no ano de 1989, como uma opção demandada por determinado grupo de políticos ligado a uma família de sujeitos poderosos, bastante conhecida no cenário político alagoano, tendo cumprido um papel secundário até então, de menor prestígio social frente aos demais órgãos que integram o campo da segurança pública, em Maceió.

Assim, a partir das contribuições da Sociologia Disposicionalista, de Pierre Bourdieu, e da Sociologia em Escala Individual, de Bernard Lahire, com o objetivo de entendermos como se dão as disputas no interior do subcampo da GMM e que por meio das trajetórias dos

sujeitos – mesmo que não tenhamos aprofundado nessa perspectiva – que constituem a corporação, constatamos que os capitais simbólicos, assim como a distinção social/prestígio social não são unicamente os elementos de disputas entre os agentes e os grupos internos, o próprio interesse de estar e jogar o jogo no interior do subcampo sem cobrar “nada” como moeda de troca, demonstra ser em algumas percepções dos agentes o elemento que constitui o seu discurso, e como tal, a motivação de uma silenciosa disputa.

Nesse sentido, a GMM como subcampo, na perspectiva disposicionalista, é um microcosmo em um macrocosmo, ou seja, tratando-se do campo da segurança pública constituído de outros agentes coletivos como as polícias estaduais e federais, a Guarda Municipal de Maceió é um subcampo constituído por grupos internos como o GAAO, o GPOP, o SIAV, o ROMU etc., e seus agentes. Como espaço social de menor escala em comparação com as demais forças policiais tradicionais sedimentadas, mas dotado de complexidade relativa onde se dão as disputas por capitais simbólicos e por distinção social/prestígio social.

Ao passo que fomos constituindo o corpo teórico e metodológico para aplicar ao estudo do subcampo da GMM, constatamos ainda como determinados aspectos legais, políticos e históricos foram sendo constituídos ao longo dos 30 anos de existência/resistência, e de como os capitais simbólicos e o prestígio social são objetos de disputa, como também de não disputas. Esse é um dos aspectos constatados na percepção de alguns agentes, principalmente, dos que atuam na área operacional/patrimônio, ou como queiram ser denominados “guardas de posto”.

Porque algumas de nossas hipóteses puderam ser testadas e comprovadas a partir de alguns conceitos da Sociologia Disposicionalista e Sociologia em Escala Individual, quando os utilizamos para “desenhar” o subcampo da Guarda Municipal de Maceió/AL. Outras hipóteses não puderam ser comprovadas, como a de que os agentes disputariam por capitais simbólicos para adquirir distinção social/prestígio social, quando constatou em sua grande parte que capitais simbólicos como o porte de arma de fogo e trabalhar armado seriam aspectos de distinção entre os guardas municipais, mas que, segundo as respostas obtidas com as entrevistas, tanto o porte de arma de fogo como o trabalhar armado seriam uma necessidade demandada pelo tipo de trabalho, assim como a arma de fogo representar o instrumento de trabalho do agente, e não uma motivação ou fator de prestígio social entre os agentes.

Alguns fatores de motivação para disputa por tipos de capitais como o econômico e o simbólico têm se demonstrado nas percepções dos agentes os principais motivadores de suas

disputas, como mobilizarem-se para fazer parte do grupo SIAV (o capital econômico é o fator de motivação) ou do GAAO (fardamento e viaturas diferenciadas etc.).

Por outro lado, e complementar a tais conclusões, recorreremos à perspectiva da Sociologia em Escala Individual, de Bernard Lahire, porque reconhecendo que o agente seja uma espécie de componente social móvel e dinâmico no interior de determinadas estruturas sociais, traz consigo as trajetórias e as experiências vividas nos diversos contextos sociais ao longo de sua vida pessoal e profissional, indicando aí que o sujeito, mesmo que singular, é plural graças às dinâmicas da vida social que vive.

Tal aspecto dinâmico, temos observado nas percepções de alguns agentes que, a partir das experiências e das trajetórias que constituíram no interior do subcampo da GMM desde que ingressaram na corporação, acabaram por orientar suas respostas às entrevistas que aplicamos. Pois tanto a experiência quanto a trajetória acabam sendo decisivos na percepção dos agentes que se dizem desmotivados para esforçarem-se por disputar por capitais simbólicos ou por distinção social

Alguns aspectos contraditórios observados nas falas dos agentes, reforçam nossa tese de que, não somente o *habitus* como sistemas de disposições invariáveis e permanentes são possíveis quando entendemos que o nosso objeto de análise são as disposições e as ações de sujeitos que se mobilizam constantemente (ao agentes, mesmo que motivados ou não, movimentam-se no interior do subcampo), dada a ciência de que estamos lidando com o sujeito humano, peça móvel no mundo social, dinâmico, flexível, mutável, transformador, contraditório, por vezes coerente, por vezes incoerente etc.

Por isso que algumas percepções foram contraditórias a algumas hipóteses formuladas a partir da perspectiva bourdieusiana, porque constatamos que não se pode aplicar, à mesma medida, um conceito sobre disposições ao indivíduo ao mesmo tempo em que aplicamos ao subcampo enquanto espaço social de disputas entre agentes e grupos internos. De tal maneira que ao utilizarmos a Teoria dos Campos, de Bourdieu, como estudo da Guarda Municipal de Maceió como um subcampo da segurança pública municipal, constatamos, conscientemente, que os principais conceitos utilizados por essa teoria responderam a contento quando analisamos os aspectos históricos, políticos e legais, o espaço social que constitui o subcampo da GMM, os grupos internos e o discurso contido na percepção de alguns agentes.

Sendo assim, tais aspectos encontramos ao aplicarmos a pergunta 20 aos agentes perguntando-lhes se eles se esforçavam para alcançar os aspectos (coisas ou elementos) que dão maior prestígio social entre os guardas municipais (P20), e, no entanto, dentre os 32 agentes participantes da pesquisa, 11 responderam que “não” se esforçam para alcançar os

aspectos que dão maior prestígio social, 19 responderam que “sim” e, apenas, duas abstenções de agentes que não quiseram responder. Isso significa um número proporcionalmente alto dentre os 32 participantes.

Assim, os resultados obtidos em nosso estudo, conferem: que existe um subcampo cujo espaço social oferece oportunidades de disputas por determinados capitais simbólicos e por distinção social/prestígio social entre os agentes e os grupos; e que o jogo no interior desse subcampo é jogado conforme as regras de cada grupo interno e as disposições incorporadas pelos agentes.

Mas que há a interferência no *habitus* dos agentes das experiências vividas em diferentes contextos sociais, pois, os agentes participantes da pesquisa que constituem o subcampo da GMM não são constituídos de *habitus* apenas, mas também de trajetórias e de estoques que formam os esquemas de ação de cada agente favorecendo ou não ao comportamento individual ou em grupo motivados pelo interesse ou pelo próprio desinteresse de manterem-se no *illusio* e de disputarem por capitais simbólicos e prestígio social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira; BRASIL, Glauécia Mota. **Formação da Guarda Municipal: Uma aventura.** Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 4, nº 4, out/nov/dez, 2011, pp. 601-628, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-4-4.pdf>. Acesso em 5 de setembro de 2016

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **Do habitus aos hábitos: reflexões sobre a prática na teoria social contemporânea.** Disponível em: <http://www.anpocs.org/index.php/papers-39-encontro/spg/spg23/9946-do-habitus-aos-habitos-reflexoes-sobre-a-pratica-na-teoria-social-contemporanea/file> (Consultado em junho de 2020).

ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública. LIMA, Sérgio Renato de; BUENO, Samira (coords.). Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Ano 12, n. 12, 2018. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Anuario-2019-v6-infogr%C3%A1fico-atualizado.pdf>

BARREIROS, Bruno Costa. **Sociologia e Psicologia: Disposição social como via de convergência.** Revista Psicologia & Sociedade, n. 29, 2017, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i161516>> (Consultado em dezembro de 2018)

BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social? Tradução de Richard Paul Neto. In: FORACCHI, Marialice; MARTINS, José de Souza (Orgs.). **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia.** Rio de Janeiro: LTC, 1978. Pp. 193-199.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia.** Tradução de Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação.** Tradução de Mariza Corrêa. 11.ed. Campinas, SP: Papirus, 2011a.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. 15.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011b.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento.** Tradução de Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. 2.ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas.** Trad. de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004. 2 reimpressão, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** Tradução de Wilson Campos Vieira. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2013a.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalinas.** Trad. Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Tradução de Maria Ferreira. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução de Reynaldo Bairão. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na Sociologia**. Tradução de Guilherme J. F. Teixeira. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRASIL. **Estatuto do Desarmamento**, Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

BRASIL. **Estatuto Geral das Guardas Municipais**. Lei Federal nº 13.022, de 8 de agosto de 2014.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**, Artigo 144, 1988.

BRETAS, Marcos Luiz; MORAIS, David Pereira. **Guardas municipais: resistência e inovação**. Disponível em: http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/sjcvolume1/guardas_municipais_resistencia-_inovacao.pdf. Acesso em: 7 outubro de 2016.

CÂMARA JR., J. Mattoso. **Dicionário de Linguística e Gramática: referente à Língua Portuguesa**. 19.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. **Formação Histórica de Alagoas**. 4.ed. Maceió: EDUFAL, 2016.

CATANI, Afrânio Mendes [et al.] (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

DORTIER, Jean-François. **Dicionário das Ciências Humanas**. Lisboa: Climepsi Editores, 2006.

GAUDÊNCIO, Júlio Cezar; NASCIMENTO, Emerson Oliveira do. “Avaliar é preciso”: Algumas considerações importantes sobre reforma policial. In: NASCIMENTO, Emerson Oliveira do; GAUDÊNCIO, Júlio Cezar (Orgs.). **Crime, polícias e investigação criminal**. Maceió: EDUFAL, 2015. Cap. 4, pp. 71-91.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma Sociedade Livre**. Tradução de Marcello Rollemberg. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 33.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. pp. 79-108, cap. 4.

GUINDANI, Miriam. A criação de um novo paradigma em Diadema. In: SENTO-SÉ, João Trajano. **Prevenção da violência: o papel das cidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Cap. 4, pp. 117-144.

KAHN, Túlio. Indicadores em prevenção municipal de criminalidade. In: SENTO-SÉ, João Trajano. **Prevenção da violência: o papel das cidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Cap. 2, pp. 45-92.

JOURDAIN, Anne; NAULIN, Sidonie. **A teoria de Pierre Bourdieu e seus usos sociológicos**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LAHIRE, Bernard. Indivíduo e misturas de gêneros: Dissonâncias culturais e distinção de si. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras , n. 56, p. 11-36, jan. 2008 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087365292008000100002&lng=pt&nrm=iso>. (acessos em 18 novembro 2019).

LAHIRE, Bernard. Campo. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.] (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. pp. 64-66.

LAHIRE, Bernard. **O homem plural: Os determinantes da ação**. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LAHIRE, Bernard. Os limites do conceito de campo. In: SOUZA, Jessé; BITTLINGMAYER, Uwe (orgs.). **Dossiê: Pierre Bourdieu**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2017. pp. 29-79.

LAHIRE, Bernard. O homem plural ou a Sociologia em escala individual. In: VANDENBERGHE, Frederic; VERAN, Jean-François (Orgs.). **Alem do habitus: teoria social pós-bourdiesiana**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016. pp. 39-48.

LAHIRE, Bernard. Patrimónios individuais de disposições: para uma Sociologia à escala individual. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras , n. 49, p. 11-42, set. 2005 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292005000300002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 de outubro 2019.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Tradução de Didier Martin e Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. São Paulo: Artmed, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MELLO, Kátia Sento Sé. **Cidade e conflito: guardas municipais e camelôs**. Niterói: Editora da UFF, 2011.

MISSE, Michel; BRETAS, Marcos Luiz. Introdução. In: MISSE, Michel; BRETAS, Marcos Luiz (Orgs.). **As guardas municipais no Brasil: diagnósticos das transformações em curso**. Rio de Janeiro: NECVU/IFCS/UFRJ; BOOKLINK, 2010. Pp. 7-14.

MUNICÍPIO DE MACEIÓ. **Lei Municipal nº 3.961, de 29 de dezembro de 1989**. Dispõe sobre a implantação da Guarda Civil Municipal e dá providências correlatas. Maceió, Alagoas.

MUNICÍPIO DE MACEIÓ. **Decreto-Lei nº 3.269 de 07 de fevereiro de 1991**. Dispõe sobre o Regimento Disciplinar da Guarda Civil de Maceió – RDGCM.

PASSIANI, Enio; ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Campo cultural. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.] (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. pp. 71-73.

SILVA, Welkson Pires da. **Da praxiologia bourdieusiana à sociologia psicológica de Lahire: estabelecendo um diálogo disposicionalista**. Estudos de Sociologia, Recife, 2018, Vol. 2 n. 24. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/243417> (Consultado em abril de 2020)

RAGOUET, Pascal. Campo científico. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.] (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. pp. 68-70.

RIUTORT, Philippe. **Compêndio de Sociologia**. Tradução de Márcio Anatole de Souza Romeiro. São Paulo: Paulus, 2008.

SANTOS, Marcelo Alves Batista dos. **Guarda Municipal como órgão garantidor da ordem pública?** 2013. Disponível em: www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13783&revista_caderno=4 (consultado em: 20/01/2019)

SAPIRO, Gisèle. O senso prático. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.]. **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. pp 324-327.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. Revista Brasileira de Educação, nº 20, maio/jun/jul/ago, 2002, Universidade de São Paulo, pp. 60-164.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança municipal no Brasil – sugestões para uma legenda mínima. In: SENTO-SÉ, João Trajano (org.). **Prevenção da violência: o papel das cidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp. 15-44.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VARGAS, Joana Domingues; OLIVEIRA JÚNIOR, Almir de. **Guardas municipais no Brasil: um modelo de análise**. Disponível em: <http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/dilemas7art4.pdf>. Acesso em: 24 setembro de 2016.

WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais**. Tradução de Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE 1**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS****TÍTULO DA PESQUISA: POR UMA SOCIOLOGIA DISPOSICIONALISTA SOBRE
A GUARDA MUNICIPAL DE MACEIÓ-AL****MESTRANDO: Fabio dos Santos****ORIENTADOR: Prof. Dr. Cristiano das Neves Bodart****ROTEIRO DE PERGUNTAS**

1. Entrevistando nº _____
2. Sexo:
 - a) M _
 - b) F _
 - c) Outro/a ____
3. Cor:
 - a) Branco/a ____
 - b) Negro/a ____
 - c) Pardo/a ____
 - d) Amarelo/a ____
 - e) Prefere não declarar ____
4. Escolaridade:
 - a) Fundamental ____
 - b) Médio ____
 - c) Superior Incompleto ____
 - d) Superior Completo ____ Qual? _____
 - e) Pós Graduação Incompleta ____
 - f) Pós Graduação Completa? Qual?
5. Tempo de Serviço:
 - a) De 11 a 20 anos ____
 - b) De 21 a 30 anos ____
 - c) De 31 a 40 anos ____
6. Como Ingressou na Guarda Municipal?
 - a) Concurso ____ Qual ano? ____
 - b) Enquadramento ____ Qual o ano? ____ Qual órgão de origem? ____

7. A quanto tempo está na GMM?
8. Em quais áreas/setores da GMM você já trabalhou?
9. Você atua em qual área/atividade da Guarda Municipal?
10. A quanto tempo está atuando essa área/atividade?
11. Gostaria de atuar em outra área/atividade da Guarda Municipal? Por quê?
12. A área/atividade da GMM que você atua, se comparada as demais, tem algum prestígio social entre os guardas?
13. O que gostaria que tivesse sua área/atividade que tem em outras áreas/atividades da GMM?
14. Na sua opinião a GMM armada tem mais prestígio entre os GMM? Tem outro grupo/área que detém mais prestígios entre os GMM?
15. Na sua opinião, trabalhar armado lhe traz mais prestígio social entre os Guardas municipais?
16. Quais grupos/atividades dentro da GMM tem maior prestígio? Por que?
17. Você participou de alguns deles? Qual? E se não participou gostaria de participar? Por que?
18. Integrar grupos mais operacionais lhe dá maior prestígio social entre os guardas municipais?
19. Cite aspectos (coisas ou elementos) que dão maior prestígio social entre os guardas municipais. Como obter?
20. Você se esforça para alcançar esses aspectos (coisas ou elementos)? O que faz?
21. Quais as vantagens práticas de ter esses aspectos (coisas ou elementos) que dão maior prestígio social entre os guardas municipais?
22. Cite aspectos (coisas ou elementos) que dão menor prestígio social entre os guardas municipais.